A Medicina Legal no Brasil - Nina Rodrigues (1905)

Biblioteca Pública Benedito Leite
Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão
Supervisão de Informática
A Medicina Legal no Brasil

HOMENAGEM AOS JURISTAS DE S. PAULO

A Biblioteca Paulista de Araraquara, de sua campanhia carosamente, PELO

Nina Rodrigues

Assinado 25.6.1905

Professora de Medicina Legal na Faculdade de Medicina da Bahia

BAHIA
Typ. BAHIANA, de Cincinnato Melchiades
25—Rua do Arsenal de Marinha—25
1905
Aos Juristas de S. Paulo

Nas distincções excepcionaes de que, associados á classe medica de S. Paulo, cercastes, na minha pessoa, o professor de medicina legal da Faculdade da Bahia, seguramente não era visado o individuo, mas o symbolo docente do intelligente concurso, da colaboração fra-terna das duas grandes classes, a Juridica e a Medica, na obra commun da garantia da ordem social.

E', pois, meu dever de mestre transmirtir ás gerações de jovens medicos que annualmente se sucedem no ensino d'esta Escola, a licção da conquista civilisadora que encerra a generosidade do vosso proceder.

O velho desídio dos medicos e juristas não tem mais razão de ser, vós o proclamastes e nós medicos vos applaudimos.

Esta collectanea de modestos trabalhos brasileiros de medicina legal,—a primeira que publico depois do vosso acto de magnanimidade—pretende sagrar, na sua dedicatoria, o dever da minha classe. E, concedendo-lhe a maior honra, que ella podia aspirar, a de ter a companhia dos documentos que attestam a grandesa da vossa fi-dalgta gentilesa, eu mal consigo ainda assim dar uma ideá pallida da minha profunda e sincera gratidão ao glorioso Estado de S. Paulo.

NINA RODRIGUES.
Ernesto Hello diz algures, num grito contra o que elle chama a falta de caridade intellectual, que entre os crimes de omissão um existe que tem o privilegio de ser absolutamente monstruoso e de passar absolutamente desapercibido: não fazer justiça aos vivos.

Em semelhante censura não incorreram desta feita os homens de letras de S. Paulo: Nina Rodrigues atravessou o Estado, «sob a continência carinhosa e fidalga do escol da mentalidade paulista.»

Ainda bem! De extraordinaria significação é o facto que registamos. Esse que, despidio de prestígio official e desacompanhado de ruidosos preconicios, tantas e tão justas homenagens recebeu, é um professor modesto de uma escola provinciana. Fala a um auditorio diminuto na quasi penumbra dos amphitheatros. Vive a vida serena dos estudiosos no placido recolhimento dos laboratorios.

Longe dos olhos do publico, passam-se as luctas em que elle se empenha contra o desconhecido: ora, junto á mesa do necroterio ou junto ao catre do hospital procura apanhar á bocca das feridas um depoimento contra o desgraçado que as abriu; ora, no hospicio ou na penitenciaria, vai aclarar os segredos dos naufragios mais completos e das aberrações mais pungentes da personalidade humana.

Escreve; mas os seus escriptos ficam geralmente confinados nas revistas scientificas, e estamos num paiz, onde os que sabem ler (e não são muitos!) têm como pabulo mental suficiente os jornaes diarios e os almanaks alegres...

No entanto, apesar da hostilidade do ambiente que o circunda, apesar da natureza muito especial das investigações a que se entrega,
apesar da modestia invencível em que se envolve, Nina Rodrigues é um nome presado pelos brasileiros que ainda conservam a paixão do trabalho e a inteligência da verdade.

Pertence-lhe o que de melhor se tem publicado sobre a antropologia criminal e a medicina forense na América do Sul. Em dez annos ha produzido cerca de vinte e cinco monographias,—causa espantosa numa terra de sabios... ineditos.

Releva notar que não se trata de compilações mais ou menos eruditas sobre assumptos mais ou menos desbravados. Nina Rodrigues é um creador. Attraiu-o a analyse dos nossos homens e do nosso meio. Na hora presente de sua evolução historica, o Brasil constitue um campo ferialissimo de observação para o sociologo e o antropologista: nas cidades e nos campos, combatem-se, combinam-se, fundem-se as raças que povoaram esta porção do continente. Assistimos inconscientes às peripeias de duas tentativas diversas: a raça branca que, em contingentes sucessivos, a immigração européa vai transplantando para o solo nacional, lucta por adaptar-se a um meio physico diferente daquelle em que viveu até hoje; por outro lado, os ultimos exemplares das raças inferiores e os descendentes das raças puras ou mescladas procuram adaptar-se aos novos climas moraes creados pela civilisação occidental de que são portadores os povos adventicios.

Que admiravel capítulo de bio-sociologia a exposiçao dos accidentes desse conflict gigantesco entre o homem e o ambiente!

Ainda mais: o problema biologico da degeneração ou vitalidade do mestiço, theme de controvérsias ardentas, a que se prende a questão philosophica da unidade ou multiplicidade da especie humana e da origem natural ou sobrenatural do homem, encontra no Brasil os documentos mais preciosos para a sua resolução, mercé da extensão dos cruzamentos, que não são enfravados, como sucede na América do Norte, pela repugnancia orgulhosa do branco.

Eis o terreno que as tarefas salutares do mestre maranhense têm explorado e achanado.

No seu primeiro livro.—«As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil»,—provou o absurdo, a que se deixou arrastar a nossa legislação, medindo pelo mesmo criterio inflexivel a respon-
sabilidade de indivíduos que representam estádios diversos de desenvolvimento social.

Estudou em seguida os caracteres específicos da criminalidade negra.

«L’animisme fetichiste des nègres de Bahia», é uma dissertação exhaustiva acerca da religiosidade inferior e da anastomose entre as práticas fetichistas da mythologia africana e o culto externo do monoteísmo católico no grande Estado do Norte. Em artigo interessantíssimo, que seduz pela novidade dos conceitos, apontou as Illusões da catechese no Brasil.

Documentada e convincente é a demonstração da decadência física e intelectual dos mestizos (Métissage, dégénérescence et crime). O fenômeno-Antonio Conselheiro (perdoai-nos esta reminiscência do fenômeno-Musolino) deu-lhe assunto para dois notáveis esforços de psycho-pathologia collectiva. Foi elle o primeiro a denunciar o crime que a repressão militar e violenta representava, quando assignalou que estavam em luta com um alienado que tinha comunicado as mesmas concepções delirantes aos degenerados que o cercavam; e que o carácter reaccinario da psycho-pathia epidemica dos sertões bahianos promanava do facto do delirio reflectir as condições sociológicas do meio complexo em que se formara.

A geração do delicto de Marcellino Bispo, a passividade mental do regicida, a ingenuidade de seu espírito primitivo foram magistralmente delineadas nas páginas da Revista Brasileira. Deve-se ainda ao sympathico mestre duas monographias, em que ampliou e corrigiu as conclusões de Lacassagne e Ravoux sobre Les conditions psychologiques du dépêçage criminel.

No ambito mais restrito da medicina judiciaria, são grandes e valiosos os serviços que tem prestado à sciença. Aquelles que, por dever ou curiosidade, se ocupam dos problemas medico-legaes, admiram os seus estudos de aphrodisioologia forense nos Annaes de Brouardel; o criterio seguro, com que foi traça da Liberdade profissional em medicina; a procedencia das criticas e dos votos que lhe inspiram a organização actual e o futuro do serviço pericial na Republica; a elegante clareza e a erudição opulenta reveladas pelo O alienado no projecto do código civil; a elevação e a imparcialidade
com que esboçou, nos *Archivos de Ingegnieros*, os *Progressos da Medicina Legal*.

Si grandes são os trabalhos que tem executado, muitas são as vocações que tem suscitado e dirigido. A exemplo do notável mestre de Lyon, o professor da Bahia creou uma verdadeira escola, que vive sob a energia de sua iniciativa e que pode registrar com legítimo orgulho os nomes de Sá e Oliveira, Juliano Moreira e Afranio Peixoto.

Em synthese: devem-se ao illustre maranhense os alicerces da medicina legal e da anthropologia criminal *brasileiras*. Elle compreendeu que, a parte as regras methodologicas e certo numero de principios geraes, as leis da historia natural do delinquente e da medicina judiciaria têm um valor exclusivamente regional, e precisam ser asseveradas e rectificadas em face das condições peculiares a cada uma das porções do globo; e, com apaixonados extremos e com firme orientação e com irreductível tenacidade, vai desveladamente colhendo, polindo e ajustando os materiaes para o monumento que idealizou.

E, fechando estas linhas, em que arrolamos de ligeiro as produções mais salientes do professor,—porque não diremos as sedutoras qualidades do homem, aquella envolvente sympathia, aquelle bondoso interesse pelos que trabalham e soffrem, aquella apurada cortezia sempre igual, aquelle imperioso encanto da palavra, e sobretudo a doce e transparente simplicidade que a todo instante nos faz lembrar e... perdoar a clara superioridade de seu formoso espirito?

9—XI—1903.
A MEDICINA LEGAL NO BRASIL
1.ª MEMORIA
CLINICA FORENSE
Das rupturas da hymen nas quedas
PELO
Drº Nina Rodrigues
(Com 3 estampas)
Das rupturas da hymen nas quedas

Fig. 1.* Obs.

Fig. 2.* Face anterior da hymen de uma mulher virgem (Peça do laboratorio de medicina legal).

Fig. 3.* Face posterior da mesma peça.
Das rupturas da hymen nas quedas

Muito se tem dicto sobre a possibilidade de romper-se a hymen fora do congresso sexual e multiplas causas, pathologicas e traumaticas, sejam accidentaes ou voluntarias, têm sido incriminadas por uns, innocentadas por outros, de produzir este resultado. Não pretendemos fazer agora o exame critico de todas ellas, mas apoiado em duas interessantes observações ultimamente recolhidas, nos propomos a examinar o caso especial das rupturas da hymen nas quedas. Basta ligeira consulta aos tratadistas de medicina legal para se adquirir a conviccao de que esta especie de lesao da hymen não foi até aqui convenientemente estudada e de que nas opiniões contradictorias que se encontram a respeito d’ella, mais têm influido ideias theoreticas preconcebidas do que a observação directa e imparcial dos factos.

Parece-nos que o exame das doutrinas correntes a respeito d’este ponto não tem apenas um valor historicou de erudição facil, mas que não só será elle a melhor demonstracao do interesse da questao medico-legal e da sem razão com que se nega a possibilidade das lesões mencionadas, como ainda porá em evidencia as origens da tendencia infundada a espalhar-se este erro. O nosso estudio comprehenderá assim duas partes distinctas: estado actual da questào, a verdadeira doutrina sobre ella.

I

Duas tendencias diversas a respeito deste ponto encontram-se nos principaes centros da cultura medico-legal. Nos auctores allemães é formal a negação da existencia e possibilidade das rupturas da hymen nas quedas e ao seu estudo contestam qualquer interesse pratico. Ao contrario domina na litteratura medico-legal franceza a tendencia a admitir não só a sua existencia como o interesse pratico do seu conhecimento. As literaturas italiana e ingleza ocupam uma posição intermediaria, a primeira seguindo os allemães, a segunda seguindo os francezes.

Não nos propomos a demonstrar o facto com grandes minudencias, mas podemos fazel-o invocando o parecer dos proceres d’essas diversas literaturas.
Auctores allemaes.—Em Casper (1) lê-se: «Quant à la destruction possible de l’hymen par l’équitation, le saut, la danse, etc., considérant la situation reculée de la membrane, on doit la rejeter comme une fable, dans le même chapitre que celui de la syphilis acquise par le passage dans les lieux d’aisance.»

Em Hofmann (2) encontra-se: «Que l’écartement brusque des cuisses puisse occasionner une déchirure de l’hymen, c’est là une chose que les anciens auteurs admettaient, mais qu’il faut rejeter comme inexacte. Par contre, on a observé et on s’explique ces déchirures à la suite d’une chute, si les parties génitales ont donné sur des objets durs et de forme appropriée. Cependant on n’admettra ce mode de production pour une déchirure de l’hymen que si les circonstances particulières du cas permettent de penser à une telle possibilité».

Apezar d’isso, Hofmann dá em seguida uma importante observação de ruptura da hymen em queda, que adeante reproduziremos, mas que evidentemente tem sido interpretada mal.

Maschka (3) é muito mais radical, positivo e explícito do que os precedentes: «A opinião expressa por alguns medicos de que n’uma forte e rapida extensão ou afastamento das coxas, no cair e no cavalgar, se possa romper a hymen, não merece fé alguma; nem está provada por caso algum demonstrativo: ainda os doux brevemente citados por Tardieu de pequenas meninas nas quaes se terião encontrado lacerações da hymen e da commissura posterior por queda, não constituem a este respeito uma prova, pois que os casos, que Tardieu parece não ter observado pessoalmente, são descriptos de modo inexacto e não podem afastar a duvida de que as lesões se tenham produzido de outro modo. Ainda o caso citado por Hofmann de uma rapariga encontrada sem sentidos n’uma camada de areia no fundo de uma cava, morta subitamente em consequencia da queda, e na qual havia uma laceracao da hymen, não permite, como observa o proprio auctor, conclusão alguma segura, pois que surge logo a duvida de que esta rapariga podesse ter sido, pouco antes ou pouco depois, usada sexualmente.

«E’ bem possível que por queda sobre objectos ponteagudos, por

(3) Maschka, Caratteri della virginità e attentati al pudore. Tradução italiana de Filomusi-Gualif, in Trattato di medicina legale de Maschka, vol. III. Na-
exemplo um pedaço de madeira, uma tesoura, etc., se produzam feridas da hymen; porém em tal caso as lesões não se limitarão simplesmente à hymen, mas se extenderão às partes vizinhas; então pela especialidade da ferida ou da cicatriz, de acordo com a anamnese se poderá dar um juízo seguro».

Não me foi possível consultar trabalhos mais modernos d’estes auctores, em particular a ultima edição do tratado de Hofmann. Mas a opinião seguinte de Strassmana, n’uma obra recente e de notável riqueza em observações pessoaes como em erudição, é suficiente para demonstrar que não se modificou até hoje o modo de ver dos auctores alemaes a respeito deste ponto.

Escrive Strassmann (4): «O perigo de uma confusão das lesões produzidas por um ou por outro d’estes modos, tem sido certamente muito exagerado, porque as lesões da hymen deviadas à operação ou à intervenção cirúrgica em geral, ou a molestias como a já citada «dephtheria vulvae» se podem facilmente reconhecer e excluir; e se deve também excluir como absurdo que, no saltar, no cavalgar, ou em seguida a uma queda com as coxias abertas, a hymen soffra lesões de tal especie, porque está ella sempre protegida pela profundeza da sua situação. Seria possível uma lesão por queda com os órgãos genitaes sobre um objecto acuminado; mas tal eventualidade ainda não foi verificada com certeza».

Assim para os auctores allemães:

1.º é inadmissivel a ruptura da hymen no salto, no cavalgar, nas quedas de coxias abertas sobre superficies lisas;

2.º a razão d’esta impossibilidade é que a situação profunda da membrana não permitiria que ella fosse atingida directamente;

3.º a ruptura da hymen por queda sobre objectos acuminados capazes de penetrar na vulva, é possível mas não está demonstrada;

4.º mas quando mesmo se deem rupturas d’esta natureza, sempre será facil distinguil-as das lesões do defloramento natural.

Auctores italianos.—Os auctores italianos adoptam e em geral reproduzem as opiniões dos auctores allemaes. Não encontrei referência ao ponto no excelente tratado do prof. Filippi (5), nem nos commentarios de Carrara ao tratado de Strassmann.

Lazzaretti (6) diz simplesmente: «não tenho disposição a acceitar

(5) Philippi, Severi, Montalti, Borri, Manuale di medicina legale, 2ª edição.
a ruptura da hymen em moças sadias, e produzidas por saltos, por equitação, etc., que admittem outros auctores».

Ziño (7) é categorico. «Deve-se ter como fabulosas as rupturas hymenaeas verificadas na dansa ou no salto: uma mulher pode saltar e bailar à sua vontade, e mesmo immoderadamente, que a sua hymen não sofrerá por isso; si ella é encontrada ropta é signal certo de desfloração consentida ou voluntaria».

Lombroso (8): «ao passo que é inexacto que se possa lacerar a hymen por um brusco e ampio afastamento das coixas, se pode realmente produzil-o nas quedas em que os órgãos genitaes batem sobre corpos duros de forma acuminada».

No artigo Imene da Enciclopedia med. italiana, escreve R. Gurrieri (9): *Ruptura spontanea da hymen*. Tem se dicto que a hymen pode ser destruída por uma rapida distensão das coixas, por exemplo em uma queda (Tardieu), por quedas com as partes genitaes sobre corpos duros, por diphtheria (Weiss), por variola, por ulcerações syphiliticas e finalmente por onanismo». Cita as passagens de Maschka e Ziño, acima transcriptas, e continua: «Segundo experiencias feitas em 1836 por Hyrtl (Anatomia topographica) em cada- veres, seria inexacta e erronea a opiniao de alguns medicos legistas de se poder romper a hymen por cavalgar a mulher a modo do homem, por saltar, ou por queda com as pernas abertas. De resto seja à laceração por ferida, seja por variola, diphtheria, ulcera, etc., a cicatriz que necessariamente deve seguir-se não pode fugir ao observador atento e pô-l-o na via de esclarecer o diagnostico».

Também escreve Montalti (10): «Não me parece que mereça consideração a possibilidade de lacerar-se a hymen por equitação, por saltos, pelos exercicios gymnasticos, por forte afastamento das coixas, pela queda sobre superficies planas, e vir a faltar por isso a emissão sanguinea no primeiro coito, porque os factos e os resultantes experimentaes têm demonstrado até aqui a dificuldade para não dizer a imposibilidade do facto».

Finalmente Borri (11): «Comprehende-se que uma laceração hymenal recente pode auctorizar, não o diagnostico especifico da pene-

---

tração violenta do membro viril em ereção, nas vias genitales, mas somente o diagnostico generico da penetração violenta de um corpo duro e recistente (dedo, bastão, etc.)» Cita a interessante observação de ruptura da hymen em queda que adianta transcrevemos e continia: «Ao contrario não são plausiveis as asserções de rupturas da hymen produzidas pelo cavalgar, pelo saltar e actos semelhantes».

Auctores francezes.—Foi, parece, entre os francezes que se originou a opinião de que a queda e actos violentos analógos podem produzir uma ruptura da hymen. Ainda hoje esta doutrina é mais ou menos francamente adoptada por elles. Apenas mais recentemente se sente, ou elles mesmo confessam a influencia do modo de pensar dos allemães, nas reservas que vão pondo em sustentar as antigas idéas.

Devergie (12) afirmava sem reserva: «Un saut, l’élargissement subit des cuisses, l’introduction d’un pessaire ou d’un moyon explo-rateur comme un speculum uteri, des verres, des pots de pommade, des étuis, des courses à cheval lorsqu’on monte en cavalier, sont aut-tant de causes physiques qui peuvent détruire la marque la plus cer-taine de la virginité».

O medico legista belga Dambre (13) escrevia igualmente: «Le saut, l’écartement force des cuisses (?), une chute, la vulve sur un corps saillant, comme pour les femmes qui montent à cheval sur le pommeau de la selle, sont des causes de rupture de l’hymen».

Legrand du Salle (14) era igualmente positivo: «Enfin la ru-puture de l’hymen peut être le resultat de l’introduction brusque et violente, dans le vagin, d’un corps d’un diamètre plus grand que celui de l’ouverture laissée par le diaphragme hyménéal: un baton, un étui, le doigt, peuvent le dechirer aussi bien que le membre viril: un saut, un écart subit des cuisses, l’équitation et certaines habi-tudes professionnelles peuvent amener le même resultat».

Lacassagne (15) escreve tambem: «On a dit que l’hymen pourrait disparaitre sous l’influence de causes pathologiques telles qu’ulcera-tion scrofuluse ou syphilitiques, de caillots volumineux au mo-ment des règles, des fleurs blanches tres abundantes. On peut mettre en doute ces dernieres causes en se fondant sur la soupllesse de cette membra ne. Mais on s’explique mieux qu’elle sait rompre par une

---

chute, un accident ; dans ces circonstances il existe dans le voisinage
des traces du traumatisme ».

Com Tardieu começam as reservas e é singular que precisamente
com elle já estejam essas reservas em opposição com os factos observados. Escreve Tardieu (16) : « Les accidents qui peuvent determi-
nier l’exercice du cheval, un saut violent, une chute, les blessures,
sont bien moins encore capables de laisser dans les parties sexuelles
des traces analogues à la désolution. En effet, sans parler de l’équi-
tation, des courses ou des marches forcées, il est certain que certaines
chutes sur des corps aigus et tranchants, certaines blessures
dirigées sur les organes génitaux, peuvent intéresser la membrane
hyman; mais de semblables lesions portent avec elles le caractère
de leur origine, et différent trop complétement, par leur siège, par
leur forme, par leur étendue, de la rupture simple de l’hyman, indice
de la intromission do membre viril, pour qu’il soit facile de les con-
fondre.

Mais je crois utile de faire une réserve pour des cas très rares sans
doute, mais dont deux exemples sont venus à ma connaissance ». E
Tardieu refere os dous casos adeante transcriptos de ruptura da
hyman em queda.

Tourdes (17) accentua as reservas feitas ao antigo modo de ver dos
auctores franceses: « On n’admet plus l’action autrefois indiquée, des
causes indirectes, le violent écartement des cuisses, le saut, l’équi-
tation, comme pouvant avoir la moindre influence sur l’hyman le plus
fragile. La chute ne détruit l’hyman que si elle a lieu sur un corps
saillant qui pénètre dans les voies génitales. On a des exemples de
ces empalements accompagnés des lésions les plus graves».

Tourdes repete a mesma cousa no tratado (18) escripto de colla-
boração com Metzquer.

Paulier et Hétet (19) classificando as causas das rupturas accidenta-
taes da hyman em a) onanismo, b) accidentes, c) introdução volun-
taria de corpos estranhos, d) molestias locaes, escrevem os acci-
dentes: « les accidents (blessures des organes génitaux, chutes sur
des corps aigus et tranchants), un saut violent, l’exercice du cheval:

(16) Tardieu, Étude médico-légale, sur les attentats aux mœurs, 7° édition.
Paris, 1878, p. 83.
(19) Paulier et Hétet, Traité élémentaire de médecine légale et toxecologie. Paris,
ces causes exceptionnelles produisent des déchirures de l’hymen absolument différentes de celles dues à l’intromission du membre viril».

Depois de ter dado a sua observação de ruptura traumática da hymen abaixo transcripta, escreve Lutaud (20): «Mais il y a loin d’un accident de cette nature à ceux signalés par Devergie. Cet auteur nous dit qu’un saut violent, l’équitation, l’expulsion brusque d’un caillot peuvent produire la défloration. Si de semblables causes peuvent détruire le signe de la virginité, ce qui est douteux, elles ne sauraient être confondues avec les actes violents qui produisent la défloration criminelle».

Vibert (21) escreve também: «L’hymen peut être évidemment le siège de plaies produites par un coup d’un corps contondant, tranchant, etc., ou par une chute dans laquelle les parties génitales viennent heurter contre un obstacle. Mais il faudrait un concours de circonstances bien singulier pour que la plaie ainsi produite interesse uniquement l’hymen, partie du bord libre de cette membrane et soit en tout semblable à une déchirure produite par la défloration. Il nous paraît bien difficile d’admettre que l’hymen puisse se déchirer à la suite d’un saut, d’un écartement brusque et étendu des cuisses, ou d’une chute d’une certaine hauteur sans que les parties génitales aient heurté contre un obstacle». Apezar d’isso Vibert lembrá o caso de Hofmann e dá a importante observação do Dr. Moret, abaixo transcripta.

Dos auctores franceses modernos, só Thoinot (22) volta francamente ao antigo ensino dos medicos legistas franceses: «Voici, escreve elle, maintenant un autre groupe de traumatismes capables de rompre l’hymen: ce sont de chutes de cheval, les chutes à terre après les sauts violents, les jambes étant écartées. Ce sont là, il faut bien le dire, des cas tout-à-fait exceptionnels, et qui peuvent facilement se compter».

Auctores inglezes e norte-americanos.—Os medicos legistas ingleses e norte-americanos mantêm-se fiéis á velha doutrina de que o hymen pode romper-se nas quedas, salto, cavalgar, etc.

O mais notavel delles, Taylor (23) não se refere directamente á questão especial que nos occupa. Apenas diz: «Quando a membrana

(22) Thoinot, Attentats aux mœurs. Paris, 1898, p. 64.
hymen tem sido destruída por molestias ou outras causas, ou quando falta congenitamente, o juízo médico deve ser mais ou menos conjectural».

Guy e Ferrier (24) escrevem: «A ausência da hymen e sua substituição pelas carunculas não devem ser tidas como prova de que a mulher teve relações sexuaes, porque a membrana pode ter sido destruída por outros modos; de dentro para fora, si a abertura for pequena, pelo primeiro fluxo menstrual ou pelo accumulo de outros corrimentos; de fora para dentro, por acidente ou por corpos estranhos introduzidos propositadamente; também por molestias, etc.».

Luff (25) diz: «Em relação á integridade da hymen como prova de virgindade, tal signal é verdadeiro na grande maioria dos casos; contudo não pode isso ser affirmado de modo absoluto, porque a hymen pode ser destruída por accidentes, molestias, pracicas masturbatoria, ou por intervenção cirurgica».

O médico legista americano Reese (26) reproduz quasi textualmente Luff: «não se pode affirmar de um modo absoluto e sem exceção que a integridade da hymen seja prova de virgindade, pois citam-se numerosos exemplos em que a hymen tem sido destruída por acidente, molestias, pracicas masturbatorias ou por operações cirúrgicas para dar sahida aos menstruos».

Os mais expícitos, porém, são os auctores americanos Edgar e Johnston (27): «A hymen pode ser destruída por accidentes, taes como queda a folicourchon sobre uma balustrada ou uma cadeira, exercícios violentos, cavalgar, saltar e talvez dansar, posto que este ultimo caso difficilmente pareça provavel devido á situação profunda da membrana».

De todo o exposto podemos resumir nas proposições seguintes o estado actual das doutrinas medico-legaes sobre a questão particular da ruptura da hymen na queda e actos equivalentes:

1.ª em relação á ruptura da hymen nas quedas sem empalamento, no salto, no cavalgar, etc., admitida pelos antigos medicos legistas francézes, a grande maioria dos auctores modernos, tendo á frente

os auctores allemães, formalmente recusam-se a acreditar na sua existencia que consideram absurda e impossivel, d'esta regra exceptuam-se poucos como Thoinot, na França, e os medicos legistas americanos;

2.º o grande argumento invocado contra essa especie de lesão é a situação profunda da hymen, que não permite seja atingida pelos golpes exterioreis;

3.º em relação às rupturas da hymen nas quedas com empalamento, muitos auctores consideram-nas possiveis, mas não demonstradas. E a doutrina dos allemães. Os francezes e italianos em geral as consideram possiveis e demonstradas, mas incapazes de se confundir nas suas lesões com o desfloramento natural.

II

FORMAS CLINICAS DA RUPTURA DA HYMEN NAS QUEDAS

Deve parecer extraordinario que a existencia de lesões sobre que são assim tão controvertidas as opiniões, esteja realmente demonstrada por diversos casos positivos perfeitamente observados.

As duas observações que tive ensejo de recolher recentemente não fazem mais, com efeito, do que corroborar e sobretudo precisar de modo mais positivo o que já estava estabelecido por observações anteriormente publicadas.

As rupturas da hymen por queda têm, como mostramos acima, duas formas etiolologicas bem distinctas: a ruptura directa das quedas com empalamento e a ruptura indirecta sem empalamento.

a). Queda com empalamento.—Si a possibilidade d'estas rupturas é admitida por todos, a sua existencia real fica sufficientemente demonstrada com os seguintes casos:

OBSERVAÇÃO I (pessoal)

No dia 1.º de Abril d'este anno (1903) eu fui solicitado a examinar uma menina, de raça negra, que apresentava uma hemorrhagia dos órgãos genitaeis em consequencia de uma queda que havia sofrido a tardinha do dia anterior.

Conforme minuciosa investigação minha, dirigida pessoalmente, o accidente se passou do seguinte modo: A criança, munida de uma vara, procurava fazer cahir fructos de um aracazeiro, dando pequenos saltos afim de conseguir atingir os que estavam fora do alcance
da vara. Num destes saltos, pisou em falso e caihou redondamente sentada sobre uma das muitas pedras, mais ou menos irregulares, que juncavam o chão por baixo da árvore. Sentia uma dor violenta nas partes e não se pôde levantar. Auxiliada por uma mulher que proximo a ella lavava roupa no mesmo pateo, foi conduzida para dentro da casa, verificando-se que perdia grande quantidade de sangue pelos órgãos genitais. Deitaram-na, fizeram-lhe loções frias, aplicaram compressas molhadas. A hemorragia diminuiu, mas repetiu-se a noite, obrigando a dona da casa a aplicar compressas embebidas n'uma solução de alumen. No outro dia pela manhã, tendo quasi cessado a hemorragia, conduziram a criança à minha residencia, que fica proxima.

E' uma menina negra, de 11 annos de idade, de 1,34 m. de altura, magra, e ainda impubere. Seios não desenvolvidos e apenas alguns pelos no pubis.

A vulva é pequena. Como é de regra na sua raça, os grandes labios são pouco salientes, mas o clytoris é desenvolvido. Os pequenos labios ainda estão pouco desenvolvidos.

A hymen, de forma circular, é representada por uma orla membranosa, pouco larga, mas regularmente expessa, que borda o orificio vulvar. Na parte posterior da hymen, á direita do raphé mediano, existia uma ruptura completa da membrana, com caracteres francos de uma ferida contusa, indo até a inserção da hymen no anel vulvar e extendendo-se para fora e para dentro. Para fora, ia até a fossa navicular, não interessando a furcula; para dentro, lesava a mucosa vaginal n'uma extensão correspondente. Fóra da ferida, havia ecchymose da hymen de um e outro lado, sem nenhuma outra lesão, ou siquer escoriação da vulva. As bordas da ferida entumecidas sangravam ainda, mas brandamente. Aconselhamos repouso e continuassem com as compressas frias.

Ao novo exame no dia 4 de Abril, a lesao já estava em via de cicatrisação por segunda intenção. A 9 de Abril, é completa a fina cicatriz da pelle na fossa navicular, mas não está ainda do todo cicatrisada a ferida da hymen. A 24 de Abril, o exame tem logar em presença dos drs. Costa Pinto, preparador de medicina legal, e Caio Moniz, meu antigo discipulo e preparador de anatomia, que se prestou, com a sua reconhecida habilidade em desenhos anatomicos, a tomar o desenho do natural. Cicatrisação completa; a hymen apresenta uma ruptura
completa, deixando bem saliente a solução de continuidade no ponto lesado.

Aspecto absolutamente idêntico ao de um desfloramento natural.

Neste caso, as lesões da hymen como a cicatriz reproduzir, eram com efeito, as de um desfloramento de uma menina impubere ou mesmo somente d’aquelles casos em que ha forte desproporção entre os órgãos genitales da paciente e do ofensor. A extensão da lesão á mucosa vaginal e á fossa navicular, assim como a hemorrhagia abundante não só são frequentes n’esses casos, como mesmo podem ser muito mais graves. Vibert refere um caso por elle observado d’uma me-nina de nove annos, em que havia uma lesão da furcula de dois centimetros com hemorrhagia extremamente abundante. Toulmouche, Kocher, etc., citam casos de «déchirures des petites lèvres, de la fauchette et du perinée». Em Julho de 1900, tive tambem occasião de examinar, no Hospital Santa Izabel d’esta cidade, uma menina, mestiça, de oito annos de idade, que tinha sido violada por um soldado. A ruptura da hymen semi-lunar situada na parte posterior, era completa, ia até á mucosa vaginal e interessava largamente a furcula e o perineo, extendendo-se a lesão da pelle até perto do anus. Recolhida ao hospital logo no dia seguinte ao do attentado, a cicatrização da ferida só se completou no fim de 23 dias, deixando uma forte cicatriz.

OBSERVAÇÃO II (Borri)

O prof. Borri publicou nos Annali di Ostetricia e ginecolgia, fasc. 9 de 1888, sob o título: Perforazione accidentale del fornice vaginale posteriore, um caso a que elle se refere nos seguintes termos: «Vi um caso de ruptura da hymen n’uma rapariga que cahio de pernas abertas sobre um pão: tal ruptura era nitida e unica». Infelizmente não pude consultar a revista em que foi publicada a observação. Mas pude inferir a semelhança que as lesões deviam ter n’este caso com as do desfloramento pela declaração de Borri (28) de que «o caso era do mais alto interesse medico-legal».

Estas duas observações, sobretudo a primeira, bastam, parece, para provar que não se pode mais afirmar como o eminente pro-fessor de Berlin que a eventualidade da ruptura da hymen por

(28) Borri, Le lesioni traumaliche, etc. Milano, 1899, p. 627.
queda e com os órgãos genitais sobre corpos acuminados «não está ainda verificada com certeza».

Limitamos-nos a considerar aqui os casos em que as rupturas da hymen são semelhantes às lesões da defloração, deixando inteiramente de lado os casos de empalamento vaginal com lesões extensas e complexas em que a ruptura da hymen constitui um acidente secundário e impossível de confundir-se com as lesões do defloramento. Nós mesmo já tivemos ocasião de rejeitar a explicação de uma ruptura da hymen por um suposto empalamento, fundando-nos na ausência das lesões concomitantes que deveriam forçosamente ter acompanhado a lesão da hymen no caso figurado. Tendo sido uma moça de 17 anos acusada de não ser mais virgem, sua mãe procurou-me, por conselho de um meu colega da faculdade de medicina, para que eu examinasse a filha e lhe déssse um atestado do seu estado de virgindade. Allegava que, aos doze annos, a filha cahira sobre os fragmentos de um ourinol de louça que se quebrara com o peso do corpo da moça e soffrera esta uma ruptura das partes genitais. A possibilidade do acidente é afirmada por medicos legistas, entre outros Edgar e Johnston. O exame directo mostrou, porém, a existência perfeitamente limitada de uma ruptura completa da hymen na parte posterolateral direita, sem vestigio cicatricial da sua extensão às outras partes da vulva. Dada a natureza de instrumento cortante ou quando muito perfuro-cortante que deviam representar os fragmentos do vaso de louça, rejeitamos a explicação que d'essa lesão pretendia dar a mãe da moça e a aconselhamos a desistir do seu intento de obter um atestado médico da virgindade da filha.

Os casos de ruptura limitada da hymen nas quedas com empalamento de que acima nos ocupamos, como veremos, se distinguem dos casos de empalamento sem queda, em que o seu mecanismo representa uma associação da acção directa do empalamento com a acção indirecta da queda, e não são elles, como estes ultimos, um effeito exclusivo do traumatismo externo, tal como este se produziria pela introducção forçada de um corpo estranho na vagina d'uma mulher deitada ou sentada.

**QUEDA SEM EMPALAMENTO**

b). São já antigas algumas das observações publicadas de rupturas da hymen nas quedas em terreno liso e portanto sem empalamento. A recusa em admitir a existência destas lesões, mão grado os
casos que a provam, só se pôde, pois, explicar por um parti-pris dou-
trinario fundado n’uma supposta impossibilidade de dar-se satisfactoria 
explicação do mecanismo da lesão, attenta a protecção natural da 
hymen contra os choques externos, pela sua situação profunda. 
Assim, ainda aqui, ao em vez das theorias se inclinarem deante dos 
factos, são os factos que são contestados e torturados para se salvar 
a theoria. Veremos, porém, que não só os factos são verdadeiros e 
suficientemente eloquentes, mas ainda que é tambem simples e natu-
ral a explicação que se lhes deve dar.

**Observação III** *(Hofmann, *Traité de méd. légale, p. 67)*

«Le 20 décembre 1876, au soir, on trouva dans une cave profonde 
de deux toises une jeune domestique, R. K... agée de quinze ans, 
couchée evanouie sur un tas de sable, après une absence de 15 minutes 
seulement. Elle mourut quelques instants après. L’autopsie ne fit 
découvrir aucune blessure à l’extérieur du corps, mais un épanchement 
sanguin de la largeur de la main sous le cuir chevelu, au-dessus de 
la suture lambdoïde gauche, et une contusion de l’hémisphère cérébrale 
gauche avec une extravasation sanguine assez considérable à la base 
du cerveau, sans trace de fracture des os du crâne. Pas de sang aux 
parties génitales externes. L’hymen semi-lunaire à bord net, large de 
1 centimètre à sa partie inférieure, est assez épais, avec un large orifice. 
A la partie la plus profonde du segment inférieur, se trouve une déchi-
rure saignante à bords finement dentelés, occupant toute la hauteur de 
l’hymen et allant perpendicularairement du bord libre jusqu’à son point 
d’insertion. On remarque en outre une ecchimose lenticulaire de 3 
millimètres à droite de cette déchirure sur le pli intermédiaire entre 
l’hymen et le vestibule. Du mucus pâle dans le vagin ainsi que dans 
l’utérus vierge. Malgré l’examen attentif de ce mucus, on ne put y 
trouver de traces de spermatozoides.

Dans le rapport médical, on conclut que la blessure de l’hymen 
aurait pu, à la rigueur, être survenue pendant la chute, non par le 
simple choc du corps contre terre, mais dans le cas où les parties 
génitales auraient buté contre un corps saillant. Mais l’examen des 
lieux ne permit pas de s’arrêter à cette hypothèse, d’autant moins que 
les parties génitales externes ne présentaient pas la moindre lésion. 
Il était donc beaucoup plus probable que cette déchirure avait été 
faite peu de temps avant la chute, par l’introduction dans le vagin d’un
corps dur qui, malgré l'absence de sperme, pouvait être un pénis en érection, mais aussi un doigt. Les soupçons se portèrent sur un jeune homme, qui le même soir avait eu à faire dans le même corridor, mais, faute de preuves suffisantes, l'accusation fut abandonnée».

N'esta observação tão nitida, tão completa, tão bem tomada, só a resolução formal e inabalável de não se admitir que a ruptura da hymen fosse devida à queda poderia autorizar a busca de interpretações artificiais, forçadas e totalmente contradictas pelos factos. Maschka, como Hofmann, não duvidou admitir sem prova alguma um coito, realizado pouco antes ou um pouco depois da queda, mân grado o resultado negativo do exame «attentif» do mucus vaginal, sob o ponto de vista da presença do esperma. Uma lesão produzida pelo dedo ou por outro corpo estranho, lembrada por Hofmann, não se compadeceria com a ausência completa de outras lesões vulvares e a circunscrição da lesão da hymen. Contra a admisão de que fosse a queda a causa da lesão, só resta, pois, a opinião teorica inabalável e preconcebida de que a queda não poderia produzir-a e isto apenas porque nesse caso não se saberia explicar o mecanismo da lesão.

Ora, veremos que as hypotheses gratuitas aventadas aqui para a explicação da lesão fora da queda, não são admissíveis nos casos seguintes.

**Observação IV** (Vibert: *Précis de méd. leg. p. 357*)

Le Dr. Moret (de Courlon, Yonne) nous a communiqué une observation recueillie pur lui même, qui concerne une fillette de 5 ans 1/2, tombée d'une hauteur de 3 à 4 mètres, par la fenêtre d'une chambre où elle jouait avec ses camarades: l'enfant, examinée une heure après, ne présentait d'autres blessures qu'une contusion au cou-de-pied: mais sur la membrane hymen, en forme de fer à cheval, il y avait une déchirure saignante, linéaire, oblique, longue d'environ 1 centimètre: il n'existait aucune autre lésion apparente des parties génitales.

Como comentario a esta observação bastará reproduzir a opinião do prof. Thoinot a que nos associamos plenamente: C'est «un cas typique et qui merite de devenir classique» de rupture de l'hymen par chute sans empalement. Apenas não é elle mais nitido e decisivo do que o de Hofmann acima transcripto.
OBSERVAÇÃO V (Pessoa).

No dia 26 do Outubro de 1901, fui convidado pelo collega e amigo Dr. Matheus dos Santos, d'esta Faculdade, para verificar um interessante caso de ruptura da hymen, produzida em queda sem empalamento.

Na vesperra, ás 8 horas da noite, uma menina branca, de boa familia, brincava na sala com os irmãozinhos, quando, trependa n'uma cadeira, cahi com esta, ficando a cavallo sobre a borda da mesma cadeira. Além da forte dór produzida, deo-se abundante hemorrhagia pelas partes genitae. Chamado incontinenti o Dr. Matheus dos Santos, medico da familia, verificou este limitar-se a lesão a uma ruptura da hymen, e atendendo á importância medico-legal do caso, teve a fínesa de convidar-me, na mesma noite, para examinar a creança, na manhã seguinte.

Menina de 9 annos, magra, completamente impubere. Vulva de grandes labios pouco desenvolvidos: hymen em ferradura, larga e espessa. Por toda lesão dos orgãos genitae, apenas encontramos uma ruptura completa da membrana, na parte inferior, á direita do raphe mediano: os retalhos, de bordas sangrentas e tumidas, achavam-se exactamente adaptados, um ao outro. Na face interna da coixa direita, no alto, uma grande echemose roxa.

Attendendo á possibilidade de dar-se uma reunião dos retalhos por primeira intenção, combinamos conservar-se a creança em repouso no leito por alguns dias.

Em novo exame no fim de 8 dias, verificamos que, de facto, os dous retalhos se tinham soldado na maior parte da largura da membrana, deixando, todavia, na borda livre da hymen, profundo en-talhe.

Ainda examinamos a creança por duas vezes no fim de 15 dias e mezés depois. A ruptura ficou definitivamente representada por uma fina Cicatriz linear, terminada por uma encoche da borda.

Agora mesmo, quasi dous annos depois, conseguimos examinar ainda a menina e verificar que, apezar de maior desenvolvimento do apparelho genital da creança que já apresenta vestigios da proxima puberdade, a cicatriz conserva o mesmo aspecto que em tempo descrevemos n'um attestado da natureza da lesão, o qual, á solicitação da familia, passamos pouco tempo depois do ferimento.
OBSERVAÇÃO VI (Tardieu: *Attentats aux mœurs*, séptième éd. p. 83)

Je crois utile de faire une réserve (à doutrina corrente) pour des cas très-rares sans doute, mais dont deux exemples sont venus à ma connaissance. Il s’agit de petites filles qui, en tombant les jambes écartées violemment, avaient eu une déchirure très-limitée de la partie inférieure de la vulve comprenant l’hymen et une partie de la fourchette.

OBSERVATION VII (Lutaud: *Manuel de méd. lég.*, 5° éd. p. 41)

Nous avons été appelé, il y a quelques années, à donner nos soins à une fille âgée de vingt ans qui s’était laissé tomber à cheval sur le dossier d’une chaise en étendant du linge. Une hémorragie considérable suivit l’accident, et, à l’examen, nous constatâmes une vaste plaie à la partie inférieure de la vulve. La déchirure de la fourchette avait entraîné celle de l’hymen dont on pouvait facilement apercevoir les débris.

Apesar da declaração positiva do auctor de que n’este caso foi a ruptura da furcula que acarretou a da hymen, evidentemente para fazer entrar o caso na regra admitida de que a queda não pode determinar ruptura da hymen sem empalamento, tomamos a liberdade de consideral-a um caso desta ultima especie. Não é facil compreender como n’uma queda sobre o espaldar d’uma cadeira se poderia dar uma penetração da vulva, salvo o caso de uma vasta ruptura do perineo que evidentemente não houve aqui. Ora, as observações de Tardieu mostram que, na queda sem empalamento, a ruptura da hymen se pode acompanhar de uma ruptura da furcula. E por outro lado, a minha observação demonstra que na queda a cavalleiro sobre o espaldar d’uma cadeira se pode dar uma ruptura isolada da hymen sem a ruptura da furcula.

Assim, a má interpretação do auctor não reflecte sinão um caso das theorias correntes na especie.

As observações publicadas, já pelo seu número (8), já pela nitidez com que representam o caso, não deixam, pois, a menor duvida sobre
a existência e realidade da ruptura da hymen nas quedas sem empalramento.

III

PATHOGENIA DAS RUPTURAS DA HYMEN NAS QUEDAS

O histórico, que fizemos acima, das doutrinas sobre as rupturas da hymen nas quedas sem empalramento, deixou bem em evidência que foi a suposição de não haver uma teoria capaz de explicar estas lesões o que levou os medicos-legistas modernos a negar a sua existência. De facto, en quanto elles persistirem em admitir que a hymen só pode romper-se mediante a acção directa de um traumatismo externo, obrando de fora para dentro, é claro que jamais conseguirão explicar as lesões da hymen encontradas nos saltos, nas quedas de logares elevados, sobre os pés ou sobre os joelhos, nas quedas sentadas em plano liso ou sem saliência capaz de penetrar na vulva, como aliás evidentemente se passaram os factos nas observações acima referidas. Toda essa dificuldade desaparece, porém, se se admite que a lesão, ao em vez de ser produzida por uma violência agindo sobre a hymen de fora para dentro, foi produzida por uma violência que actuou sobre a membrana de dentro para fora.

O mecanismo da ruptura da hymen n’estas condições é um caso apenas do mecanismo porque, em grao mais violento do choque, se produz o prolápsos de força dos órgãos genitais. «Quoiqu’il en soit, escreve Pozzi, (29) on peut, comme pour les hernies, distinguer dans les prolapsus génitaux les déplacements de force et les déplacements de faiblesses. Les premiers se produisent à la suite d’un effort violent, soit d’emblée, soit lorsqu’une cause prédisposante a déjà frayé la route. Une chute sur le siège, une attaque d’épilepsie, de violents accès de toux, ont pu produire ce que certains auteurs ont appelé des prolapsus aigus, même chez les vierges».

E’, porém, complexo o mecanismo da ruptura da hymen n’estes casos. Ella depende da acção combinada de dous factores: um interno, o augmento de tensão na excavação pelviana e consequente protusão, na vulva, dos órgãos contidos n’essa excavação; outro externo, —inssuffiscente resistencia da hymen.

ALTERAÇÃO DA ESTÁTICA DOS ÓRGÃOS DA EXCAVAÇÃO

a). O efeito fatal de uma queda em pé ou sentado, como de todo esforço violento, é naturalmente recalcado os órgãos abdominaes sobre os órgãos pelvianos, concorrendo assim para exagerar a tendência, que por força da queda já tinham estes últimos a descer na pequena bacia. N’estas condições quando a violência é extrema, pode-se dar, na mulher, um prolapsio definitivo dos órgãos sexuais ou uma hérnia vaginal. Com efeito, si por um lado já vimos com Pozzi a possibilidade de se dar n’estes casos um prolongamento de força dos órgãos genitais, Dickinšon (30) mostrou, por outro lado, que a vagina representa um verdadeiro canal hérnario que tem grandes analogias com o canal inguinal. E são hoje perfeitamente conhecidas as hérnias intestinaes pediculadas ou não, que fazem saliência através da vulva, coberta pela mucosa vaginal.

Mas nem sempre as cousas chegam a este extremo, pois os deslocamentos se podem manter em limites physiologicos. Ernest Her- man (31) mostrou que o plano pelviano é susceptível de apresentar, no esforço, um abaixamento physiologico e que é o exagero morbido d’este abaixamento que pode produzir o prolapsio. «Cet abaissance normal résulte de l’élargissement antéro-postérieur de la portion sacrée du perinée combinée à un deplacement en bas et en arrière des parties qui avoissent la symphyse et s’accompagne toujours d’une legère descente de l’utérus dans le vagin.»

Pois bem, é claro que nas quedas em pé ou sobre o assento, a descida rapida dos órgãos pelvianos na excavação, recalculados ainda em cima pelos órgãos abdominaes, ha de trazer forçosamente um augmento da pressão interna em que os órgãos se acham normalmente n’esta cavidade. Ora, a resistencia que a solidez das paredes da bacia oppõe de todos os lados a esta pressão, na mulher se acha evidentemente em falta na abertura vulvar que representa n’ella uma solução de continuidade, tanto maior quanto mais larga é naturalmente a vulva, ou a torna o grande afastamento das coxas. N’estas condições os órgãos e tecidos pelvianos tendem forçosamente a escapar por esta parte de menor resistencia e fazem, mesmo atravéz

(31) E. Herman, On the changes in the pelvic floor which accompany the slighter degrees of prolapse (Trans. of the obstetr. Society of London, 1889, t. XXXI,
das paredes da vagina, n’esta direcção, uma verdadeira protusão mais ou menos saliente na vulva. Ora, si a conformação e a resistencia da hymen se oppuserem a esta expansão, a ruptura da membrana, seu éclatement, se torna inevitável. Mas, como o desequilibrio dos órgãos pelvianos, nos casos figurados de queda ou salto, foi instantaneo, e cessados o esforço e a pressão elles podem voltar ás suas posições e situações normaes, só resta como vestigio d’esse desequilibrio a ru-
ptura da hymen.

E’ facil comprehender como circunstancias accidentaes podem influir para aggravar a situação, facilitando este resultado. A bexiga repleta de urina agirá augmentando a pressão de cima para baixo. O recto cheio de fezes concorrerá para o mesmo resultado diminuindo a capacidade da excavação pelviana. O largo afastamento das coxas facilitará a protusão dos órgãos, diminuindo a resistencia no nível da vulva.

Por outro lado, a discussão entre os auctores que admitem a possibilidade de se dar um prolapso do utero em mulheres sadias e aquelles que sustentam só ser o facto possivel em terreno preparado, pelo relaxamento neuro-artrítico (Richelot), em nada affecta a exp-
plicação acima porque, como bem se comprehende, essa discussão não exclue a possibilidade dos prolapso agudos.

b). O segundo factor—resistencia opposta pela hymen,—não é menos importante e capital. Como observa ainda Pozzi, collocada na extremidade do canal pelo qual, nos casos de prolapso, os órgãos genitaes tendem a escapar da bacia, a membrana hymen representa o papel de um auxiliar, de um reforçó ás resistencias que se oppõem ao prolapso.

Mas é claro que si o anel vulvar fôr amplo, si a hymen que o bordar fôr estreitá e representada por uma simples orla; ou si esta membrana fôr depressível, frouxa, capaz de se deixar facilmente dest-
tender; ou, si a sua forma, por exemplo, labiada, lobada, ou profun-
damente denteada, permitir facil ingresso na vagina; terá desapare-
cido em qualquer dos casos figurados a resistencia que ella devia oppr’á saliencia dos órgãos pelvianos na vulva e a sua ruptura não terá logar.

Para que, pois, a hymen possa romper-se, no caso figurado de queda ou salto, é necessário que ella satisfaça certos requisitos. Pri-
meiro, deve ter uma textura que não lhe deixe a capacidade de dilatar-se fácil e amplamente. Segundo, a forma e a largura da membrana devem ser capazes de criar embaraço à protusão dos órgãos na vulva. Serão por isso as hymens circulares e sobretudo as hymens em crescente ou em ferradura, quando são largas, as que mais facilmente se romperão. Em todas as observações até aqui publicadas em que se menciona a forma da hymen, esta era em ferradura ou em crescente. Terceiro, finalmente, as falhas na textura da hymen constituem uma causa de sua fácil ruptura. Como salientamos na nossa primeira memória, a hymen não constitui sempre uma membrana de textura igual e uniforme. M. Brouardel tinha mostrado que muitas vezes a membrana se constitui de planos de tecidos justapostos de certos e determinados modos e bem se compreende como esses pontos de justaposição podem criar planos fracos para a resistência que a membrana tem de oppôr. Demais, a prolongação das columnas e estrias da mucosa vaginal na face posterior ou interna da hymen, representa verdadeiros pontos de reforço ou soutenement. Hofmann e Budin tinham demonstrado o facto. Mostrei na minha primeira memória sobre a hymen, que as encaches das bordas da membrana dependem de desta circunstância, pois elle correspondem sempre ao intervallo entre duas d'essas columnas de reforço. As figs. 2 e 3 representam as photographias das faces anterior e posterior de uma hymen intacta, n'uma peça do meu laboratorio; ellas mostram bem as correspondencias das irregularidades da borda da hymen com a presença das columnas e estrias da mucosa vaginal prolongadas até a borda da membrana, na sua face posterior.

Em geral nos desfloramentos as rupturas da hymen coincidem com esta depressão das bordas da membrana; e não são muitas vezes senão exaggeros das encaches naturaes.

Comprehende-se facilmente como a fragilidade que pode resultar para a hymen da presença d'essas falhas de textura possa facilitar a ruptura da hymen, submettida de repente nas quedas assentado, a uma rapida e forte distensão. E' de notar que, nas minhas observações d'esta memoria bem como na observação de Hofmann, a membrana se rompeu na parte posterior ao lado do raphe. Ora, Hofmann tinha insistido na importancia da presença, na parte inferior e media da

(32) Nina Rodrigues, Des formes de l'hymen et de leur rôle dans la rupture de cette membrane (Annales d'hygiène publique et de médecine légale, n° de
hymen, de um triângulo de reforço formado pela prolongação da
columna posterior da vagina, como um factor de apoio da membrana
n’esse ponto. E’ o que mostram ainda as rupturas bilateraes poste-
riores que deixam um retalho triangular correspondente a este ponto
de reforço.

De tudo isto resulta que as rupturas da hymen nas quedas sem
empalamento devem ser raras, porque dependem de um concurso de
circumstancias que nem sempre se acharão reunidas. Mas também as
prevenções e o parti-pris dos medicos legistas em recusar-se a admitir
esta especie de lesão, justificam a suspeita de que muitos destes casos
tenham sido mal interpretados e erradamente atribuídos a causas
differentes.

Nas rupturas da hymen devidas a empalamento vaginal devemos
estabelecer agora a distinção a que já nos referimos: de empalamento
com queda e empalamento sem queda. No empalamento com
queda, como o meu caso da Obs. I e provavelmente o do pro-
fessor Borri da Obs. II, a lesão é produzida pelo esfeito combinado
da violencia externa e da violencia interna. E’ a esta ultima influencia
que se deve a circumscripção exacta da lesão á hymen e a orientação
da lesão de modo a reproduzir o aspecto de uma lesão por deflora-
mento. Referindo-se aos casos de rupturas da hymen nas quedas
com empalamento, escrevia Vibert: «Mais il faudrait un concours de
circonstances bien singulier pour que la plaie ainsi produite inté-
resse uniquement l’hymen, parte du bord libre de cette membrane et
soit en tout semblable à une déchirure produite par la defloration».

Esta difficuldade que antevia Vibert, só poderia existir si a ruptura
dependesse exclusivamente do traumatismo externo; ella desappa-
rece desde que na lesão se admitta a influencia combinada da vio-
lencia interna.

Podemos assim resumir este estudo nas proposições seguintes:

I. Como admittiam os antigos auctores de medicina legal, a mem-
brana hymen se pode romper accidentalmente nas quedas sentado
ou em pé, principalmente com as coxias largamente afastadas, nos
saltos, nos esforços violentos d’uma mulher montada a cavalo en ca-
valler, nas quedas à foulieuchon, etc., mesmo quando n’es ses di-
versos casos não tenha havido uma saliencia capaz de penetrar na
vulva.
II. A ruptura da hymen n’estes casos é devida a uma violência exercida sobre a membrana, de dentro para fora, pelos órgãos da pequena bacia submetidos, bruscamente, em virtude do choque, a uma alta pressão e tendo a escapar-se pela vulva em cujo orifício fazem saliência, distentendo-o, por ser este orifício a parte de menor resistência das paredes da excavação pelviana.

III. As lesões da hymen n’estes casos são exactamente limitadas e reproduzem os caracteres das lesões produzidas na membrana pelo defloramento genital. E’ a ausência do esperma, da irritação vulvar e das outras lesões da vulva, o que permite distinguí-las.

IV. Quando o empalamento vaginal se produz em virtude de queda sobre um corpo ou parte saliente que penetra na vulva, o efeito do traumatismo externo se combina com o da violência interna e as lesões da hymen podem ter ainda os caracteres das lesões do defloramento.

V. E’ só em certos e determinados casos que as lesões da hymen produzidas pelo empalamento adquirem caracteres especiais que as tornam facilmente distinguíveis das lesões do defloramento, a saber: 1.º no empalamento violento sem queda; 2.º no empalamento devido à queda, mas em que se dá a penetração violenta de um corpo ponte-agudo muito volumoso, produzindo lesões extensas; 3.º nos empalamentos por corpos curto-perfurantes, etc.

VI. A recusa dos médicos legistas modernos de admitirem a existência d’estas lesões provém simplesmente do falso presuposto teórico de não haver uma explicação satisfatória do modo por que se rompe a hymen nas quedas sem empalamento.
2.ª MEMORIA
TRABALHO EXPERIMENTAL DO LABORATORIO

A putrefacção gazoza dos pulmões dos nati-mortos

PELOS DRs.

Nina Rodrigues

e

Albino Leitão
A putrefacção gazoza dos pulmões dos nati-mortos

Era doutrina classica em medicina legal que os pulmões dos recém-nascidos, que não haviam respirado, podiam sofrer a putrefacção gazoza e em consequencia fluctuar quando submettidos a dorsmasia pulmonar hydrostatica.

Em 1876, porém, o professor Tamassia concluia das suas experiencias que a putrefacção não era capaz de fazer fluctuar pulmões que não tivessem respirado.

Em 1893, os Drs. Descoust e Bordas, de uma serie de experiencias muito bem conduzidas, chegaram á mesma conclusão de que os pulmões que não respiraram não soffrem a putrefacção gazoza, de sorte que, excluidas outras causas de erro, a fluctuação dos pulmões será sempre a prova de que elles respiraram, tenha ou não havido putrefacção.

A revolução que produziria em medicina legal a verificação d’este asserto resalta bem da seguinte apreciação do professor Brouardel: «Do conjuncto das suas experiencias, os Drs. Descoust e Bordas concludem que não ha putrefacção senão quando a criança respirou. Quanto a mim, Senhores, eu creio que os factos estão provados, que as cousas se passam realmente assim, mas não o uso levar desde ja esta prova perante os tribunaes, pela seguinte razão: Notai primeiro que ella aggraviaria consideravelmente a situação da mulher accusada de infanticidio. Ora, até aqui todos os medicos legistas disseram: “O pulmão nada, é exacto, mas elle está putrefeito e d’esta natação dos pulmões não podemos concluir que a criança respirou”. A questão de infanticidio está portantão afixtada. E nós agora viriamos dizer n’este caso: “Os pulmões nadam, elles só nadam se a criança respirou, porque pulmões de nati-mortos mesmo putrefeitos não nadam”». Mudariamos completamente a solução dada até aqui a esse problema.

E o professor Brouardel, com a prudencia de um verdadeiro sabio aconselhava: «Pedi aos Drs. Bordas e Descoust que levassem o resultado das suas pesquisas á Academia de Medicina. Provocarei alli...
um debate científico: pedirei aos médicos peritos que repetam as experiências, que as façam variar: no fim de alguns anos, se todos obtiverem resultados idênticos, si todos estiverem de acordo, podere-mos concluir e apresentar-nos deante dos tribunais com conclusões formais ».

Pois bem, as experiências contradictorias não se fizeram esperar. Dallemagne e Malvoz, no Congresso de Medicina legal de Bruxelas 1897, Puppe e Ziemk, de Berlim, no Congresso de Medicina Legal de Paris 1900, oppuzeram às conclusões de Descouest e Bordas os resultados das suas experiências.

N’esse mesmo Congresso de Paris, voltaram, porém, Descouest e Bordas a ractificar as suas conclusões e o Dr. E. Martin, de Lyon, invocou a favor d’ellas as experiências de Dr. Daday em 1899.

Mais tarde, 1901, Sarda, de Montpellier e seus discípulos os Drs. Dusser e Lankoff chegaram a conclusões opostas às de Descouest e Bordas e voltaram francamente à doutrina classica.

A solução da questão permanece suspensa. Na edição d’este anno (1903) do seu Precis de Médecine légal, escreve Vibert: «Esta conclusão (a de Descouest e Bordas), embora baseada em factos que parecem muito bem observados, não nos parece ainda aplicável na prática ».

N’estas condições, aceitando os conselhos do Professor Brouardel, aconselhei o meu discípulo Dr. Albino Leitão a empreender, como contribuição do meu laboratório, uma série de experiências no sentido de resolver a questão. Foi o que fez com o maior zelo e rigor nos casos abaixo expostos por elle e publicados na sua interessantissima these de doutoramento (1):

«Nossos estudos, que foram feitos no laboratório de Medicina Legal da Escola de Medicina d’este Estado, deram os resultados que passamos a expôr.

«1.ª experiência: tomámos, no matadouro, três fetos de porco, tirados do útero materno cerca de três horas depois do abatimento, e d’elles extrahimos os órgãos thoracicos que foram colocalos em tres vasos, dois dos quais contendo água em quantidade mais que sufficiente para que a immersão tivesse logar e o outro, uma pequena quantidade na qual apenas parte dos órgãos immergiam.

(1) Dr. Albino Leitão: Infanticedio. These de doutoramento. Bahia, 1903.
- No terceiro dia, os órgãos dos três vasos sobrenadavam na água, mas separados os pulmões dos demais órgãos, aquelas foram ao fundo. No quarto dia, todos os pulmões sobrenadavam e apresentavam grossas bolhas gazozas sub-pleuraes que, uma vez funcionadas permitiram a submersão.

- No quinto dia notamos a mesma cousa. No sexto, ainda os pulmões fluctuavam; mas, além das grossas bolhas, apresentavam outras de muito menores dimensões que não atingiam mesmo as de uma pequena cabeça de alfinete.

- Após a abertura das bolhas visíveis a olho nú, foram os pulmões ao fundo do vaso onde já se encontrava uma certa quantidade de detritos pulmonares.

- No setimo dia, os pulmões se mantinham no fundo dos vasos. Continuámos as nossas observações até o vigesimo dia, quando já o tecido estava inteiramente desagregado, sem que notássemos novamente a fluctuação.

- 2.ª experiência: tomamos, no matadouro, 10 fetos da mesma especie dos precedentes e, como elles, extrahidos do ventre materno algumas horas após o abatimento. Sobre os pulmões de quatro destes fetos, fizemos a docimasia hydrostatica, que, como era natural, deu resultado negativo. Os outros 6 fetos foram abandonados á putrefação, expostos ao tempo sobre o solo.

- No segundo dia, necropsiámos um dos leitões cujos órgãos thorácicos, lançados á água, foram ao fundo, não só conjunctamente, como após a separação dos pulmões (vaso n. 1).

- No terceiro dia, um outro leitão é necropsiado e seus órgãos thorácicos boiaram quando lançados á água. Separados os pulmões pelos hylos, o esquerdo foi ao fundo, ao passo que o direito continuou a sobrenadar, até que, após a abertura de algumas grossas bolhas gazozas, ssb-pleuraes, foi também repousar no fundo do vaso (vaso n. 2).

- Os pulmões do vaso n. 1 continuavam no fundo.

- No quarto dia, foi necropsiado um outro feto, cujos órgãos thorácicos mantiveram-se á toma d’água. O pericardio apresentava grossas bolhas gazozas que não foram encontradas nos pulmões, os quais, após a separação pelos hylos, submergiram-se (vaso n. 3).

- Os pulmões do vaso n. 1 mantinham-se no fundo, ao passo que os do vaso n. 2 boiavam e apresentavam bolhas gazozas, que foram abertas e depois de ligeira expressão do tecido pulmonar, que deter-
minou a sahida de bolhas gazosas pela secção dos bronchios, foram ao fundo.

*No quinto dia, necropsiamos o quarto leitão, cujos pulmões apresentavam, sob a pleura, grossas bolhas gazosas que também existiam sob o pericardo. Os pulmões, não só de conjuncto com os demais órgãos, como isoladamente, fluctuavam; e só foram ao fundo após a abertura das bolhas e leve expressão do tecido que fez surdirem gazes pelas secções dos bronchios (vaso n. 4).

No vaso n. 1 os pulmões continuavam submersos. No vaso n. 2, estavam na tona e apresentavam bolhas; umas grossas e outras, mais ou menos, do diâmetro de uma cabeça de alfinete e foram ao fundo depois de funcionadas as bolhas e de comprimido levemente o tecido. No vaso n. 3, notamos o mesmo que no precedente.

*No sexto dia, foi necropsiado o quinto leitão, em cujos pulmões, sob a pleura, viam-se bolhas gazosas. O mesmo notava-se sob o pericardo. Todos os órgãos conjuntamente sobrenadaram, assim como os pulmões, separadamente. Após a abertura das bolhas, os pulmões foram ao fundo (vaso n. 5).

No vaso n. 1, os pulmões repousavam no fundo. Nos vasos ns. 2, 3 e 4 sobrenadavam, apresentavam bolhas gazosas grossas e finas, abertas as quais, voltaram elas ao fundo dos vasos.

*No sétimo dia, encontrámos o sexto leitão com a cavidade torácica em parte destruída, não contendo mais pulmões nem coração.

*No vaso n. 1, os pulmões continuavam submersos, ao passo que, nos demais, elas boiavam e apresentavam bolhas grossas e finas, que, uma vez abertas, permitiram a submersão.

*No oitavo dia, os conteúdos dos vasos ns. 1, 2, 3 e 4 mantinham-se submersos, ao passo que o do vaso n. 5 sobrenadava, indo ao fundo. porém, após o funcionamento das bolhas que apresentava.

*No nono dia, os conteúdos de todos os vasos mantinham-se no fundo.

Continuámos a observar até o décimo quinto dia, sendo que os pulmões não mais voltaram à tona.

3.ª experiencia. A quatro leitões tomados nas mesmas condições dos precedentes, extrahímos os pulmões que foram postos em vasos separados, contendo água, depois de termos insuflado ar em dois d'ellos. Os pulmões insuflados ocuparam a tona do líquido, ao passo que os outros foram ao fundo.

*No segundo dia, não houve alteração.
«No terceiro dia, os pulmões não insuflados apresentavam grossas bolhas gazosas sob a pleura, e sobrenadavam, indo ao fundo logo que foram estas abertas. Os pulmões insuflados apresentavam também grossas bolhas gazosas, sobrenadavam e continuaram na tonia, mesmo depois de abertas todas as bolhas.

«Até o sétimo dia, notámos a mesma coisa e mais ainda o aparecimento de pequenas bolhas; do sétimo dia em diante, porém, os pulmões não insuflados deixaram de voltar á tonia. Os pulmões insuflados mantiveram-se na superfície do líquido até à desaggregação quasi completa. (Decimo segundo dia.)

4ª experiência. Tomámos um lóbo pulmão de porco adulto e puze mol-o a putrefazer-se n’um vaso contendo água. Durante 21 dias elle manteve-se na tonia, ainda mesmo depois de abertas todas as bolhas gazosas visíveis a olho nô. Depois deste tempo, os detritos pulmonares, pois não havia mais, por assim dizermos, tecido pulmonar reconhecível, foram ao fundo para não mais voltarem á superfície.

5ª experiência. Retirámos os pulmões a um leitão que havia respirado durante 24 horas, puze mol-o n’um vaso contendo água da qual elle occupou á superfície por espaço de doze dias, não indo ao fundo, nem mesmo após a punção de todas as bolhas visíveis e de leve pressão. No fim d’este tempo, elles estavam quasi totalmente desagregados e foram ao fundo.

6ª experiência. Tomámos no necroterio do Hospital Santa Izabel, um feto humano, encontrado morto e já em adiantado estado de putrefação. Aberto o thorax, notou-se que os pulmões não cobriam o pericardio, os órgãos thoracicos de conjuncto, lançados a agua, foram ao fundo; o mesmo sucedeu com os dois pulmões de per si. Estes foram collocados n’um vaso contendo água em quantidade mais que suficiente para cobrir-os e mantiveram-se no fundo do mesmo por espaço de 14 dias, sem jamais virem á tonia e sem que se notasse a formação de bolhas, nem na superfície, nem na intimidade do tecido pulmonar. No fim d’estes tempo a desaggregação era total.»

O Dr. Albino Leitão tirou das suas experiencias as seguintes conclusões:

«Procuremos agora concluir alguma coisa de quanto temos dito sobre a putrefação.

«Resulta das experiencias de Tamassia, de Brouardel, de Descoust e Bordas e da nossa experiencia n.º 6 e, em parte, da n.º 2, que a
putrefacção dos pulmões fetaes pôde se dar, em muitos casos, sem o desenvolvimento de gazes, não alterando, portanto, os resultados da docimasia.

-As experiencias de Malvoz, porém, e as nossas, n.ºs 1, 2 e 3 provam que a putrefacção gazosa pode ter logar nos pulmões que não respiraram como nos demais orgãos, que, para isto, não se faz necessaria a introduçao, no alveario pulmonar, de ar carregado de germens, como querem Descouest e Bordaõ, nem, talvez da circulação posthuma de Bronardel. Mas, ao passo que Malvoz affirma que, n’algumas de suas experiencias «era forá de duvida que um observador não prevenido, e pouco habituado ás pericias, teria concluido, á primeira vista, que se tratava de pulmões tendo respirado», nos casos por nós observados, era impossível a confusão, por pouca pratica que tivesse o observador, mesmo sem o emprego de instrumentos opticos que, como se sabe, podem ser empregados para distinguirem-se as vesiculas gazosas de proveniencia putrida, das produzidas pela distensão respiratoria dos alve õs dos pulmonares; e sem recorrer-se á expressão sob a agua que, quando o pulmão respirou, determina a ascensão de numerosissimas bolhinhas, extremamente finas, ao passo que, quando a fluctuação foi devida á putrefacção, apenas ascendem algumas bolhas muito mais volumosas.

-Procuremos agora saber quaes as consequencias da putrefacção dos pulmões que respiraram, sob o ponto de vista da docimasia pulmonar hydrostatica.

-A putrefacção, apezor de demorar-se a atingir os pulmões, nem por isso deixa de destruir-os, como aos demais tecidos putreciveis do cadaver.

-«No entanto, para que ella possa libertar o ar de sua prisão alveolar, de modo a fazer perder ao pulmão a sua facultade de fluctuar n’agua, faz-se necessario um estado adiantadissimo do processo putrido. Assim é que vimos em nossas experiencias n.ºs 3, 4 e 5 que os pulmões que tiveram os alveolos distendidos pelo ar insufllado ou inspirado, só deixaram de fluctuar quando já não tinham forma reconhecivel de pulmões, quando a desaggregação estava quasi completa.

-Dr. Eduardo de Arcangelis deixou dois fetos de cão, um dos quaes havia respirado por espaco de 3, e outro, pelo de 8 minutos, putrefazerem-se durante 30 dias, após os quaes, necropsiou-os e encontrou-os com pulmões bem conservados, exceptão feita do pul-
mão esquerda de um delles que «estava quasi reduzido a uma massa informe». Todos os pulmões sobrenadaram n’água inclusive o em que o processo mais se havia acenutado. Um outro feto de cão que havia respirado cerca de 20 minutos, foi abandonado por 30 dias á putrefacção. No fim deste tempo, sendo necropsiado, foram os seus pulmões encontrados muito bem conservados e, lançados á água, fluctuaram. Esses pulmões foram colocados n’uma camara humida durante 12 dias, findos os quaes, quando o tecido pulmonar já estava reduzido a uma massa informe semilíquida, foi novamente feita a prova hydros-tática e apenas alguns fragmentos foram ao fundo, fluctuando os outros mais ou menos francamente.

«Vê-se, portanto, quão pequeno é o valor da putrefacção, como causa capaz de fazer submergirem-se n’água pulmões que tenham respirado».

As experiencias do Dr. Albino Leitão não exgottaram a materia e exigem sejam completadas.

D’ellas apura-se que a conclusão de Descoutz e Bordas pecca por absoluta, mas contém uma parte de verdade.

Como afirmam os dous auctores, ha casos em que os pulmões fetaes não soffrem a putrefacção gazoza. E’ o que provam as experiencias 2.ª e 6.ª.

Ha, porém, outros em que os pulmões fetaes soffrem a putrefa-
cção gazoza, como provam as experiencias 1.ª e 3.ª.

Mas as experiencias do Dr. Leitão não firmaram o determinismo do fenomeno de modo a precisar em que casos se dá a putrefacção gazoza e em que casos ella não se verifica. E’ n’este sentido que serão dirigidas as experiencias que vão ser continuadas no laboratorio de medicina legal.

As experiencias do Dr. Leitão com effeito, ainda provam que essa diferença não é devida, como Sarda supõe ter demonstrado, a que no primeiro caso a decomposição dos pulmões se fez fora do organismo e no segundo dentro do cadaver. Na experiencia 1.ª, pulmões fetaes retirados do cadaver soffreram a putrefacção gazoza: na experiencia n. 3, vaso 2, os pulmões que não tinham sofrido dentro do cadaver a putrefacção gazoza apresentaram-na quando retirados do corpo.

As experiencias do Dr. Leitão limitaram-se a dous meios, o meio líquido e é necessário repetil-as em relação a outros meios.
Assim, nas experiências em vias de realizarem-se no nosso laboratório nos propomos:

1.º a determinar quais os factores da putrefacção gazoza dos pulmões dos nati-mortos.

2.º qual a influência dos diferentes meios na putrefacção dos pulmões dos recemnascidos.
CADEIRA DE MEDICINA LEGAL

b) Trabalhos do Curso Theorico
3. MEMORIA

O Crime de Homicidio, no ponto de vista da legislação e jurisprudencia patrias

ESTUDO MEDICO-LEGAL

PELO

Dr. Nina Rodrigues
SUMMARIO

Programma da Cadeira de Medicina Legal:

O Crime de Homicídio

NO PONTO DE VISTA DA LEGISLAÇÃO E DA JURISPRUDENCIA PATRIAS (*)

I

 PARTE DOCTRINAL

Sem que o médico perito tenha ideia exacta dos princípios jurídicos a que obedecem as disposições dos códigos penais relativas ao homicídio, é muito difícil compreendera elle bem o auxilio que deve prestar á justiça publica, saiba traçar os limites do seu papel de auxiliar técnico do juiz e nesse papel perseverar, habilitado ao mesmo tempo a esclarecer conscienciosa e cabalmente as questões medicas cuja solução lhe for proposta.

Em grande parte, do desconhecimento d’estes principios, assim como do desconhecimento da technica juridica, se origina o facto, bem conhecido, de medicos clinicos, notaveis pelo seu saber e competencia, revelarem-se na pratica forense peritos mediocres ou insuficientes.

Num livro de direito penal, escripto especialmente para os medicos peritos, ensina muito judiciosamente o illustre Puglia: «Esta classe de delictos contra a vida e a integridade pessoal deve fazer objecto de considerações especiais, afim de que o perito, quando chamado pelo magistrado a dar o seu parecer sobre alguma circunstancia do facto, possua os conhecimentos juridicos necessarios a esse fim».

No entanto, uma vez conhecida, mesmo muito em resumo como vamos expol-a, a doutrina juridica dos crimes contra a pessoa, está o medico-legista habilitado a julgar do acerto e valor das disposições legaes no tocante ás questões medicas, como principalmente a satis-

(*) A publicação da serie de estudos, que inicio com este artigo, sobre a doutrina medico-legal do Código Penal brasileiro, tem um intento exclusivamente didactico.

Pela imminencia de reforma em que está o nosso Código Penal, em projecto já adeantado no parlamento, não apareceno até hoje um livro que, nas facultades medicas, possa servir de guia aos alunos, no estudo medico-legal da nossa legislação criminal. E a esse serviço que se destinam estes artigos, por isso mesmo bem elementares.—N. R.
fazer de modo conveniente, na qualidade de perito, a exigência legal
dos esclarecimentos técnicos necessários à boa aplicação da lei.

A doutrina do homicídio, consagrada nos códigos criminais mo-
dernos, inspira-se em duplo princípio jurídico:

1.º que todo indivíduo tem direito à integridade da sua pessoa
   e à conservação da sua vida;

2.º que cumpre ao Estado o dever de fazer respeitar esse direito,
obrigando, pelo seu ramo judiciário, os que pretendam contra elle a
responder das consequências do seu acto, já incorrendo nas penas
do Código Criminal, já nas responsabilidades estatuídas no Código
Civil.

D’ahi resulta que, na punição de um delicto, se tem de atender
não só ao quanto do damno pessoal causado à vítima, mas ainda às
exigências de garantia para a estabilidade da ordem social pertur-
bada pela acção do criminoso, mas que ao Estado cabe manter.

No entanto, o acto considerado criminoso não contém em si a
característica da delinquência, antes a adquire das circumstâncias
que dictam a sua pratica e rodeiam a sua execução. Matar um homem
pode ser um acto legítimo quando praticado em defesa própria, sem
responsabilidade quando praticado accidentalmente, um verdadeiro
crime quando realizado com intenção dolosa.

E’ que a pratica do crime não é um acto simples, pelo contrario
decompõe-se n’uma serie de elementos secundarios, psychicos, phy-
siologicos e physicos, subordinando-se uns aos outros n’uma determi-
 nada successão de dependencia causal, que importa levar em conta
 na avaliação da sua illegitimidade.

Esses elementos, no acto considerado criminoso, são:

1.º O elemento intencional que ou pôde influir por sua presença,
constituindo o dóllo; ou pela sua ausencia, constituindo a culpa, a não
previsão das consequencias do acto.

2.º A idoneidade dos meios empregados a produzir o resultado
 criminoso desejado;

3.º a consummação do acto criminoso, ou simplesmente a tentativa
 de executal-o;

4.º o reconhecimento do nexo causal entre o acto praticado pelo
aggressor, o emprego dos meios de que se servio e o animo de que
se achava possuido.

Aplicados estes princípios especialmente ao caso dos crimes
contra a pessoa, que agora nos occupa, para o fim de caracterisa-
rem-se as diversas especies ou figuras delictuosas, que, n'esta cate-
goria de crimes, se requer sejam estabelecidas de acordo com o grao
do damno causado á victima e com os reclamos do perigo social
creado pelos intentos perturbadores do aggressor, faz-se mister atten-
der a dous elementos distinctos concorrentes na pratica da aggravao:

1.º o elemento subjectivo ou intencional do crime;
2.º o seu elemento objectivo ou material.

Cabe directa e immediatamente ao juiz a apreciação do elemento
subjectivo ou psicologico, do animo ou da intenção delictuosa, e só
quando esta apreciação deve completar-se no exame psiquiatrico
da sanidade mental do criminoso, n'elle intervem o medico perito.
Não assim na apreciação do elemento material ou objectivo dos crimes
contra a pessoa. A apreciação d'este elemento, isto é, a avaliação do
damno causado á saude ou á vida da victima, e das circunstancias
em que se operou, estando nos domìnios de uma especialidade pro-
fissional, a arte medica, requer o concurso de um perito technico e a
intervenção do medico é de rigor.

Ora, o exame do elemento material do crime não só habilita a
avaliar o quanto do damno causado á victima, como ainda a fornecer
ao juiz elementos subsidiarios para a determinaçao da intenção deli-
ciuosa do criminoso, de sorte que a apreciação do elemento material
ou objectivo do crime, isto é, o exame do corpo de delicto nos crimes
contra a pessoa, deve ser feito no ponto de vista:

1.º das suas relações com o elemento subjectivo do mesmo crime;
2.º da avaliação directa do damno causado á victima.

Sem duvida uma vez verificada a reunião do elemento subjectivo,
animus sœcandi ou animus nœcandi, ao elemento subjectivo ou
material, lesão corporal ou morte produzida, está completa a figura
do crime consumado.

Mas a existência de um só d'estes factores, seja o subjectivo, seja
o objectivo, considerada isoladamente, não basta muitas vezes para
caracterisar a imputação, definindo o crime praticado. De facto, ha
casos, em que mesmo a lesão não tendo determinado a morte, portanto apezar de vivo o agredido, a imputação continúa a ser a de homicídio e não a de lesão pessoal; como em outros casos, tendo havido apenas animus sacrandi, intenção de ferir, a imputação pode ser de homicídio e não a de simples lesão pessoal, pela supervenien-
cia, não desejada, da morte do agredido. E' que, como bem mostra o professor Borri, cujas opiniões n'este assumpto adoptamos em parte, a relação entre a intenção agressiva, a lesão produzida e a terminação d'esta pode variar consideravelmente. Assim, uma lesão gravissima pode não ter consequencias serias, graças á prompta intervenção da arte: um golpe perigoso pela região anatomica com-
prometida, pode, por um concurso de circumstancias imprevistas, ter consequencias insignificantes; como uma lesão, de si mesma insi-
gificante, pode ter as mais graves consequencias e determinar a morte.

Ao medico, sem duvida, compete dizer, em todos estes casos, das condições especiais em que se produziu o evento e das circumstancias particulares que lhe modificaram a sequencia ordinaria ou natural. Mas será difficil satisfazer ás inquirições da justiça, n'estes diferentes casos, si não tiver elle o conhecimento preciso das conse-
quencias legaes das circumstancias figuradas.

Por isso, no quadro schemático seguinte, que é uma ampliação de um quadro traçado pelo professor Borri, figuramos as relações dos dous elementos constitutivos do crime e as principaes configurações criminosas, resultantes da sua combinação.
<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>Pacto querido ou voluntário</strong></th>
<th><strong>Dólo</strong></th>
<th><strong>Culpa</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Elemento subjetivo ou psicológico</strong></td>
<td><strong>animus nascendi</strong></td>
<td><strong>homicidio consummado simples</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>infanticidio tentado frustrado com consequências</strong></td>
<td><strong>aborto frustrado</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>lesões consummadas</strong></td>
<td><strong>pessoas frustradas com consequências</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>culposos</strong></td>
<td><strong>culposos</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>Facção involuntário</strong></th>
<th><strong>homicidio accidentaes</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Elemento objetivo ou material</strong></td>
<td><strong>Aborto lesões pessoais</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>Elemento objetivo ou material</strong></th>
<th><strong>1° Lesões traumáticas</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Qualidade do danno</strong></td>
<td><strong>1° Morte</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>2° Perda do órgão</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>3° Deformidade</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>1° Perigo de vida</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>2° Perturbações funcionais</strong></td>
<td><strong>2° Molestia transitória</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>3° Perda da capacidade de gerar</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>4° Enfraquecimento de um sentido ou órgão</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>5° Dificuldade da palavra</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>6° Perturbação da gravidez</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>7° Inabilitação do trabalho, etc.</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>Quantidade ou extensão do danno</strong></th>
<th><strong>Lésses</strong></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Levissimas</strong></td>
<td><strong>1° choques moraes</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Leves</strong></td>
<td><strong>2° traumatismos</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Graves</strong></td>
<td><strong>3° infección</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Mortaes</strong></td>
<td><strong>4° asphyxias</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>5° inanición</strong></td>
<td><strong>6° venifício</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>
Destacando por enquanto deste esquema apenas o que se refere ao homicídio, facilmente se verifica que n’elé se podem considerar sete casos distintos: homicídio doloso, culposo, preterintencional, accidental; tentado, frustrado, consummado.

A discriminação destas especies de homicídios ora se apoia na apreciação do elemento subjetivo ou intencional, ora no do elemento material ou objectivo.

A. **Elemento subjectivo ou intencional.**—Da consideração d’estes elementos decorrem as configurações do homicídio doloso, culposo, preterintencional, accidental.

a) **Homicídio doloso.**—No homicídio doloso, o agente tem a intenção de matar, está possuido do *animus necandi* e é com esta intenção que aggride o paciente. Da qualidade da vítima, dos fins e meios do crime, do modo por que é executado, tiram-se circunstâncias aggravantes d’essa intenção, como sob outros aspectos d’ellas se deduzem circunstâncias atenuantes. Sobre algumas d’essas circunstâncias o medico perito pode ser consultado pelo juiz.

b) **Homicídio culposo.**—Nos casos, porém, em que o agente não tinha intenção de matar, não queria a morte do paciente, mas quiz e praticou, sem a necessaria previdencia ou pericia, um acto de que resultou a morte da vítima, constitue-se a figura juridica do crime culposo ou involuntario. Não nos interessam as controversias sobre os fundamentos juridicos d’esta figura criminosa. Para o nosso fim, basta estabelecer que o crime tem dois elementos: primeiro a previsibilidade do acto, praticado sem previsão; segundo a dependencia directa em que d’elle está a morte da vítima.

Os crimes culposos ou são por imprudencia, ou por negligencia, ou por impericia n’uma arte ou profissão. Estudal-o-emos mais de espaço nas suas relações com a responsabilidade medica que directamente nos atinge.

c) **Homicídio preterintencional.**—Deste modo se qualifica o homicídio em que a intenção do agente era produzir uma lesão pessoal mas em que, contra o seu intento, do seu acto resultou a morte do paciente. O agente tinha desfechado o golpe n’uma regiao não mortal, na perna ou no pé, mas a ferida complicou-se e d’ella proveio a morte; em outro caso, o agente tinha se servido, não de uma verdadeira arma, mas de uma simples regoa, a pancada na cabeça produziu,
porém, uma commoção cerebral e d’isso morreo o paciente. Nos dois casos havia animus sœcandi, intenção de produzir lesão pessoal, mas não havia animus nœcandi, ou intenção de matar. Mas, como a morte do paciente, embora não querida, foi a consequência do seu acto, o agente deve responder de crime de homicídio. E este homicídio seria um simples homicídio culposo, ou involuntário, si além do homicídio, não tivesse o agente de responder também da lesão pessoal dolosa que elle tinha a intenção de praticar e praticou.

N’estes casos é necessário demonstrar que havia intenção de ferir e não de matar. E, como só em casos excepcionaes essa demonstração directa é possível, no maior número de vezes tem-se de deduzi-la da apreciação dos meios utilizados pelo aggressor e do modo por que elle agio, tomando-se em consideração a natureza das armas empregadas, o numero e a direcção dos golpes, etc., etc.

d) Homicídio accidental.—Quando as consequencias do acto de que resultou a morte não podiam ser previstas, nem evitadas, entra o acto no pleno domínio do caso fortuito e desapparece o caracter criminoso do homicídio que se revela um simples acidente.

Todavia, a ausência da responsabilidade penal não exclui a responsabilidade civil e a este caso se filia toda a nova legislação relativa ao infortunio do trabalho a proposito da qual a elle voltaremos.

B. Elemento objectivo ou material do crime.—Assim como dos diversos momentos ou grãos do elemento intencional, ou da força psicológica do agente, provieram as distincções de homicídio doloso, culposo, preter-intencional e accidental; assim também dos diversos grãos ou momentos do elemento executivo ou material, da força física, se podem admittir outras formas ou distincções no homicídio, a saber, homicídio tentado, frustrado e consummado.

Esta é por excellencia uma distincção peculiar à escola classica, pois a escola positiva, partindo do estudo do criminoso e fundando a punição no grão da sua temibilidade, não a tem na menor conta. Uma vez que esta temibilidade se revele caracteristica, tenha sido executado ou apenas tentado o crime, o resultado é considerado o mesmo. Melhor havemos de ver, a proposito das lesões pessoas, que ha talvez exagero nos termos absolutos d’esta divergencia, devendo-se descobrir n’um justo meio termo a solução exacta do caso.

a) Homicídio tentado.—A tentativa de um crime suppõe a concurrencia das tres circumstancias seguintes: 1.º intenção dolosa de pra-
adicar o crime; 2.º começo de execução com meios idoneos; 3.º não 
consecução do fim criminoso por circunstancia independente da vont.

idade do criminoso.

Puglia reclama toda a atenção do perito para estas condições, afim de que este consiga, em certos delictos como os de violencia carnal, 
 evitar o erro de confundir especies de crime distinctas, trocando 
sumas por outras.

No crime tentado, o crime é completo no seu elemento psychological, na intenção dolosa do agente; mas é incompleto no elemento 
material ou objectivo, na execução do acto.

De facto, na parte psychological, elle presuppõe a intenção deliberada de atingir um fim certo e positivo. E por isso não pode haver 
tentativa de crime culposo, pois a imprudencia ou a negligencia excluem a intenção deliberada. Não pode tanto pouco haver tentativa de 
crime preterintencional, pois n'este o acto em suas consequencias vai 
ádém do fim que o agente queria ou previa.

Na parte material ou objectiva, a tentativa supõe não ter sido conseguido o fim desejado, mas ter havido começo de execução e 
ão simples preparativo dos meios destinados a obter o resultado desejado. O meio empregado deve ser idoneo, mas esta idoneidade 
ha de ser relativa e não absoluta. E a relatividade consiste naquella cir-

cumstancia que, independente da vontade do agente, o impedio de 
conseguir os seus fins.

Applicados estes princípios ao crime de homicidio, teríamos um 
homicidio tentado no caso de, com intenção de matar, ser propinado 
veneno ao paciente, em dose tal que não poderia ter o effeito toxico 
desejado.

b) Homicidio frustrado.—O homicidio frustrado é apenas um caso 
de homicidio tentado, mais edeantado na execução material do crime. 
A elle se applicam os tres requisitos da tentativa, salvo em que, em 
vez do simples começo de execução, foi completa a execução do acto 
criminoso, não tendo d'elle decorrido o effeito desejado, por cir-

cumstancia independente da vontade do aggressor.

Na tentativa, o criminoso tinha propinado veneno á victima, mas 
em dose tal que não poderia produzir effeito; no homicidio frustrado 
o criminoso propina veneno á victima em dose sufficiente para pro-
duzir a morte, mas esta não se segue ao seu acto porque em tempo 
foi administrado um antidoto que o tornou inerte.
Ha alguns anos, um criminoso desfechou um golpe no baixo-ventre da sua vítima, produzindo-lhe uma ferida penetrante do abdome, que interessava o intestino em diferentes pontos. Promptamente recolhido ao nosso hospital, foi operado em tempo pelo cirurgião e curou-se.

E' um exemplo de homicídio frustrado; o criminoso fez tudo o que era necessário para matar a vítima e só não o conseguiu pela intervenção de circunstâncias especiais com que elle não contava.

No mesmo exemplo, teria havido ainda homicídio frustrado e não simples tentativa se a vítima, trazendo sobre o corpo uma placa ou um objecto metallico, sobre este fosse cair o punhal que resvalasse e não ferisse o paciente.

De sorte que, no homicídio frustrado como no tentado, ha intenção deliberada de matar e não consecução do seu fim por motivo independente da vontade do criminoso; mas, ao passo que na tentativa o paciente não chega a sofrer a acção do agente, no homicídio frustrado a acção do agente se completa sobre a sua vítima, mas a morte é obstada por intervenção de elementos com que elle não contava.

c) Homicídio consummado.—Quando, no crime de homicídio, concorrem a intenção de matar, o emprego de meios idoneos a esse fim e a execução da morte, tem-se completa a figura jurídica do homicídio consummado.

A intervenção do médico perito é reclamada n'estes casos para avaliar a dependencia causal em que a producção da morte está da acção dos meios empregados. Na grande maioria dos casos, o problema pericial é de facil solução, ou porque a morte seguiu imediatamente o acto aggressivo, ou porque o carácter mortal da lesão é de sua natureza evidente. Nem sempre é assim, porém. Quando a morte sobrevem tardivamente à lesão, quando o carácter lethal do ferimento é menos claro ou mais discutível, a missão do perito torna-se ardua, dificilíma às vezes.

Ha mesmo casos especiais, previstos por lei, em que uma causa secundaria, independente do conhecimento ou do acto do criminoso, veio juntar o seu effeito ao da lesão primitiva para o resultado -lethal da aggression.

N'estes casos é de justiça que a responsabilidade do agressor seja descontada do exesso que não lhe pertence. E assim nos achamos em pleno domínio das chamadas concausas, a respeito das quaes
todo o médico legista deve ter ideias assentadas e seguras. Também procurarei dar-vos uma ideia exacta da questão, embora resumindo-a nos limites de uma conferência.

**DAS CONCAUSAES: SUA DOUTRINA MEDICO-LEGAL**

Um individuo diabetico recebe de terceiro, que ignorava a existência da molestia, um ferimento ligeiro, incapaz de produzir a morte. Mas, por força da molestia preexistente, o ferimento complica-se, sobrevém a gangrena diabetica e o paciente morre.

Em outro caso, o agressor produz ainda na sua vítima uma lesão de si mesmo insignificante e não lethal, mas o ferimento complica-se da infecção tetaonica e o paciente succumbe.

N’estes dous exemplos classicos e tantas vezes repetidos, claramente se demonstra que a lesão produzida por um agressor se pode tornar occasião de uma complicação, desconhecida ou não prevista do agente, a qual, se transformando n’uma causa nova e distincta do ferimento, vem juntar o seu efeito ao da lesão primitiva, para determinar a morte do paciente.

E a esta nova causa que adiciona os seus efeitos aos da lesão produzida pelo agressor é que se chama de — *concausa*.

Foi a nova causa que produzio a morte do paciente, mas como qual teve a sua occasião no ferimento praticado pelo ofensor, n’ella deve ter este a sua parte de responsabilidade.

No entanto, como o agressor não podia ter querido esse resultado por ignorar o estado morbo que preexistia, e não poder prever a complicação que sobreveio, é de equidade que o excesso produzido pela concausa seja descontado da responsabilidade do agressor, contando-se como uma attenuante do seu crime.

Como judiciosamente observa Severi, (1) as concausaes não são excusantes da imputabilidade, mas «circumstancias que modificam o elemento objectivo do crime, influindo na determinação do damno resultante da acção».

Pois bem, sancionando este principio de equidade, segundo o qual deve soffrer attenuações a responsabilidade do agressor toda a vez que uma causa nova independentes do seu acto vier concorrer para

---

(1) Severi: commentários à legislação italiana, no *Trattato di Medicina legale* de Hofmann e Kolisko, tradução de Ferrai, Milano, 1904, p. 366.
a morte da vítima, os códigos modernos estatuem em geral, com mais ou menos latitude, que se haja de reconhecer o benefício da attenuação na influência concorrente, já de causas preexistentes desconhecidas do agressor, já de circunstâncias supervenientes independentes do seu feito.

D'ahi a divisão natural das concausas em concausas preexistentes e concausas supervenientes.

A questões das concausas não é, todavia, uma questão exclusivamente jurídica que crie para os medicos legistas a obrigação de subordinarem as suas convicções científicas e verificações clínicas às regras estatuídas pelos juristas. Como bem demonstrou Filomusi-Guelfi, ella é a um tempo jurídica e medico legal, pois que a apreciação jurídica, para ser conforme a realidade dos factos, tem de basear-se na verificação médica das relações de concausalidade.

Uma vez fixada a doutrina jurídica de que as concausas devem figurar de circunstâncias atticuantes da responsabilidade, á medicina legal cabe, pois, o encargo de determinar os casos concretos em que se verifica ou não a occurrence de concausas, precisando a medida e as condições de interdependência em que as causas associadas concorrem para o resultado lethal, e ao medico legista compete reclamar que, com estes principios básicos tirados dos dados da observação médica, se hajam de conformar as disposições legislativas dos códigos penais, quando d'ellas porventura se apartem.

A. Concausas Preexistentes.—As concausas preexistentes tinham sido divididas por Lazzaretti em physiologicas, anatomicas e pathologicas. Posto que dos seus próprios nomes se indiquem as qualidades d'estas classes, convém pelo menos exempliferal-as.

As concausas physiologicas compreenderião phases diversas de funções normaes, que se poderião convertir em complicação do ferimento ou lesão. Assim a repleção do estomago durante a digestão, a da bexiga urinaria, do útero na grávidez, o estado catamenial, o puerperio, etc., capazes de conferir gravidade especial á lesão por si mesma de pouca monta.

As concausas anatomicas resultarião sobretudo de vicios de conformação, de verdadeiras anomalias, de estados anormaes, mas também de estados normaes, assim a transposição das visceras, a fragilidade congénita dos ossos, a persistência da fontanella, do
buraco de Botul, a fragilidade ossea da senilidade, etc., aggravando lesões de sua natureza leves, a ponto de torná-las mortais.

As concausas pathologicas provirão da existência de lesões ou estados morbidos anteriores, aneurismas, kystos hydaticos, hypermegalias splenicas de origem palustr, estados hemophilicos, estados constitucionaes, etc., etc., capazes de tornarem mortaes lesões ligeiras ou pelo menos não letaas.

Nem entre juristas, nem entre os medicos legistas há perfeito acordo no modo de julgar as concausas preexistentes. Uns recusam-lhes o beneficio atenuante de verdadeiras concausas e no Brazil esta doutrina tem sido representada pelos Drs. Soriano de Souza e Souza Lima. Outros, como Impallomeni, Borri, etc. e com elles Afranio Peixoto, acreditam que só podem ser consideradas concausas preexistentes as que adquirem um caracter franco ou proximamente pathologico. E por isso excluem do numero das concausas a maior parte das anomalias de conformação quando compatíveis com a vida e a saúde. Partindo todos do mesmo exemplo da morte por um ferimento penetrante do lado direito do thorax, ahi atingindo o coração transposto por disposição teratológica, allegam que em rigor aqui não há concausa porque tais anomalias são compatíveis com a saúde mais perfeita e duradoura, não se lhes podendo considerar acção distinta da do culpado e a esta se adicionando para produzir a morte.

Filomusi-Guelfi, (1) com aquella admirable claressa com que ilustrou toda a complexa questao das concausas, demonstra a saciedade o erro fundamental d’esta doutrina que, no seu dizer, teria como consequencia «a enormidade moral de que matar-se um homem doente não é a mesma causa que matar-se um homem sá». 

Repudiando a comparticipação que o professor Borri busca emprestar-lhe n’esta doutrina, Filomusi-Guelfi rectifica o seu pensamento alterado na interpretação dada ao seguinte trecho da sua memoria classica, (2) trecho que Borri, (3) como Afranio Peixoto (4) oferecem por synthese da caracterisação das concausas preexistentes: «De modo que se deverá aceitar como criterio para admittir

(1) Filomusi-Guelfi: Controversie nella valutazione delle concause. Pavia, 1900.
(3) Borri: Le lesione traumatiche di fronte ai codici civili e penale ad alla legge sugli infortuni del lavoro. Milano, 1898.— Nozione di medicina legale. Milano, 1900.— Revisita degli infortuni del lavoro. 1901.
a concausa preexistente, o prejuízo da saúde, ou natureza pathológica da condição preexistente ou, ainda melhor, o facto anormal; e as concausas serão ou condições francamente pathológicas, ou condições proximas do estado morbido.

Mostra que o caráter essencial destas concausas não pode ser a sua natureza pathológica como elles admittem, mas sim o caso fortuito que elles representam. Para elle, o carácter fundamental da concausa preexistente é «o de uma condição qualquer que, sahindo do caso ordinario, sendo anormal, accidental, é de tal monta que o traumatismo, incapaz de produzir por si um dado effeito, todavia o produz só pelo concurso da condição anormal preexistente».

O erro da doutrina contraria vem do exemplo que a motivou e em que elle se funda, a saber, o de um ferimento penetrante do lado direito do thorax atingindo o coração transposto. O exemplo é mal escolhido e nada probante. N'esse caso, realmente se deve excluir a concausa, não pelo facto de não ser um estado morbido a transposição do coração, mas porque não existe o caso fortuito. O ferimento é de sua natureza grave ou mortal independentemente da transposição das vísceras, pois outras vísceras importantes, afóra o coração, poderiam ser n'elle interessadas e determinar a morte.

Diverso seria o caso, si, sendo a lesão de si mesma leve, como n'um choque externo sobre o thorax, sobreviesse a morte por ter a vítima uma persistência do buraco de Botal que dêsse logar a uma syncope mortal.

Aqui a anomalia, apeza de anomalia, teria a qualidade de concausa, de caso fortuito, accidental, aggravando o damno, de si mesmo não lethal.

Ao contrario, sem esse carácter de caso fortuito, mesmo a preexistência francamente pathológica não pode adquirir, como querem os adversarios da doutrina, o valor de uma concausa. Si, em logar de um vicio na posição do coração, (anomalia), preexistisse no individuo ferido uma hypertrophia do orgão, uma atheromasia aortica ou um aneurisma (verdadeiras molestias), e a morte na ferida penetrante do thorax tivesse provindo da lesão do coração hypertrophiado, ou do aneurisma, não se poderia admitir, segundo Filomusi-Guelfi, a existencia de uma concausa, pois em ferimentos d'essa especie a morte pode sobrevir sem a preexistencia de uma lesão do coração ou da aorta. Ao passo, continua Filomusi-Guelfi, que, si a ruptura de
um coração adiposo ou de uma aneurisma fosse determinada por um leve choque sobre o thorax, ninguém poderia em consciência negar a concausa, pois com certeza a pancada, sem a adipose cardíaca ou o aneurisma, não poderia ter produzido a morte.

De relação à transposição do coração, Severi dissente de ambas as doutrinas e a tem por verdadeira concausa, já porque, tendo sido o legislador italiano favorável às condições preexistentes seria injustificado excluí-las, já porque elle não considera mortal a ferida penetrante do thorax: «ainda que se trate de lesões revestidas dos caracteres de uma certa gravidade, todavia os actuales meios therapeuticos nos fazem presumir, como assaz provável, a cura de uma ferida de punhal, mesmo penetrando na cavidade thoracica».

A propósito das lesões pessoaes, veremos como é inaceitável esta attenuation do prognostico dos ferimentos, baseada nos progressos da cirurgia.

E’ uma nova questão e completamente á parte a circumstancia verdadeira de que em geral as anomalías capazes de agravar a acção dos traumatismos, podem pretender também o carácter de estados pathologicos ou quasi pathologicos. Esta circumstancia apenas tem o merito de autorizar a subdivisão das anomalías em anomalías compatíveis com o estado hygido, e anomalías acompanhadas de consequencias morbidas ou anormaes e de realizarem estes de preferência as condições de concausas. Mas essa circumstancia não poderia autorizar a substituição do criterio do caso fortuito das concausas preexistentes pelo criterio do caso pathologico, pois casos francamente pathologicos perdem a qualidade de concausa por não realizarem a de caso fortuito.

Sí, n’este concurso de duas circunstancias, que podem ter influencia concurrente no resultado lethal de uma agressão, se pode dar o caso figurado de ser a lesao produzida de sua natureza tão grave que permita desprezar a influencia do estado preexistente e negar a concausa, como por exemplo no caso de ferimento penetrante do thorax, tendo atingido um aneurisma, no qual se pode desprezar a influencia da molestia preexistente porque mesmo sêm ella o ferimento devia ser considerado mortal; também se pode verificau o caso oposto em que por tal forma se attenue a influencia do traumatismo e se aggrave a do estado preexistente, que se deva por o resultado lethal exclusivamente à conta do segundo, negando a existencia de um effetio de
causas concurrentes e desfazendo do mesmo passo a suspeita de um crime.

Filomusi-Guelfi illustra o caso com uma observação pessoal. Uma prostituta recebe n’uma altercação algumas bofetadas de um soldado que a ameaça de reprimenda mais grave. Em seguida a mulher sente-se aflicta, e conduzida ao leito e morre pouco depois. Na autopsia, Filomusi-Guelfi encontra eudócocardite chronica, degeneração gordurosa do coração, atheromasia, figado gorduroso, nephrile intersticial com degeneração kística dos rins, e nenhum vestígio da lesão sofrida. Conclui o ilustre professor que a morte foi devida exclusivamente à paralisia cardiaca e que não se devia levar em conta a acção insignificante do traumatismo, como a do susto, simples occasião de uma morte já de si proxima e inevitável.

Filomusi-Guelfi, para a admissão da concausa preexistente, impõe duas condições fundamentaes: 1.º que exista um estado abnorme, accidental, do individuo lesado, desconhecido do agressor (caso fortuito); 2.º que um traumatismo incapaz, por si mesmo, de produzir o effeto lethal, só o produza com o concurso d’aquella condição anormal.

Tal a conclusão do mestre de Pavia a que adherimos e que vos propomos como a verdadeira.

B. Concausas supervenientes.—Porventura ainda mais controversas e debatidas são as questões relativas às concausas supervenientes. Consistem estas concausas em ultima análise na superveniencia de uma complicação, em parte independente do traumatismo, e capaz de tornar mortal uma lesão de sua natureza leve. E’ o caso do tetano, da erysipela traumática. No entanto, para logo se prevê que importa antes de tudo distinguir os casos em que uma complicação d’esta natureza é uma dependencia simples e immediata da lesão, inseparável da sua terminação natural, d’aquelles outros casos em que ella é, de facto, uma circunstancia distincta e estranha ao acto do crimi noso, a qual reúne os seus effeitos aos do traumatismo primitivo. Foi ainda Filomusi-Guelfi quem estudou de modo exaustivo e magistral as condições de dependencia entre o traumatismo e a circuns tancia que o complica; admitindo as quatro categorias seguintes aqui figuradas com os seus próprios exemplos.

1.º Categoria: Independencia absoluta da superveniencia.—A molestia que complica a lesão, d’esta é independente tanto na sua origem como no seu decurso e é ella a unica responsavel pela morte.
N'este caso, evidentemente não ha concausa, a molestia super-
veniente é tudo, a lesão nada. Exemplifica bem este caso uma 
febre typhoide sobrevindo a um ligeiro ferimento, sem hemorrhagia, 
sem enfraquecimento de forças, sem efeitos graves sobre o estado 
geral. O germen da febre typhoide penetra no organismo, não pela 
ferida, mas pelo intestino,—independencia de origem: o traumatisme 
ão influe na marcha da molestia,—independencia de decurso.

2.ª Categoría: Independencia de origem, decurso influenciado 
pelas consequencias da lesão.—D'este caso seria exemplo uma febre 
typhoide, sobrevindo a uma lesão traumativa que, pela hemorrhagia 
produzida, creou um grave estado anemico, capaz de ter influencia na 
marcha da molestia. A' independencia de origem aqui não se segue 
uma independencia de decurso, pois o estado anemico resultante da 
hemorrhagia pode aggravar a marcha da febre typhoide. Podia admi-
trir-se, pois, a concausa, isto é, o concurso confluente das duas cir-
cumstancias distinctas, no desfeito fatal do caso.

Mas Filomusi-Guelfi exclui ainda aqui a existencia de uma con-
causa. Não padece duvida que a hemorrhagia traumatica, enfra-
quecendo as resistencias organicas, pode tornar mais graves as con-
sequencias da infecção. Mas, na pratica, este accrescimo não passa de 
uma simples possibilidade, nem nós, medicos, temos elementos para 
afirmar que o estado anemico concorre realmente para determinar 
a morte n'aquelle caso dado, pois que a febre typhoide por si só pode 
ter esse resultado. A influencia do estado anemico não passa de uma 
simples supposição hypothetica e não seria justo, sob base tão fragil e 
incerta, aggravar a responsabilidade do criminoso.

3.ª Categoría: Dependencia de origem com independencia de 
decurso.—Exemplificam esta categoria o tetano, a erysipela que com-
plicam o ferimento. A dependencia da origem está em que a ferida foi 
a porta de entrada do germen; a independencia do decurso em que 
essas complicacões têm a sua marcha independente da gravidade ou 
insignificancia da lesão.

E' este, para Filomusi-Guelfi, o verdadeiro caso da concausa jurí-
dica.

4.ª Categoría: Dependencia absoluta, dependencia parcial de 
origem con independencia da lesão no decurso da molestia.—Estão 
n'este caso, as embolias gordurosas dos pulmões nas fracturas osseas,
a peritonite que se segue a uma ferida penetrante do abdômen, a me-
ningite nas lesões craneanas, etc.

Tal em suas linhas geraes a doutrina do eminente professor de
Pavia e sem duvida a mais completa, a que reconhece bases solidas na
observação directa dos casos clinicos.

Todavia, da doutrina de Filomusi-Guelfi divergem in toto ou
apenas em parte alguns medicos legistas e juristas.

Borri, que a aceita, também limita o beneficio da concausa a 3.ª
categoria de Filomusi-Guelfi, isto é, aos casos de dependencia de ori-
gem com independencia de decurso. Crea, porém, uma distincção
particular. Si a complicação superveniente é obra, na sua producção,
de um factor estranho, da intervenção de terceiro, elle não admite a
concausa, e só a reconhece quando falha esse factor estranho. Ser-
vindo-se de uma observação de Tamassia, Borri illustra o seu modo
de pensar com o seguinte exemplo. Um individuo recebe uma ligeira
lesão na cabeça. Para estancar a hemorrhagia, uma pessoa conhe-
cida vai tomar teia de aranha a uma estribaria e a aplica sobre a
ferida. A teia de aranha estava contaminada de germens tetanicos,
sobreven o tetano e o ferido morre.

N'este caso, pensa Borri, toda e qualquer dependencia causal
entre o acto do aggressor e a complicação que matou a sua victima,
está rota pela intervenção de um terceiro e o criminoso só tem que
responder da lesão pessoal que produzo. Si, porém, não existe factor
estranho, o tetano depende directamente da ferida, isto é, da obra do
offensor e este torna-se responsable da morte da sua victima, embora
com a attenuante da concausa, representada pela superveniencia não
querida do tetano.

Filomusi-Guelfi refutou com vantagem esta theory.

Antes de tudo, pleitea contra ella a dificuldade sinão a impossibi-
lidade pratica de demonstrar a existencia do factor estranho. De
fato, no momento da producção de uma ferida, na confusão dos pri-
meiros cuidados, prestados por pessoas ignorantess, grosseiras ou
impossibilitadas de tomar precauções anti-septicas, é quasi impossivel
affirmar-se si houve ou não contacto impuro ou septico e si portanto
houve ou não factor estranho. Só em casos excepcionaes esta de-
monstração será possível. E d'ahi resulta que, para casos que na pra-
tica se podem suppor identicos, esta theory traria como consequencia
situações jurídicas diferentes, uns criminosos respondendo apenas de lesão pessoal e outros de homicídio com benefício de concausa.

Depois, Borri não atendeu convenientemente às condições da intervenção do factor estranho. E aqui se impõe a distinção fundamental entre uma intervenção querida, intencional e a intervenção fortuita, accidental.

Se a intervenção é accidental, não querida, o caso tem com o factor estranho o mesmo carácter fortuito que deve ter sem factor estranho. De facto, a paridade das situações está absoluta, venha a contaminação têntica de pessoa da própria família que aplicou sobre a ferida o que primeiro lhe caiu nas mãos; venha de um profano que deitou sobre ella teias de aranha accidentalmente contaminadas de germens tênticos; venha do médico que, pela urgência do caso, não teve tempo de desinfetar as mãos e servir-se de aparelhos e pensos asepticos; venha do próprio doente que sobre a lesão aplicou as mãos, o lenço, um objecto qualquer infectado, ou foi obrigado a posar o pé ferido e descalço sobre a terra contaminada de germens do tetano. Sendo igualmente fortuita em todos estes casos a contaminação da ferida, não há razão para admittir-se em um e rejeitar-se em outros a intervenção da concausa.

Se, ao contrário, é intencional e querida a intervenção do factor estranho, então realmente desaparece o benefício da concausa para o agressor, pois este não tem mais de responder senão dos efeitos do acto que praticou, isto é, da lesão pessoal. Desaparece o caso fortuito e em logar d'elle veio colocar-se a fraude, a culpa ou o dôlo de terceiro responsável pelo homicídio. Se é o propio ferido que, com a intenção de aggravar a responsabilidade do agente, trata de irritar a ferida e d'ahi resulta a complicação que o mata, a morte representa a sua parte na expiação da fraude commettida. Se a morte provém de erro, imperícia ou negligencia do médico que tratou o ferido, deve aquelle responder do seu crime culposo. Em todos estes casos, não resta ao criminoso senão a responsabilidade da lesão pessoal que produziu.

Outros, porém, vão além de Borri e Horacio Modica [5] recusa-se a admitir a concausa nos casos figurados na 3.ª categoria de Filomusigiulfti, entendendo que em todas as infecções de uma ferida existe

---

sempre uma consequência directa da lesão. Acha artificial a distinção entre independência de origem e dependência de decurso e entende que o direito exige a punição do acto criminoso, seja imediato, seja mediato e considera causa eficiente a que inicia o efeito e encerra em si todas as condições para completal-o.

Mas Filomusi-Gueifí mostra que em certos casos a ferida aseptica não pode conter todas as condições capazes de produzir a morte e que, na infeção com que esse resultado foi produzido, a adjunção do germen septico representa sempre um caso fortuito e estranho à acção do aggressor que não pode, sem manifesta injustiça, ver por elle aggra-
vada a sua acção.

Tal a doutrina de Filomusi-Gueifí que tende a ser geralmente aceita no seu paiz e que, de facto, merece a máxima consideração de todos os medicos legistas.

Aceitando-a em suas linhas gerais conservamos todavia a liber-
dade de dissentir d’ella em pontos secundarios ou de applicação.

O primeiro refere-se aos termos por demais absolutos da exclusão da concausa juridica nos casos da 2.ª categoria. A circunstancia de ser a molestia superveniente capaz de por si só produzir a morte, não pode constituir um motivo para recusar-se às consequencias do traumatismo quando serias, uma influencia concurrente, aggravando a marcha da molestia, influindo na producção da morte e portanto dando ao caso os caracteres de uma verdadeira concausa. Reputo injusto recusar-se a qualidade de concausa ao estado de profundo depaupe-
ramento ou de anemia por traumatismo anterior, que tornou mortal por exemplo a infeção variólica que se havia manifestado sob uma das formas que a clinica demonstra terminar ordinariamente pela cura, nas pessoas fortes e resistentes. E assim para o impaladismo, para a infeção amarillica, etc. Não podemos dar grande peso à circumstancia da impossibilidade em que fica o medico de exhibir uma prova material do seu juízo em casos d’estes, pois em grande numero de outros não são melhores em medicina legal os fundamentos do juízo do perito. Nem poder-se-ha dar sempre a prova material de que uma infeção tetânica sobrevinda a um ferimento ligeiro não podia ter tido outra porta de ingresso para o germen, differente da lesão produzida.
Em segundo logar, tenho que a consideração de independência ou dependência de origem e de decurso não é sempre suficiente para a justa apreciação das condições de concusalidade jurídica.

De facto, nos termos da doutrina de Filomusi-Guelfi, as infecções que complicam as feridas traumáticas se devem distribuir em duas categorias distintas: umas, o tetano, a erisipela, etc. que complicam os ferimentos, entram na terceira categoria, da dependência de origem com independência de decurso, e constituem as verdadeiras con-causas jurídicas; outras, a peritonite, a pleurisia, a meningite, etc. que complicam as feridas penetrantes do ventre, do torax, do crânio, entram na 4.ª categoria, da dependência parcial de origem com dependência de decurso e constituem simples consequências directas da lesão.

Expressa em termos de dependência de origem e de decurso, esta distinção se oferece muito atacável.

Francamente não vemos em que, sob este aspecto, os dois grupos de infecções se possam distinguir. A dependência de origem existe nos dois casos, pois, sobre ser função de germens vivos, a peritonite não é fatal nas feridas penetrantes do abdômen, antes segundo Kœning (6) falta na maioria dos casos.

Não é menos evidente a independência de decurso nos dois casos.

A manifestação e a intensidade da peritonite não dependem da extensão da lesão peritoneal, mas das condições septicás da lesão e da receptividade morbida do paciente, pois uma vasta laparotomia aseptica cicatriza por primeira intenção, ao passo que uma simples ferida punctória do peritoneo com instrumento septico pode produzir violenta peritonite.

N'estas condições, ou deveríamos estender o benefício da con-causa jurídica a todas as infecções complicando os ferimentos, ou deveríamos recusá-lo a todas. Não tem para nós o menor peso um argumento que Filomusi-Guelfi oppõe por mais de uma vez a Modica, a saber: que recusar-se a qualidade de concausa às complicações infectuosas das feridas importaria em não admitir a existência das concausas supervenientes, o que iria de encontro à disposição expressa do Código penal italiano que no art. 367 previo terminantemente a existência de tais concausas. No terreno científico a obje-

ecção carece de valor; e a ella se podem oppór justissimos conceitos do proprio Filomusi-Guelfi.

«E si o medico legista, escrevia elle (7), entende que a relação de concausidade foi comprometida no principio juridico, não pode e não deve abster-se de fazer notar o dissidio: o qual, como pode ter nascido da nenhuma influencia que as relações de concausaldadade, até aqui pouco illustradas, tiveram na dicção da lei, assim também pode ser composto, illustrando sempre mais aquellas relações e pon-do-as ainda melhor ao alcance dos juristas que devem d’ellas utili-sar-se.»

Acreditamos, no entanto, que a distincção de Filomusi-Guelfi deve ser mantida, mas sob outros fundamentos.

De facto, os ferimentos do ventre não podem ser considerados ferimentos leves; são ao contrario ferimentos muito graves ou mortaes, pois, independente da notoria frequencia das peritonites, a morte pode sobrevir n’elles seja por hemorrhagia interna, seja por lesão de visceras importantes, seja por schock, etc. Por consequente, a séde da lesão, qualquer que seja a sua relação de dependencia com a pe-ritonite que a complique ou possa complicar, exclue o caso fortuito. E, como já o ensinou o proprio Filomusi-Guelfi para o caso de uma ferida penetrante do thorax e interessando um aneurisma alli existente, assim também aqui devemos recusar o beneficio juridico da concausa, não porque a peritonite, no seu decurso, seja dependente da lesão, mas porque na especie o caso fortuito não se constituiu. E o caso fortuito tanto é condição essencial da concausa preexistente como da concausa superveniente.

Supponhamos que n’un ferimento penetrante do abdomen, do thorax, etc., e morte se dá, não por peritonite ou pleurisia, mas por tetano. Embora a independencia de decurso seja aqui a mesma que na 3.ª categoria de Filomusi-Guelfi, com certeza elle proprio recusaria admitir a concausa n’este exemplo, por faltar o caso fortuito.

De tudo isto se ha de concluir que, feita do ponto de vista exclusivamente scientifico e natural, a distribuição das relações de dependencia em que uma lesao traumatica se pode achar dos estados morbidos a ella supervenientes, ficou rigorosamente satisfeita na classificação de Filomusi-Guelfi, em quatre categorias distinctas. Mas, quando, deixando o ponto de vista estrictamente medico ou scientifico, se tem

(7) Filomusi-Guelfi: La independenza patogenetica nelle concause sopra-

venute. Pavia, 1900.
de atender à aplicação jurídica dessas relações de dependência ao beneficio legal de uma attenuação da responsabilidade por concausa superveniente, as bases daquela classificação tornam-se insuficientes porque é forçoso atender agora a um novo elemento e este essencial, o elemento intencional, a carencia de previsão, o caso fortuito que não se pode admitir nos ferimentos reconhecidamente mortaes, como são os das cavidades esplanchnicas, quase que que possam ser as condições de dependencia em que estejam d'essas lesões os processos infectuosos que as compliquem.

A necessidade de levar em conta este novo elemento, estranho às bases da sua classificação, por duas vezes foi-sentida e reconhecida por Filomusi-Guelfi. Primeiro, quando teve necessidade de justificar a dependencia absoluta das peritonites, etc.

"Em geral, escreveu elle, uma peritonite por ferida do abdomen, uma pleurisia por ferida do peito, uma ménin gité por ferida da cabeça, embora reconheçam uma origem infectuosa, são manifestações de infecções que, nas suas localisações (peritoneo, pleura, meningeas e portanto ainda nos seus decursos, estão intimamente ligadas à sêde da lesão e às vezes ainda à profundidade d'elle e não se pode faltar em independencia de decurso. Por outro lado, ninguém descobre n'ellas uma mudança de scena, uma ferida leve aggravada de momento, um desvio nos factos inherentes à sêde e à natureza da ferida, um acidente novo e n'elle não ordinario, qualquer cousa de fortuito no aggravar a lesão, já em relações intimas com órgãos vitaes. Portanto, onde não se reconhece a independencia de decurso, nem tão pouco se pode reconhecer o caso fortuito, falta a concausa e podemos admitir a directa consequencia da lesão."

Apezares de, á primeira vista, ter elle dado aqui ao caso fortuito um papel secundário, de auxiliar, de reforço da dependencia de decurso, bem examinadas as cousas, só aquelle decidiu a questão. Que a sêde da lesão crie a dependencia de origem, abrindo a porta á infecção, é indiscutível: mas que influa no decurso da peritonite, não vemos bem em que. Sem duvida, se pode admitir que a gravidade das lesões abdominaes é proporcional á extensão das mesmas lesões, porém essa relação não se refere exclusivamente á peritonite, e sim a todos os outros elementos de gravidade, hemorrhagia, destruição de órgãos vitaes, shock, etc. D'onde se vé que o que se elimina n'estes casos não é a independencia do decurso, é o caso fortuito.
Pela segunda vez, teve Filomusi-Guelfi de reconhecer a distinção necessária entre dependência de concausalidade no ponto de vista médico, e dependência de concausalidade no ponto de vista jurídico, quando foi obrigado a confessar que, no caso de intervenção fraudulenta de um factor estranho, a simples verificação médica da dependência de origem com independência de decurso, não é bastante para constituir uma concausa jurídica, que mesmo n’esses casos pode ser excluída si lhe fallece o carácter jurídico do caso fortuito.

«Em resumo, escreve elle, devemos reconhecer que aqui a contemplação de um elemento subjectivo da acção humana retira à infecção o carácter de caso fortuito e cancella a concausa. Mas na verdade é esta uma excepção; a qual poderá dizer que para a admissão ou exclusão da concausa não poderá bastar sempre a simples apreciação medico-legal e que ainda importa às vezes a apreciação de um elemento subjectivo da acção humana, mas não quererá dizer que em geral, do ponto de vista medico-legal, devam se registar como concausas supervenientes aquellas infecções que, oferecendo o carácter de dependencia de origem e independencia de decurso, respondem de ordinário ao conceito jurídico de caso fortuito, o que a nós importa pôr em relevo».

Sim, mas a concessão de Filomusi-Guelfi inverte, de facto, os termos da questão e faz desaparecer o carácter de excepção que lhe deo o auctor.

E’ claro que é a realização do caso fortuito que caracteriza essencialmente o beneficio jurídico da concausa superveniente.

A medicina legal se limita a constatar que, das condições de dependencia em que se podem achar entre si estados morbidos coexistentes num mesmo individuo, os que mais vezes realizam a condicção do caso fortuito são aquelles em que se verificam a dependencia de origem e a independencia de decurso, sendo que os dous conceitos médico e o jurídico não se correspondem exactamente. De facto, o conceito médico é mais amplo do que o jurídico, pois mesmo realizadas as condições de dependencia de origem e independencia de decurso, o caso perde a qualidade jurídica de concausa si a superveniência é obra proveniente de terceiro, ou si se adiciona a uma lesão de sua natureza mortal, circumstancias em que desaparece o caso fortuito.
Exposta a teoria medico-legal das concausas, corre-nos agora o dever, antes de passar além, de examinar o modo por que os medicos-legistas brasileiros têm entendido a influencia das concausas, pois naturalmente as suas opiniões hão de ter exercido decidida influencia na aplicação da lei penal patria.

Acima, na exposição doutrinal, de perto busquei acompanhar o ensino da escola medico-legal italiana, como sendo a que mais larguezá tem impresso ao estudo da questão, prevista no seu código penal com mais precisão e rigor do que em qualquer outro.

Outra era a orientação dos medicos legistas brasileiros que precederam à actual geração, directa e quasi exclusivamente inspirados na medicina legal franceza.

Não seria, porém, a deficiencia d’esta escola medica que haveria de justificar os descartos dos que a tivessem tomado por guia. Os medicos legistas francezes, do começo do século XIX, tinham, de facto, ideás muito seguras sobre a questão das concausas. A moderna distincção italiana das concausas em preexistentes e supervenientes não faz mais do que reproduzir a distincção já estabelecida desde Planquet, Mahon e sobretudo Orfila nas duas classes: 1.ª das circunstancias manifestas ou occultas existentes antes do momento em que foi praticada a violencia; 2.ª das circunstancias que sobrevêm depois do tempo em que foi feita a ferida.

Foderé fez mesmo uma distribuição até certo ponto justa e racional das condições em que se pode dar a complicação das feridas. No entanto, a verdade é que no tocante às concausas os tratadistas brasileiros suffragaram doutrinas de todo o ponto inadmissíveis. Referimo-nos ao modo de pensar dos Drs. Soriano de Souza e Souza Lima, únicos que, supponho, deram publicidade às suas opiniões.

Estes dous professores começam rejeitando as concausas preexistentes. Partem ambos do principio de Foderé: «Tudo quanto não depender propriamente da natureza da ferida não pode ser imputado ao seu auctor», para chegar a uma conclusão diametralmente opposta a esse postulado. O Dr. Soriano de Souza (8) conclui: «O aggravarem-se as feridas n’aquellas condições (das concausas preexistentes) é uma necessidade e portanto ha inteira e directa rela-

(8) Soriano de Souza: Ensai medico-legal sobre os ferimentos e outras ofensas physicas com applicação á legislação criminal patria. Recife, 1872.
ção entre a ferida e o resultado fatal que não se pode deixar de considerar como um efeito natural e directo da ofensa; logo, quem deo logar a causa é responsável pelo efeito».

Esta estranha conclusão é sancionada pelo Dr. Souza Lima (9) nos seguintes termos: «Em que peze á opinião sustentada por alguns medicos-legistas (Belloch, Mahon, Bohnius, Van Switten, etc.) que allegam em favor do criminoso a circumstancia de ignorar elle esse estado particular do offendido, que aggravou e tornou mortal uma ofensa que seria de natureza leve em outras condições, acompanho antes o modo de pensar do illustrado medico-legista brasileiro, segundo o qual elle entende que em taes casos a morte deve ser imputada ao auctor da lesão, porquanto, diz elle, o aggravarem-se as feridas n’essas condições é uma necessidade e portanto ha intima e directa relação entre a ferida e o resultado fatal, que não se pode deixar de considerar como um efeito natural e directo da ofensa: logo, quem deo logar á causa é responsável pelo efeito».

Mais tarde, o novo código penal brasileiro admitio o beneficio das concausas preexistentes, o Dr. Souza Lima inclinou-se deante da letra da lei, porém manteve a sua opinião pessoal contraria á doutrina.

E escreveo elle então (10): «Isto (a concausa preexistente), em rigor, não deveria prejudicar a classificação scientifica e racional de uma lesão que, interessando, por exemplo, uma grossa veia, uma arteria calibrosa ou o proprio coração deslocado de sua situação normal, acarretasse a morte do individuo. A ser, porém, de outro modo, não ha razão para não se estender e aplicar a mesma doutrina aos estados morbidos que podem tornar irremediavelmente mortal uma lesão aliás curavel ou mesmo sem gravidade em outras condições».

N’aquella implacavel conclusão dos dous medicos brasileiros de que « quem deo logar á causa é responsável pelo efeito», ha uma deplorable e perigosa confusão de causa com occasião de um acto.

Qualquer pessoa pode praticar voluntaria ou involuntariamente um acto que, dando origem a um novo facto, torne a pessoa accasião d’esse outro facto que ella repelleria, que não quereria como consequencia do que praticou si o podese ter previsto. E o que se dá no homicidio com concausa e melhor no homicidio preterintencional que a theoria dos Drs. Souza Lima e Soriano de Souza excluem por egal.

---

N'este ultimo caso, o individuo é causa do ferimento leve e naturalmente deve responder do dolo que tenha posto em praticar-o; mas foi apenas occasião da morte de sua vítima, pois, sendo esta portadora de uma condição de gravidade especial dos ferimentos, desconhecida do aggressor, só esta pode ser causa directa e imediata da morte. D'este homicidio, o agente apenas podia ter sido causa involuntaria ou culposa, por ter sido occasião d'elle. E seria altamente injusto respondesse por elle como responderia por um homicidio querido ou intencional.

Menos consequente do que o Dr. Soriano de Souza, que, assim como negava as concausas preexistentes, negava igualmente as concausas supervenientes, apenas consentindo em attenuar a responsabilidade do agressor no caso da intervenção dolosa de terceiro, fosse este o proprio doente ou os seus assistentes, o Dr. Souza Lima recua deante da conclusão logica da sua doutrina e admite o beneficio attenuante da concausa tanto no caso da contaminação accidental da ferida, como no da aggração por falta de cuidado do ofendido. Mas, n'um e n'outro caso, as suas ideias ressentem-se da falta de uma analyse completa das situações.

O Dr. Souza Lima confunde no mesmo grupo as molestias absolutamente independentes da lesão, com infecções que são d'ella parcialmente dependentes; um caso de peste que Zachias já tinha mostrado nada ter que ver com o ferimento, é equiparado á erysipela que complica uma ferida leve. Ora, é evidente que, no primeiro caso, se tratará apenas de um crime de lesao pessoal; a peste [11] mata o ferido como mataria uma pessoa não ferida; ao passo que, no outro caso, se tratará do crime de homicidio com concausa ou do homicidio preterintencional, segundo se puder provar que tinha havido ou não o *animus necandi*, pois n'esse caso a invasio da erysipela depende da ferida.

Do mesmo modo no caso da intervenção de estranho.

O illustre mestre não distingue a contaminação fortuita, accidental e imprevisivel, da contaminação ou aggração querida e procurada, nem da resultante da culpa por imprudencia, impericia ou negligencia do assistente, e parece admittir para todos esses tres casos o mesmo beneficio da concausa.

---

(11) Aliás melhor serviria ao caso o exemplo da infecção variólica ou typhoide, pois em rigor o ferimento podia ter sido a porta de entrada do germen pestesio.
Ora, é evidente que, si a morte resultou das duas últimas hipóteses, isto é, de se ter aggravado a lesão primitiva por culpa ou por dolo de terceiro, o agressor só deve responder do que praticou, portanto da lesão pessoal, e é o outro réu quem deve responder pela complicação e pela morte por elle produzida malevolamente. Aqui não ha homicidio com concausa, mas apenas dois crimes distintos: o de lesão pessoal praticado pelo agressor e o de homicidio doloso ou culposo resultante de uma intervenção criminoso n‘um caso, ou da falta de perícia ou da negligência no outro. Si quem procura e provoca a aggravação da ferida é o proprio doente, a morte é a parte por que elle expia a sua coparticipação malevola no acto delituoso e ainda ahí só resta ao agressor a responsabilidade da lesão pessoal que praticou. Ao contrario, si a contaminação infectuosa foi accidental e impossível de ser evitada, partisse das condições da occasião, do descuido do proprio doente, ou do medicico que não teve tempo nem meios de fazer um curativo aseptico, em todos esses casos apenas deve existir o beneficio da attenuante por concausa superveniente.

Mais recentemente, um joven e distincto medico-legista brasileiro, Afranio Peixoto, defendo entre nós as doutrinas italianas de Filomusi-Guelfi que eu tenho sempre professado n‘esta Faculdade com as restricções acima expostas. No entanto, Afranio Peixoto espostou a opinião de Borri que dá ás concausas preexistentes o característico morbido ou pathológico ao em vez do caso fortuito, em que justamente se tinha fundado Filomusi-Guelfi. Já vimos quanto é insustentavel a opinião de Borri. Nas concausas supervenientes, Afranio Peixoto parecia ter adoptado, na sua definição, a caracteristica da dependencia completa advogada por Modica, mas acabou aceitando a teoria da independencia relativa de Filomusi-Guelfi. Não se referio, porém, ao papel e influencia do factor estranho que tanto preoccupou a Borri e aos tratadistas brasileiros.

II

PARTE APPLICATE

Uma vez assentados os principios juridicos que regem o crime de homicidio e firmada a sua conformidade d‘elles com os ensinamentos da arte medica, torna-se facil julgar do merecimento e acerto com
que foram estes attendedos na nossa lei penal. Devemos estudal-os nas disposições substantivas do Código e nas regras do processo criminal.

Σ 1.º

Código Penal (Título X do Livro II):

CAPÍTULO I

DO HOMICÍDIO

Art. 294. Matar alguém:

§ 1.º Si o crime for perpetrado com qualquer das circunstâncias aggravantes mencionadas nos §§ 2.º, 3.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º, 11.º, 12.º, 13.º, 16.º, 17.º, 18.º e 19.º do art. 39 e § 2.º do art. 41:

Pena—de prisão celular por 12 a 30 anos.

§ 2.º Si o homicídio não tiver sido aggravado pelas referidas circunstâncias:

Pena—de prisão celular por 6 a 24 anos.

Art. 295. Para que se repute mortal, no sentido legal, uma lesão corporal, é indispensável que seja causa eficiente da morte por sua natureza e sede, ou por ter sido praticada sobre pessoa, cuja constituição ou estado morbido anterior concorram para tornar-a irremediavelmente mortal.

§ 1.º Si a morte resultar, não da natureza e sede da lesão, e sim de condições personalíssimas do ofendido.

Pena—de prisão celular de 4 a 12 anos.

§ 2.º Si resultar, não porque o mal fosse mortal e sim por ter o ofendido deixado de observar regimen medico-hygienico reclamado pelo seu estado:

Pena—de prisão celular por 2 a 8 anos.

Art. 296. E' qualificado crime de envenenamento todo o atentado contra a vida de alguma pessoa por meio do veneno, qualquer que seja o processo, ou metodo de sua propinação e sejam quais forem seus efeitos definitivos.

§ Único. Veneno é toda substancia mineral ou organica, que ingere no organismo ou aplicada ao seu exterior, sendo absorvida, determine a morte, ponha em perigo a vida, ou altere profundamente a saúde.
Art. 297. Aquelle que por imprudencia, negligencia ou impericia na sua arte ou profissao, ou por inobservancia de alguma disposiçao regulamentar commetter, ou fór causa involuntaria, directa ou indirectamente, de um homicidio, será punido com prisão cellular por dous mezes a dous annos.

O art. 294 define o crime de homicidio simplesmente «matar alguem», não expressando claramente de modo explicativo o elemento intencional, o animo de delinquir. Foi, todavia, isto o que com manifesta superioridade de clareza, fez o Codigo italiano, na apparente redundancia do seu art. 364: «Chiunque, a fine di uccidere, cagiona la morte di alcuno, etc.» O Codigo brasileiro teve, de facto, de reconhecer a necessidade da expressao do elemento intencional quando precisou definir o crime culposo, na expressão: «Aquelle que... fór causa involuntaria... de um homicidio, etc.» do art. 297.

O nosso Codigo não previo especialmente o homicidio preterintencional como fez o codigo italiano no seu art. 62; mas a tentativa está prevista nos arts. 13, 14, 15 e 16.

De um modo bem infeliz e desastrado, previo o nosso Codigo, art. 295, o beneficio attenuante das concausas.

Não tenho que a critica medico-legal, feita por Afranio Peixoto a este artigo, haja atingindo os seus defeitos reaes. Não a supponho mesmo de todo procedente.

Limita-se Afranio Peixoto a considerar defeituosos, no rigor technico, alguns termos usados no seguinte trecho do art. 295: «cuja constituição ou estado morbido anterior concorraram para tornal-a irre-diavelmente mortal».

Entende Afranio que o termo «constituição» alli empregado ou indica um estado hygido como circunstancia concausal, ou implica uma redundancia excusada com a expressão «estado morbido anterior».

No entanto, é evidente que o Codigo adoptou, com razão, a primeira alternativa. Na expressao: «cuja constituição ou estado morbido anterior», procurou elle abranger todas as concausas preexistentes, sejam as physiologicas ou hygidas (constituição do individuo), sejam as pathologicas (estado morbido anterior).
Ora, condemnada, como deixamos, a teoria de Borri, perfilhada por Afranio Peixoto, da característica morbida das concausas preexistentes, não há a menor razão para que certos estados constituicionaes hygidos, como as alterações ósseas da velhice, o periodo catamencial, certas anomalias organicas, etc., não possam figurar de concausas preexistentes desde que satisfazam o requisito do caso fortuito.

E’ de todo immmerecida a accusação, que Afranio move ao Codigo, de que, n’aquelle termo «constituição», «a lei reconheceria d’esta forma um menor direito à integridade physica dos individuos que participassem de uma constituição especial, que não diz qual seja, não poderia dizer, nem critério scientifico algum poderia abalancar alguém a invocar».

Ao contrario, o Codigo precisou com rigor a especie de constituição a que se refere, que não é qualquer, mas sim, aquella que «concorra para tornal-a (a lesão) irremediavelmente mortal».

Outros e capitaes são os defeitos insanaveis do art. 295.

O primeiro é ter omittido a circunstancia de dever ser essa «constituição ou estado morbido», desconhecida ou ignorada do aggressor.

O Codigo italiano dispõe sabiamente art. 367: «condizione preesistenti ignote al colpevole», e «cause sopravvenute indipendentí del suo fatto». O art. 295 do nosso Codigo, mudo a este respeito, esquantue nada menos do que a monstruosidade de que um criminoso, conhecedor do estado morbido anterior da sua victima, supponhamos diabetica, aneurismatica, etc., e tendo contado na sua premeditacao criminosa com a culpabilidade d’esse estado para o bem resultado da sua obra delictuosa, pode em seguida invocar como attenuante do seu crime esse elemento que deveria aggraval-o.

De facto, n’esse caso, «si (§ 1.º do art.. 295) a morte resultasse, não da natureza e sède da lesão, e sim de condições personalíssimas do ofendido», o criminoso veria a sua pena cahir de seis a 24 annos, para 4 a 12 annos, porque, conhecendo bem a desvantagem physica da sua victima, a tinha levado em conta como auxiliar premeditado do seu crime.

O illustre mestre, Srnr. Dr. Souza Lima, dá ao disposto no art. 295 do nosso Codigo penal uma interpretação que não comporta nem a letra nem a espiritoo da lei e que devemos rejeitar pela gravidade e absurdo das suas consequencias.
Ensina o illustre mestre que, firmando o legislador, neste artigo, a definição legal de lesão mortal, atribuio às duas hypotheses figuradas no corpo do art. 295, a saber: «sede et naturesa da lesão» e «constituição e estado morbido anterior do individuo», o mesmo valor legal, devendo verificarse em ambos os casos a mesma situação jurídica com a mesma penalidade, a marcada no art. 294. No § 1.º do art. 295, o legislador teria, porém, admitido «nas condições personalíssimas do ofendido» uma nova condição de lethalidade da lesão produzida e esta attenuante da penalidade do art. 294.

Mas é claro que ha aqui um erro manifesto de interpretação.

A segunda hypotese figurada no corpo do art. 295, isto é, «a constituição ou estado morbido anterior» e as «condições personalíssimas do ofendido» do § 1.º do mesmo art. 295, são evidentemente uma unica e a mesma causa. O legislador, no corpo do art. 295, limitou-se a dar a definição doutrinaria da lesão mortal e mostrou que legalmente devem ser consideradas mortaes, isto é, capazes de determinar a morte, não só aquellas lesões que tivessem esse resultado por sua natureza e sede, mas ainda as que tivessem em consequencia da «constituição ou estado morbido anterior, etc.». E' no § 1.º, porém, que, sahindo do terreno simplesmente doutrinario, o legislador estabeleceu qual o tratamento legal, ou a penalidade, que compete a cada uma das duas hypotheses figuradas. E então estabelece muito claramente que, « si a morte resultar, não da sede e naturesa da lesão, e sim, da 2.ª hypotese, isto é, do concurso da «constituição ou estado morbido anterior, etc.», ou, o que é o mesmo, das «condições personalíssimas do ofendido», a responsabilidade do aggressor será attenuada, diminuindo-se a penalidade do art. 294. Si, porém, resultar da «sede ou naturesa da lesão», é claro que ficara mantida a penalidade d'este ultimo artigo.

Não é seguramente para louvores a ideia do legislador de substituir, no § 1 do art. 195, a expressão «constituição ou estado morbido anterior, etc.» do corpo do artigo, pela expressão equivalente ou synonima «condições personalíssimas do ofendido».

Mas que, de facto, as duas estão alli empregadas como synonimas já o provava de sobra a circunstancia da oposição em que, no citado §, a ultima expressão é posta somente com a condição da «natureza e sede da lesão» e não com ella e mais com a condição da «constituição ou estado morbido anterior, etc.» Pois, si «condições personalíssimas do ofendido» podessem representar uma nova con-
edição de lethalidade da lesão, estranha e distinta das duas prece-
dentes, evidentemente a ambas estas e não a uma só d’ellas, deveria
ter sido opposta, desde que, ao passo que aquellas duas condições
deveriam manter ambas a penalidade do art. 294, a nova condição, a
do § 1.º, era destinada, em opoosição a ellas, a diminuir ou atenuar
aquella penalidade. Então deveria ter dito o legislador, no citado
§ 1º.: Si a morte resultar, não da natureza e sêde da lesão, nem da
constituição ou estado morbido anterior, etc., e sim de condições
personalíssimas do offendidado.—Pena, etc.

Mas o que vem dirimir toda a duvida ou hesitação ainda possivel
no caso, é a consequencia absurda que decorreria da distinção
d’essas expressões, pois n’esse caso ninguem poderá dizer o que
sejam, ou a que correspondem essas «condições personalíssimas do
offendidado».

De facto, si ao Dr. Souza Lima, que tem por cousas distintas «a
constituição ou estado morbido anterior, etc.» e «as condições per-
sonalíssimas do offendidado, pedir alguém que, n’essa hypothese, lhe
dê um exemplo de condições personalíssimas do offendidado, ou lhe
diga em que ellas consistem, certamente elle não o saberá, nem o po-
derá fazer.

Com effeito, já o Dr. Souza Lima (12) o tinha confessado: «De facto,
escrevia elle, assim pensou o legislador quanto ás duas hypotheses de
concausas do homicidio attenuantes d’este crime, previstas nos §§ 1.º
e 2.º do art. 295, sendo para lamentar que não tivesse especificado ou
pelo menos exemplificado algumas das condições personalíssimas a
que allude o § 1.º e que julgo ser muito difficil na pratica, senão im-
possivel, discriminar das que se referem á constituição da pessoa ou
seu estado morbido anterior!»

Paginas adeante, insiste o Dr. Souza Lima: «O mesmo, porém,
ão posso dizer quanto á segunda (constituição ou estado morbido
anterior, etc.); ella importa a intervenção de duas circunstancias
que é difficil senão impossivel, muitas vezes, distinguir das condições
personalíssimas a que allude o legislador, como attenuante do crime,
no § 1.º, sem um exemplo ao menos que traduzo o seu pensamento, o
espirito que presidio a esta discriminação».

Mas, si é impossivel distinguir condições personalíssimas do
offendidado da constituição ou estado morbido anterior, etc., do art.

295, com que direito quer o Dr. Souza Lima forçar a interpretação do artigo, para estabelecer essa distinção?

Nenhum médico legista deverá aceitar semelhante interpretação, que redunda em nada menos do que em privar-se o culpado, em nome de uma doutrina médica insustentável, do benefício que positivamente lhe concedeu o Código, de uma concausa attenuante.

Medico, deve o perito explicar ao juiz e aos tribunais que as expressões «condições personalíssimas do offendido» e «constituição ou estado morbido anterior, etc.», do art. 295 e § 1.º são tecnicamente uma só e a mesma cousa, expressam ambas claramente a influência das mesmas causas concurrentes no efeito lethal da agressão,—as concausas preexistentes. De facto, como elas se podem dividir em physiologicas e pathologicas, tanto podem ser expressas discriminadamente, como no corpo do art. 295, em que a constituição da pessoa, indica as concausas physiologicas e o estado morbido anterior indica as concausas pathologicas, como podem ser expressas pela designação collectiva e complexa de «condições personalíssimas do offendido», que evidentemente abrange tanto as concausas preexistentes physiologicas como as pathologicas.

E verdade que a intelligencia dada ao art. 295 pelo Dr. Souza Lima deve ter sido a do autor da regra do Formulario do Processo Criminal, relativa ao homicidio. Mas, si por ser jurista e portanto estranho aos conhecimentos médicos, se compreende que elle tivesse errado, é para sentir não tivesse o provenço professor de medicina legal criticado como médico semelhante erro, ad instar do que fez para erros de menor monta de regras do mesmo formulario.

Ao contrario do que pensava o Dr. Souza Lima, que só admittia as concausas supervenientes e não as preexistentes, ao contrario ainda do Dr. Soriano de Souza, que em rigor não admittia nem umas nem outras, o Código Penal vigente no seu art. 295 apenas admite as preexistentes e não as supervenientes, pois ninguém poderá dizer em que uma infecção accidental, que complica uma ferida leve e a torna mortal, possa constituir uma condição personalíssima do offendido.

Mas em que a attenuante da concorrência de um estado morbido anterior ou preexistente á lesão é mais justificada do que a da concorrência de um estado morbido sobrevindo á lesão e independente da acção do culpado, ninguém poderá dizer.

Em rigor, não se pode ter por um caso de concausa superveniente
...o previsto no § 2.º do art. 295. Aqui desconta-se apenas da responsabilidade do agressor a parte da aggra
tação fraudulenta de terceiro, que é o proprio ferido. Posto que o sen
tido da lei não deixa duvida que se ha de tratar aqui d'aquele caso
em que, para augmentar a responsabilidade do agressor, o ferido se
recusa ao tratamento necesario, é fora de duvida que, na letra da lei,
tisto não está claro e qualquer que fosse a condicio, que tivesse levado
o ferido a deixar de observar o tratamento reclamado pelo seu estado,
ouve diminuir a responsabilidade do criminoso, mesmo ahi compre
hendida a falta de recursos, de meios, por parte do offendido, ou a
imposiçao das condicioes de occasião impossiveis de serem removi
das ou prevenidas. E claramente se compreende toda a clamorosa
injusticia de semelhante disposição legal.

Não partilhamos a opiniao do Dr. Souza Lima sobre as difficulda
tades de estabelecer-se o sentido medico da expressão «regimen medico-
hygenico», usada no § 2 do art. 295.

Regimen medico-hygenico sóa aqui tratamento medico ou cirur-
gico e observancia das regras de hygene, reclamadas pela molestia
do offendido. A circumstancia de que cada clinico tenha os seus pro-
cessos de tratamento especiaes ou preferidos, em nada altera o caso,
porque o perito não tem de escolher entre processos de tratamento,
mas julgar apenas si o ferido se submete a um metodo de trata-
tamento capaz de convir ao seu estado, ainda quando não fosse aquelle
a que pessoalmente o perito daria preferencia no caso de ter sido o
medico assistente. E' mesmo uma questão distincta a do acerto ou
erro do tratamento pela qual não se ha de responsabilisar o doente,
mas sim, o medico ou o tratador.

O capitulo do Homicidio trata ainda, no art. 296, da definicao legal
do envenenamento e do veneno e no art. 297 do crime culposo ou in
vontario. D'estes artigos nos ocuparemos com o preciso desen-
volvimento a proposito do veneficio e da responsabilidade profis-
sional.

§ 2.º

**Formulario do Processo Criminal. Regra do homicidio**

O nosso Codigo do Processo Criminal condensou nas regras do
seo Formulario os quesitos que entendem com os elementos consti-
futivos de cada crime, tais como decorrem dos termos em que estão redigidos os artigos do Código Penal.

Naturalmente este facto não exclui o direito que assiste aos juizes de proporem aos peritos outros quesitos relativos a circunstâncias ou condições especiais deste ou d’aquele crime. Apenas os do Formulario são de rigor e não podem ser dispensados.

O perito tem, pois, o dever de possuir d’elles um conhecimento exacto, de ter formado previamente um juizo assentado sobre o valor das doutrinas medicas que os inspiram, assim de bem poder satisfazer a delicada missão a elle confiada.

Promulgado o Código Penal vigente em 1900, para pór de acordo com elle as disposições do Código do Processo, em circular de Maio de 1894 mandou o ministro da justiça observar, no districto federal, as alterações feitas, naquella data, no questionario das quatro primeiras regras do Formulario do Processo Criminal.

Os novos questionarios foram em geral adoptados nos processos dos Estados, ou a simples exemplo do processo federal, ou por uma adaptação mais completa em consolidações oficiaes das leis do processo, como se deo em S. Paulo na consolidação do Dr. João Mendes d’Almeida e na Bahia no Regulamento da políciajudiciaria do chefe de polícia Dr. Pedro dos Santos.

E’ este o questionario da regra do homicidio:

1.º Si houve morte;
2.º Qual o meio que a occasionou;
3.º Si foi occasionada por veneno, substancias anesthesicas, incendio, asphyxia ou inundação; resposta especificada;
4.º Si (foi occasionada) por lesão que, por sua natureza e sede, foi causa efficiente d’ella;
5.º Si a constituição ou o estado morbido anterior do ofendido concorreram para tornar essa lesão irremediavelmente mortal;
6.º Si a morte resultou das condições personalissimas do ofendido;
7.º Si a morte resultou, não porque o mal fosse mortal e sim por ter o ofendido deixado de observar o regimen medico-hygienico reclamado pelo seu estado.

Examinemos cada um dos quesitos.

1.º QUESTO: Si houve morte.—A solução medica deste quesito não oferece dificuldade nem de interpretação nem de execução. Só em condições excepcionaes, a verificação da morte poderia ter aqui a
feição delicada do diagnóstico diferencial entre morte real e aparente, e nesses circunstâncias se resolveria ella de acordo com as regras desse caso. De ordinario, a realidade da morte se impõe pela suspensão definitiva das funções vitais. Posto que a qualificação do facto seja da apreciação privativa dos juízes, o perito deve ter presente, para seu governo, que nos homicídios tentado e frustrado a imputação do crime de homicídio não desaparece pelo facto da vítima da agressão continuar viva.

2.º QUESITO: Qual o meio que a ocasionou.—O perito não deve confundir o meio empregado para produzir a morte, nem com a causa imediata da morte, nem com o instrumento de que se serviu o criminoso. De facto, causa imediata da morte, meio por que ella foi produzida e instrumento com que se realizou a lesão física são causas distinctas e a respeito de cada uma das quais o juiz pode ter interesse particular em ouvir especialmente o perito. Assim, na morte por ferimento no ventre, o meio foi a ferida penetrante do abdome; o instrumento, uma arma cortante ou perfurante; a causa da morte, a hemorragia, a peritonite consecutiva, etc. No degolamento, o meio foi a ferida incisa do pescoço; o instrumento, uma navalha, uma faca, etc.; a causa da morte, a hemorragia, o afogamento interno, etc. No enforcamento, o meio foi a suspensão da vítima por um laço passado no pescoço; o instrumento, a corda, o lençol, etc., com que foi feito o laço; a causa da morte, a asfixia, uma inhibição, etc.

Casos ha em que esta distinção não se oferece tão clara, mas não se segue que não exista sempre e deva serattendida.

O Dr. Souza Lima confunde «meio» com «instrumento» e, fazendo uma crítica infundada a este quesito da regra do homicídio, propõe uma substituição que não pode ser aceita como tal, mas sim como um novo quesito a acrescentar á regra.

Allega o illustre mestre, que perguntar-se ao perito, como faz o quesito 2.º, «qual o meio que ocasionou a morte?», pode levar este a supor que lhe pedem a designação do instrumento usado pelo agressor e, como quasi nunca é possível deduzir-se esse conhecimento do exame da lesão, propõe que se substitua aquelle quesito por este outro «qual a especie de instrumento que a ocasionou».

Em primeiro logar, si a palavra «meio» usada no quesito 2.º, poderia ser considerada synonyma de «instrumento», era claro que só poderia elle referir-se á especie do instrumento e não a este ou aquelle
instrumento determinado, pois só quando se consegue apprehender o
instrumento ou a arma com que foi produzida a lesão, teria cabimento
preguntar-se, não «qual o instrumento que a produziu», mas «se a
morte foi produzida pelo instrumento ou arma apresentada».

Ora, compreende-se que não sendo a apprehensão da arma um
fato constante, com elle não se poderia entender o 1.º quesito, que é
uma regra geral aplicavel a todos os casos.

Aliás dos termos em que o Dr. Souza Lima justifica o seu quesito
substitutivo parece concluir-se que antes se quiz elle referir a grupos
de instrumentos ou armas, classificados estes segundo o seu modo de
agir, do que propriamente á especie do instrumento. E' manifesto
que, se ao quesito por elle proposto: «qual a especie do instrumento
que a produziu», responder o perito: navalha, punhal, machado, etc.,
terá rigorosamente indicado a especie da arma empregada, e não os
individuos de que essa especie se compõe, a saber, esta ou aquella
faca, este ou aquelle machado particular.

No entanto, parece que não é isto que queria o Dr. Souza Lima e
sim que se responderesse de acordo com a classificação das armas
pelo modo por que obram, a saber, si instrumento cortante, perfu-
trante, etc.

Mas é claro que não é isto que está no quesito por elle formulado,
àlém de que tal classificação é de todo o ponto arbitaria, de simples
valor didactico em medicina legal, sem reconhecimento expresso
na lei.

Em segundo logar, é manifesto que o Dr. Souza Lima parece não
ter attendido a que a morte como a lesão pessoal pode ser produzida
por outras causas que não os ferimentos e que n'essas condições
«meio» e «instrumento» com que se mata, são cousas completa-
mente distintas.

Supponhamos que a morte resulta de um choque moral ou trau-
tismo psychico. Qual seria a especie de instrumento ou a arma com
que foi produzida a morte? No entanto se vê bem qual foi o «meio»,
o processo ou o expediente de que se servio o aggressor.

Mas, mesmo nas lesões physicas, qual foi a especie de instrumento
com que se produziu a morte quando a victima foi precipitada de
surpreza de um logar elevado? As mãos? Mas então no caso do pu-
nhal, do revólder, etc., também teria sido a mão a especie do instru-
mento.
No entanto, ainda aqui se vê bem qual foi o «meio», isto é, a queda, o choque que não se poderá dizer que é uma especie de instrumento ou arma.

Por estas mesmas razões, considero inaceitável ou pelo menos sem a necessaria precisão a redacção dada a este quesito pelo Dr. João Mendes d’Almeida, a saber: Qual o instrumento ou meio que a occasionou. Esta redacção, que foi aceita pelo Dr. João Santos nas suas Instruções para o serviço de polícia administrativa e judiciaria da Bahia, parece significar que meio e instrumento são aqui palavras synonymas, o que, como demonstramos, não é exacto. Portanto, aceitando que elas designem cousas distinctas, para evitar as duvidas resultantes do emprego da disjunctiva, mais acertado fôra então perguntar: Qual o instrumento e o meio que a occasionaram?

Deve, pois, o perito conservar à palavra «meio» do 2.º quesito a sua significação lexica ordinaria, de «expediente que se adopta para conseguir um fim» e de acordo com ella responder ao dicto quesito, deixando que o juiz ou a autoridade, si entender necessário, formule quesitos especiaes sobre a especie do instrumento como sobre a causa immediata da morte.

No entanto em grande numero de casos a resposta áquelle quesito comporta e muitas vezes exige a referencia ao instrumento feridor. Assim, por exemplo, nos ferimentos por arma de fogo, tambem nas feridas das cavidades esplanchnicas, em que se pode responder que o meio foi: «ferida penetrante do abdomen por instrumento cortante, ou então perfurante, etc.

3.º QUESITO.—Este quesito refere-se ás circumstancias aggravantes do crime de homicidio previstas no § 3.º do art. 39.

Art. 39. São circunstancias aggravantes:

§ 3.º Ter o delinquent commettido o crime por meio de veneno, substancias anestheicas, incendio, asphyxia ou inundaçao.

A proposito d’estes quesitos o Dr. Souza Lima faz uma longa dissertação para provar o erro do legislador em ter modificado o antigo Código Penal do Imperio que se limitava, n’estas circumstancias, a contemplar como aggrayantes o veneno, o incendio e a inundaçao.

Divergindo do modo de pensar do Dr. Souza Lima e influindo essa divergencia na instruçao dos jovens peritos a quem me dirijo, sobre pontos essenciaes das respostas a dar aos juizes, sou forçado, aqui como nos outros pontos, a attender ao peso em sentido contrario
Ao do meu ensino que tem, na nossa divergência, a autoridade do distintos mestres.

Ora, neste caso temo que em um ponto não são pelo menos valiosas as arguições feitas ao Código vigente e em outros pontos as considero de todo infundadas.

Condena o Dr. Souza Lima a nova figura de circunstância agravante representada nas «substâncias anestésicas» do § 3.º do art. 39, porque, sendo estas substâncias verdadeiros venenos, estão, ipso facto, previstas na clausula agravante do «veneno». Condena a agravante da «asfixia» porque, sendo variadissimas as especies de asfixia que se podem dar nos casos de morte, o legislador não taxou qual a especie a que se refere e se servio de uma expressão de sentido vulgar.

Mas não é difficil verificar que a critica do Dr. Souza Lima não parte de principios uniformes e que, variando de ponto de vista sob que considera os factos para cada caso da sua argumentação, cria elle um processo de critica a que não poderá escapar a disposição legal mais clara e aceitável.

Para ser fundada, a critica do Dr. Souza Lima devia começar resolvendo as duas preliminares:

1.º si, na designação de casos medicos, deve o Código Penal servir-se exclusivamente da tecnologia medica, ou pode servir-se de expressões vulgares de significação clara e precisa?

2.º si, no caso discutido das duas aggravantes, a expressão vulgar empregada designa com a precisa claresa o facto contemplado pelo Código?

Os termos da critica do Dr. Souza Lima provão sobejamente que, si o Código devesse adoptar uma tecnologia medica rigorosa, não bastaria mais obrigar os juizes togados e os de facto a adquirir conhecimentos medicos; para o povo poder entender o código era preciso d’ahi por diante introduzir conhecimentos medicos bem regulares na instrução basica de todo o cidadão.

Mas o código nem é feito só para medicos, nem tem por intuito facilitar as funções dos medicos peritos que possam ser chamados como auxiliares da justiça, e sim para a comprehensão geral do povo, de todas as classes socias. Toda vez, pois, que, no uso vulgar ou não technico, o caso medico puder ser expresso por termos ou expressões suficientemente claros e precisos, não pode haver inconve-
niente, antes ha indiscutivel vantagem, em serem preferidos pelo legi-
slador, ficando ao bom senso dos medicos peritos distinguir entre
a linguagem vulgar ou de uso corrente e o rigor technico só conhe-
cido dos da sua profissao.

Reconhecido que era lícito ao legislador servir-se de expressões
vulgares e não de technica medica, importa indagar si no caso a
expressão usada é suficientemente clara para não deixar duvida a
respeito da disposição legal.

O què pretendia o legislador? Considerar como aggravante do
crime de homicidio uma circunstancia, não de ordem medica, mas
de ordem moral, isto é, que se considerasse como revelando maior
perversidade no aggressor o emprego de meios de matar, capazes de
produzir na vítima um estado de afflicção e de angustia.

Ora, o que no sentido vulgar se chama asphyxia, isto è, as asphy-
xias mecanicas, expressa plenamente a intenção do legislador. E o
Dr. Souza Lima quem o affirma:

«Percebe-se, sem esforço, que o legislador quiz referir-se sómente
do as asphyxias produzidas por acções mecanicas, representadas por
processos de obliterazione da bocca e das narinas ou de compressão da
taca thoracica (asphyxia por suffocação) ou de constricção do pes-
coço (asphyxia por estrangulação); meios afflictivos e angustiosos,
cujo emprego deve com razão aggravar a criminalidade do homi-
cidio». E adeante: «Só na linguagem vulgar, que não devia ter sido
empregada na confecção de um codigo, a palavra asphyxia traz a
ideia de agónias e afflicções horrorosas, precedendo a morte; no sen-
tido medico, esta pode ser relativamente suave, mesmo produzida
por asphyxia».

Os trechoes que pomos em italico demonstram que o illustre me-
dico perito sabia bem, sem esforço, o significado preciso da palavra
asphyxia usada pelo legislador e que essa expressão vulgar corres-
ponde a um conjuncto de factos bem delimitados. E, mais ainda, que,
de acordo com o legislador, no emprego d’esses meios designados
em linguagem vulgar asphyxia, reconhece elle a qualidade de
meios afflictivos e angustiosos cujo emprego deve com razão
aggravar a criminalidade do homicida».

Toda a objecção se reduz, pois, ao emprego de um termo vulgar
e não technico, o que, como já vimos, não pode merecer grande
atenção.
Não tem valor para o caso a objecção tirada da circunstância de ser, em última análise, um processo asphyxico aquelle por que matam certos venenos e, se podia accrescentar, muitas molestias e lesões. No primeiro caso, a designação asphyxia tem em vista immediata os processos mecanicos por que se obtém a morte asphyxica e ninguém dirá que estes são eguaes aos processos do veneno ou da molestia; no segundo caso, a aproximacao dos factos se faz do ponto de vista pathogenico, da causa proxima da morte, o que leva a reunir n’um só grupo factos tão distinctos como são na ordem clinica o envenenamento, a asphyxia mecanica, a molestia, etc. Seria o mesmo que pretender desconhecer as distinções entre as especies de mamiferos porque têm todos respiração pulmonar.

Assim, ainda no exemplo um tanto de phantasia na sua dupla hypothese da simultaneidade do compromettimento das duas cavidades pleuraes, e da limitação da sua acção a produzir um pneumathorax duplo. Ainda aqui a lesão pessoal ou o ferimento que teria matado por meio da asphyxia, conserva a sua caracteristica clinica bem definida. E é este o caso da picada do bulbo, como seria de envenenamento e não de asphyxia mecanica a morte pelo curare.

Isto pelo que toca á asphyxia. Quanto às substancias anestesicas, no ponto de vista medico é fora de duvida que, como simples veneno que são, estarião ellas comprehendidas na aggravante do «veneno». Mas restringe muito o alcance d’estes facto a possibilidade de uma distinção de ordem moral e juridica. E’ evidente que os fundamentos de ordem moral que justificam a aggravação do homicidio no caso das substancias toxicas podem ser de duas ordens: primeiro, para um grande numero de toxicos, o caracter insidioso, trahidor da propinacao; segundo, para certos, a violencia moral que se verifica na suspensão das facultades intellectuaes, na perda do conhecimento, que anniquila a vontade e a reacção, tornando um ser humano posse passiva e inerte do seu aggressor. A esta distinção juridica corresponde mais ou menos a que existe entre propinacao por ingestao dos venenos solidos ou liquidos e absorpção por inhalacao dos venenos gazosos, que o Codigo chamou improprimente «substances anestesicas». Dada, pois, a ignorancia vulgar das affinidades scientificas da acção intima das duas especies de venenos, a diferencia do modo de aplicar as substancias dos dous grupos, a situação diversa que ella cria para a reacção e despeza da victima, justificam a
intenção do legislador na distincção por elle estabelecida. Apenas acredito que teria sido vantajoso expressar a circunstância do modo de emprego e referir-se à acção cerebral d’essas substâncias, considerando circunstância aggravante do homicídio, não laconicamente «as substâncias anestésicas», mas «a inhalação de substâncias anestésicas e narcóticas».

Deixando de parte, por enquanto, a questão do envenenamento, convém advertir, como fazem os Drs. Moura Lacerda e Souza Lima, que não se deve confundir aqui incêndio e inundação com queima- dura e afogamento. E, o que prova não ser muita vez o ponto de vista jurídico o ponto de vista médico, aqui não se attende a causa da morte, mas sim, à sua ocasião. Trata-se, pois, de incêndio de edifícios ou outros, como de inundação, de habitação etc., provocados pelos criminosos como ocasião de morte, podendo esta ser por queimadura, asphyxia, etc., no primeiro caso; ou por afogamento, por syncope, etc., no segundo. Circunstâncias estas em todo o caso cuja apreciação nada obriga a ser do dominio ou da competência médica.

Em resumo, o nosso intuito não é justificar a redacção do Código Penal, mas estabelecer de modo positivo que o perito deve saber, no caso do 3º quesito, que, o que d’elle se exige é que elle diga:

1.º si a morte resultou da administração ou prepinação de um veneno;
2.º Si a aplicação das substâncias anestésicas que se inhalam, isto é, dos gazes narcóticos;
3.º si resultou de uma das asphyxias mecanicas;
4.º si a morte teve logar n’um incêndio atado com intento criminoso de produzil-a;
5.º si n’uma inundação nas mesmas condições.

4.º QUESITO.—Não ha aqui matéria para discordancias ou debates. Uma vez, verificado que a séde e a natureza da lesão são capazes de determinar a morte e que a autopsia exclui a existência de outra causa capaz de produzil-a, o perito só tem que responder pela afirmativa.

5.º QUESITO: Si a constituição ou o estado morbido anterior do ofendido concorreram para tornar a lesão irremediavelmente mortal: 6.º QUESITO: Si a morte resultou das condições personalíssimas do ofendido.

O desdobramento d’esta circunstância em dous quesitos distintos é uma consequencia da errônea interpretação dada ao art. 295. Já
vimos que «condições personalíssimas do ofendido» e «constituição ou estado morbido anterior, etc.», são uma e a mesma cousa.

O quesito devia, pois, ter sido formulado pelo seguinte modo:

_Si a morte resultou das condições personalíssimas do ofendido, isto é, si a constituição ou o estado morbido anterior do ofendido concorreram para tornar a lesão irremediavelmente mortal._

Não havendo, do ponto de vista médico, distinção possível entre «condições personalíssimas do ofendido» e «constituição ou estado morbido anterior, etc.», em face dos dois quesitos, 5 e 6, do Formulario, o perito terá de dar a ambos a mesma resposta positiva ou negativa, desde que elles perguntão a mesma cousa. Pode mesmo o perito, para fazer sentir a ociosa repetição que se contém n’estes dous quesitos, responder ao 6.º: _sim_ (ou não), como ficou respondido no quesito 5.º. Na consolidação das leis processuaes de S. Paulo, feita pelo Sr. Dr. João Candido d’Almeida, (13) o 5.º quesito do Formulario na 2.ª regra do homicídio, está formulado: _Si a constituição e o estado morbido anterior do ofendido, etc., ao contrário da disposição do art. 295 do Código Penal que resa: a constituição ou o estado morbido anterior do ofendido. A redacção, dada pelo jurisconsulto paulista firma, pois, que são cousas distintas a constituição e o estado morbido anterior. Do ponto de vista medico, esta é a doutrina verdadeira, pois já vimos que a disjunctiva ou não podia ter allí a intenção de tornar synonimmas as duas palavras constituição e estado morbido, para que se entendesse constituição morbida anterior ou estado morbido anterior. Ao contrário, a palavra constituição refere-se às concausas preexistentes, physiologicas ou anatomicas normaes ou hygidas; e o estado morbido, ás concausas preexistentes pathologicas. No entanto, si a redacção do jurisconsulto paulista sufragia e apóia esta doutrina, que é a verdadeira, tem indisputável desvantagem sobre a redacção do Formulario baixado pelo governo federal em 1894, a saber: _si a constituição ou o estado morbido, etc., em que ella parece estabelecer que a morte ha de ter provindo das duas circumstancias agindo conjunctamente. Ora, aceita a doutrina que elle sufraga, é claro que a morte pode provir de uma ou de outra d’aquellas duas circumstancias, isto é, ou da constituição do ofendido, ou do seu estado morbido anterior. Por consequente._

melhor fica redigido o quesito: constituição ou estado morbido, de que constituição é estado morbido.

Não se trata, n’estas pequenas questões, de minudencias excusadas e impertinentes. Obrigado a responder o quesito como está formulado, o perito precisa, antes de tudo, saber o que elle significa, a que factos medicos se refere. Despresa esta precaução, não cuidando o perito de ter uma idéa precisa do valor do quesito, elle se expõe a ver a sua reputação compromettida pela demonstração do advogado ou do promotor, de que as suas respostas eram infundadas, ou que elle dava aos quesitos um alcance descabido.

Uma vez assentada a significação médica e jurídica dos dous quesitos, 5.º e 6.º, da regra do homicidio, facil se torna ao perito responsável, pois apenas lhe cumpre julgar, do ponto de vista médico, si a conformação anterior do offendidado, as anomalias não morbidas, ou estados physiologicos particulares tiverão uma influencia concorrente na producção da morte, para dizer «si a constituição do offendiido concorreio para tornar mortal a lesão»; assim como verificar si tal influencia exercio uma molestia geral ou local preexistente, para responder «si o estado morbido anterior do offendiido concorreio para tornar a lesão mortal».

No entanto, é necessário não esqueça o perito que a concausa preexistente deve representar um caso fortuito para merecer o beneficio de attenuação da responsabilidade do aggressor. Isto é, o ferimento ou a lesão que a concausa preexistente tiver tornado mortal, não devia ser já de si mortal, pois, n’este caso, embora existindo a constituição ou o estado morbido anterior do offendidado, não existe o beneficio attenuante da concausa e o perito deve responder que a morte resultou da natureza e sede da lesão. Exemplifiquemos. Um individuo tem um aneurisma abdominal, recebe no ventre uma punhalada que interessa o aneurisma e mata o offendidado. N’este caso, existe o estado morbido anterior, mas não há beneficio attenuante de concausa, porque não se realizou o caso fortuito, isto é, não foi o estado morbido anterior que tornou a lesão irremediavelmente mortal, pois a lesão já o era de si mesma, podendo ter dado a morte ou por hemorrhagia, ou por peritonite, ou por destruição de viscerais importantes, ou por schock.

Por conseguinte, foi a lesão que, por sua natureza e sede, matou a vítima. Ao contrário, si um ligeiro choque sobre o ventre tivesse pro
vocado a rouptura do aneurisma e a morte, então sim, haveria benefício
attenuante da concausa, pois foi o estado morbido anterior que tornou
a lesão, de si mesma leve, uma lesão irremediavelmente mortal.

Quesito 7º: Si a morte resultou não porque o mal fosse mortal e
sim por ter o offendido deixado de observar o regimen medico-
hygienico reclamado pelo seu estado.

De acordo com as ideias expendidas, para responder este quesito,
o perito deve preoccupar-se em verificar, não si o doente esteve
submettido a um tratamento bom ou máo, mas si elle observou as
prescripções que lhe foram feitas, ou si por indocilidade ou má fé
concorreu para que o tratamento não desse o resultado desejado.

No caso em que o tratamento não é bem feito, ou feito segundo
as indicações da arte, e d'ahi resulta a morte do doente, não se trata
mais da responsabilidade do offendido, mas da do medico ou de
quem o tratou, segundo o disposto no art. 297 do Codigo Penal.

Com toda a razão o Dr. Souza Lima faz notar que foi omitido na
X regra um quesito indispensavel, o que se refere á disposição deste
art. 297 e que elle propõe fosse redigido:

8.º quesito. Si a morte foi occasionada por imprudencia, ne-
grigencia ou impericia na arte ou profissão do accusado.

Mas, d'este quesito, só nos occuparemos quando estudarmos os
crimes culposos e a responsabilidade medica.
4.ª MEMORIA

É lícito ao médico-legista responder às consultas médico-legais propostas pelas duas partes litigantes de um mesmo pleito?

PELO

D.ª Nina Rodrigues
E' lícito ao médico-legista responder às consultas médico-legais propostas pelas duas partes litigantes de um mesmo pleito? (*)

Senhores.

Ter-vos-hão suficientemente edificado as lições anteriores sobre o grão de energia moral de que carece revestido o perito na enunciação imparcial do seu veredictum. Na última, de perto, busquei acautelar-vos contra as graves consequências da timidez na confissão leal do perito, de faltar-lhe o necessário preparo científico n’este ou n’aquelle ponto particular, para a emissão de um juízo seguro.

Importa prosseguir ainda na mesma trilha, que não está exgottada a matéria. O tema de hoje recairá sobre o dever de, sobranceiro, resistir o perito à pressão que, sobre elle, de continuo, tendem a exercer, seja, de modo inconsciente, as opiniões e paixões de momento do seu meio social; seja a pretenção interesseira dos litigantes, de intimidal-o pela arguição de supostas faltas; seja o prazer do denegrimento por parte de espiritos maledicentes.

Dias primeiras disse Brouardel, de modo exhaustivo, n’estes termos que literalmente vos repito: «Infelizmente o perito novel tem grande dificuldade em manter-se no seu papel, e isto por excesso de boa vontade. Informa-se de todos os lados das condições em que o crime podia ter sido commettido, tem medo de que as suas verificações sejam insuficientes para esclarecer a justiça, tem medo de ser taxado de ignorante, tem medo das objecções que lhe serão feitas no plenario pelo presidente, pelo advogado geral, pelo advogado. E aconselha: «Como diziam os nossos mestres, o perito deve «fechar os ouvidos e abrir os olhos», porque as informações graciosamente fornecidas pelos magistrados, ou as testemunhas só podem expel-o a fazer pesar a sua opinião de homem sobre a interpretação das verificações do perito. Esta deve manter-se exclusivamente científica.»

(*) Esta lição, preparada para ser dada à publicidade, apenas difere do que foi, quando enunciada, em vir agora acompanhada, por extenso, de documentos a que então apenas me referi.—N. R.
Bem vedeis; o perito não tem o direito de transigir. Já é uma fraqueza condemnable estar a prever a situação sympathica ou antipathica que o seu vereditum lhe poderá criar na opinião publica. Mas seguramente é um crime contra a honra e o dever sacrificar a conclusão deduzida dos factos observados, ao clamor d’essa mesma opinião publica muitas vezes transviada. Em verdade, torna-se então posto de sacrifício e de perigo o do medico perito, mas si este não se sente com a coragem de arrostar e desprezar essa pressão, só lhe cumpre, como homem de bem mas fraco, declinar, em tempo, da elevada missão que lhe houver de confiar a justiça publica, confessando tacitamente que, para a sua execução, lhe fallece a envergadura moral que ella reclama.

Não é menor a somma de hombriedade e de energia que exige do medico-legista o dever de desprezar os botes sobre elle, de continuo, desferidos por interesses e intitutos inconfessaveis.

Não vos devo iludir a este respeito. No nosso paiz, com os nossos habitos, está o perito, de continuo, exposto a ataques mais ou menos violentos pela imprensa. E, o que é mais para lamentar, de ordinario, são elles alimentados e provocados por medicos. Já não digo das afamadas discussões medicas pela imprensa profana que entre nós tem acompanhado invariavelmente a todas as questões medico-legaes de certo valor, discussões em que menos se procuram elucidar duvidas do que agredir e desrespeitar collegas, com manifesto prejuizo dos creditos da professão. Casos ha, mais reprovados ainda, de medicos que, acobertados na responsabilidade de terceiros, estranhos à professão, alimentam os ataques aos collegas, desvitrando os factos e os princípios科学icos com sacrifício impudente da verdade.

Quem conhece, de perto, como eu conheço, as reticencias e as fraquezas plantadas no ânimo de peritos timidos pelo receio de afrontar á descoberto estes tramas de descredito, urdidos no conluio do interesse inconfessável com a maledicencia perversa, não recua deante do dever que me impõe esta cadeira, de fortalecer o vosso espírito, retemperand-o na certeza de que, embora seja assim arriçada de espinhos a jornada de peritos que vos aguarda, a nenhum homem de bem deve fallecer o ânimo de cumprir desassombrado o seu dever, na certeza de que o desvirtuamento de sevos actos, dos sevos intuitos, a mentira e a calumnia, jamais poderão resistir, descobertos á luz meridiana, ao respeito que impõe uma consciência ho-
mesta e tranquilla. Só a pratica do crime e da deshonestidade pode comprometer a reputação do perito; nunca o estricto cumprimento do seu dever.

São multiformes as falsas vestes de pretexto e razões honestas com que se buscam justificar esses ataques. Respeito pela verdade, devotamento à causa da justiça, defesa dos créditos profissionais, intransigências deontologicas e alegações outras do mesmo género, eis são as suas formas mais conhecidas. De uma especial, já por vezes alegada entre nós, por hoje nos ocuparemos.

Filho de crassa ignorancia em parte, sempre de requintada má fé, é este recurso de intimidação ou de descredito o que consiste em procurar fazer crer ter o medico legista faltado aos seus deveres de absoluta imparcialidade por haver assistido às consultas propostas pelas duas partes contrarias de um mesmo feito. Nos paizes sem organização medico-judiciaria como o nosso, onde, na anarquia da intervenção pericial, o medico-legista não tem outro Norte que os dictames de uma consciencia honesta, a exploração deste recurso merece ser tomada a devida conta, para precaver peritos inexperientes contra as perfidias das falsas e mentirosas exigencias de uma suposta moral intransigente.

A fallacia da exploração impõe-se: si o perito attende ao mesmo tempo ás duas partes antagonistas, ella conclue, é que elle mercadeja o seu juizo vendendo a verdade á uma e á outra.

Não vos intimide a gravidade exterior da perspectiva; são em geral almas capazes de transigencias mercantis as que arguem os outros de tão reprovada conducta. Ellas recuarão deante da certeza de que a limpidez da vossa consciencia não teme, pelo contrario afronta e provoca, o exame publico dos vossos actos.

E’ acaso verdade que a lei proíbe e a moral condemna como acto reprovado, attender o medico legista ás consultas-technicas das duas partes litigantes? Porventura a situação do medico legista sofre paridade com a do advogado como pretende o sophisma, afim de tirar d’essa confusão um simulacro de fundamento para as suas investidas contra a reputação dos peritos?

Senhores, os principios de moral e de honra que regulam a conducta do medico-perito, insistentemente vos tenho dito, não differem dos principios que regem as acções de qualquer homem de bem.
E' a natureza particular da missão de cada qual, o que cria para o perito e para o advogado situações diametralmente opostas. Depositário da confiança e das confissões de seu cliente, possuidor dos seus segredos, aceitando a missão de defender os seus interesses, o advogado não poderá atender a parte contrária, sem praticar a vilania de trair a confiança n'elle deposta, ou incorrer pelo menos na suspeita de tel-o praticado.

Arbitro da apuração da verdade em nome das suas aptidões artísticas e científicas, intervindo no debate por força de um appello de honra a seu espírito de imparcialidade e rectidão, o perito que recurser-se a esclarecer pontos duvidosos ou mal interpretados do seu juízo; que, sob o falso pretexto de ter dado o seu laudo a pedido d'este ou d'aquelle, negar a qualquer dos antagonistas a parte da verdade que elle verificou pertencer-lhe, desvirtua a sua missão, trae o culto d'essa verdade em cujo nome pretendia fallar, incorre si não no crime, pelo menos na suspeita de parcialidade, faz perder a seu juízo arbitral todo o direito ao respeito e ao acatamento.

Não será demais chamar a vossa atenção para a distinção magistral de Tardieu entre as situações opostas do advogado e do médico perito: «mas il est certain que le spectacle de ces contradictions (des médecins) exerce sur les esprits un fâcheux effet et contribue, plus qu'on ne pense, à amoindrir l'autorité légitime qui, dans toutes les questions de folie, appartient à la médecine. Cette considération doit dominer l'intervention du médecin dans les affaires de ce genre et l'empêcher d'échanger jamais son rôle contre celui d'avocat. Celui-ci ne parle pas en son propre nom; il est l'organe et l'interprète auxiliaire d'intérêts qui peuvent être contraires à la raison et même à la vérité. Le médecin devant la justice qui reclame et attend ses appréciations doit la vérité; il n'en est pas le défenseur, mais le démonstrateur, il la fait jaillir des faits physiques dont la science lui a permis de connaître la réalité et dont lui seul peut donner la signification.»

Gravai, Senhores, no vosso espírito: responder com a mesma isenção e imparcialidade aos quesitos e consultas que, em appello à verdade e à honra, fizerem ao medico legista as duas partes litigantes, não é apenas um direito de que elle pode uzar ou deixar de uzar; é, ao contrario, um dever moral e legal a que não se pode subtrair, nem deve procurar illudir.
Estabeleçamos agora por partes as condições e ocasiões em que esse dever se impõe.

O médico legista pode figurar n’um pleito em duas situações muito diferentes: na qualidade de perito oficial, ou na de consultante oficioso.

A. Perito oficial.—Na perícia criminal, a tendência moderna é dar-se à vistoria o carácter contradictório, que em alguns países elle já tem-na perícia civil, nomeando-se para cada caso dous peritos, um da accusação, outro da defesa. Na celebre e recente discussão d’estes ponto, na Sociedade de Medicina Legal da Belgica, allegaram os partidarios da reforma, entre outros itens: 1.º a necessidade de evitar-se que os exames periciaes sejam incompletos a falta de fiscalização; 2.º a de impedir uma interpretação errada dos factos pelas vistas muito unilateraes dos peritos, sempre mais propensos a accusação; 3.º garantirem-se melhor os direitos da defeza, tirando da perícia medica este carácter de suspeição que lhe dá a crença na sua tendência a accusar. Posto que a certos respeitos se possa considerar victoriosa a tendência moderna, é exacto em todo o caso que ella tem sido impugnada por homens experimentados e não se pode contestar ser de execução difficil em certos pontos, de todo illusoria em alguns casos, capaz ás vezes de desvirtuar este genero de prova. Mas, seja como for, tal exigencia de reforma atesta em todo o caso a preocupaçaon moderna de cercar-se a defesa de todas as garantias possíveis.

Ora, mantida a organisação ainda em vigor da perícia medica, não se poderia conceber maior intolerancia, violencia mais revoltante do que obstar que as duas partes reclamem e obtenham dos peritos todos os esclarecimentos de que necessitem. De facto, pelo momento da sua intervenção, pela circumstancia de terem ficado os peritos de posse dos objectos a examinar, tornam-se elles os arbitros absolutos da situação, a mais das vezes os unicos capazes de poder fornecer informações a respeito.

Também, entre nós, a lei ou a praxe, reforçando o dever moral em que estão os peritos de satisfazer ás duas partes, os obriga, em matéria criminal, a responder ao mesmo tempo aos quesitos apresentados pela accusação e pela defeza; em materia civil aos quesitos formulados pelos advogados das duas partes. Da mesma sorte, toda vez que o perito tem de comparecer perante o tribunal está obrigado a
esclarecer ambas as partes, respondendo às interrogações de uma e de outra.

Faz-se desnecessário dar-vos exemplo d'esta prática, adoptada e seguida no nosso foro; tão trivial e constante é que o atestará qualquer perícia, especialmente em matéria civil.

O dever moral e técnico do perito, o seu respeito à verdade vão mesmo mais longe. E' dever d'elle esclarecer espontaneamente pontos da vistoria a respeito dos quaes tenha sido incompleta ou errada a interpretação dada em juizo.

Dubrac censura com razão a conducta seguinte de um medico: "incumbido de examinar uma mulher que se pretendia vítima de um estupro, elle encontra echymoses de séde característica; mas perante o tribunal limita-se a descrever essas lesões, aguardando, para dar d'ellas a interpretação judiciaria, que lhe façam perguntas explicitas, que aliás não foram feitas. Contenta-se, após a audiencia em que o imputado foi absolvido, e em conversa particular com o órgão do ministerio publico, a comunicar-lhe a sua opinião que, expressa de publico, teria provavelmente mudado a face das cousas".

No caso, que estamos figurando, de peritos oficiaes, convém attender todavia a que absolutamente não seria correcto e tolerável quizesse o medico legista acumular ao mesmo tempo as funções de perito official e de consultante officioso, prestando-se a dar esclarecimentos particulares sobre a materia dos seus exames e investigações. Por ahi incorreria elle infallivelmente na suspeita de parcialidade e na justa accusação de incorrecto, sendo que em certos casos o acto poderia mesmo ser passivel de punição.

N'essas condições, os esclarecimentos não devem, nem podem ser sonegados às partes, mas devem ser ministrados em caracter official e com as formalidades legaes, por intermedio e autorisação do juiz a quem os interessados deverão requerer-os.

Ha casos em que a vistoria tem um caracter intermediario entre official e officioso. São aquelles em que a parte, não se conformando com o juizo dos peritos oficiaes, requer novos exames, indicando peritos de sua confiança. São os exames segundos do direito portuguez. A circunstancia da indicação do perito ter partido do interessado não influe para mudar os deveres do perito quanto à isenção e imparcialidade. Não podemos deixar de apoiar e louvar o juizo dos
Drs. Affonso Costa e Furtado Galvão, jurista um e médico o outro, assim expresso pelo primeiro:

"Cuidamos, todavia, que será opportununo dizer aqui de um modo rapido quanta imparcialidade devem ter os peritos n’esses exames. E’ certo que são nomeados pelas partes, mas farão bem se tiverem sempre presentes as observações que, ha mais de meio século, fazia já o Sr. Furtado Galvão e que ainda hoje não parecem bem entendidas: «Pensam alguns facultativos que, sendo nomeados peritos pelas partes litigantes, é de seu dever inclinarem-se, se não pugnarem mesmo, pelos interesses d’aquelas que os nomearam. E’ uma crença desgraçada e perigosa contra a qual devem todos os peritos estar precatados; e que Abison (Pratice of Criminal Law of Scotland) denunciou e combateu. O perito não deve ser nem pelo autor, nem pelo réo: deve colocar-se entre a accusação e a defesa; aplicar a scien-
cia, cujo ministro é; e dizer a verdade toda com lisura e imparcial-
dade."

B. Consultante officioso.—A caso perde o medico legista o carater de perito para adquirir o de advogado e fica desobrigado dos deveres moraes que lhe impunham as funções periciaes, pelo facto de ser consultado officiosamente sobre o valor technico de um facto ou de um documento, ou de ser incumbido n’esse carater de um exame medico legal qualquer?

De modo algum. «A consulta medico-legal, ensinam Tourdes et Metzquer, pode ser pedida pelo juiz ou pela defesa: ella é então, segundo o caso, judiciaria ou officiosa. O perito poderá na consulta as qualidadees que d’elle exigimos para o relatorio: imparcialidade, cla-
reza, concisão, analyze exacta das peças comiadas».

De facto, si o medico legista, pela circumstancia de ter sido esco-
thido por uma das partes, tivesse de transformar-se n’um advogado technico, a sua palavra, por força d’essa mesma transformação, se despojaria do prestigio da imparcialidade e da isenção que lhe advi-
inha da situao de investigador incondicional da verdade; nenhum medico-legista, digno d’esse nome, aceitaria tal incumbencia; nem a consulta teria mais razão de ser, peso e autoridade scientifica no fór

Mas de que circunstancia a investidura particular de consultante, dada a um medico-legista, havia de conferir-lhe este carater de advogado? havia de desobrigal-o dos deveres de isenção e impar-
cialidade da sua profissão para constrangê-lo a forçar a sua ciência e consciência a mentirem à verdade em benefício de committentes? havia de desonrar-o pondo em almoeda a sua consciência de homem e as suas convicções de cientista?

Justificaria essa confusão o simples e puro facto de não ter cunho official a sua intervenção? Mas a honestidade é uma e unica e não pode variar segundo se trata de relações officiais ou de relações particulares. Ora, basta a circunstancia de ser admitida no processo a intervenção de consultas medico-legaes officiosas para attestar que as relações officiais presupõem a honestidade n’estes actos e documentos de carácter particular.

Perderia o consultado o carácter de perito pelo facto de ter sido o medico-legista pago pelo consultante, de ter recebido a retribuição dos seus serviços, do tempo gasto e do esforço posto no exame dos factos ou documentos?

Mas, em primeiro logar, toda função pericial é remunerada.

O perito nomeado pelo juiz é pago pela fazenda, ou, exactamente como o consultante officioso, pela parte que requere o exame pericial e nem por isso acreditou a lei que a justa retribuição dos seus serviços fosse motivo para levantar-se contra elle a suspeição de parcial e deshonesto.

Brouardel refere n’estes termos a conducta de peritos de alta nomeada: «Antigamente, Tardieu havia adquirido o habito de, terminado o relatorio (em materia civil) escrever ao advogado do requerente prevenindo-o de que o documento estava à disposição das partes mediante a somma de tanto. Eu segui a mesma pratica, mas um dia um advogado me fez intimar a depositar o relatorio sem ter que me ocupar com o pagamento. Elle estava no seu direito e eu fique que me desculpar».

D’esta reclamação de pagamento feita directa e ilegalmente às partes nem sofre hoje a memoria do grande Tardieu, nem a reputação de imparcialidade de Brouardel. Porque havia de ser de modo diverso quando estes grandes mestres foram retribuídos das inúmeras consultas officiosas que escreveram?

Em segundo logar, qualquer medico-legista de certa pratica poderá provar que a retribuição pecuniaria de consultas officiosas não o impedio de emitir um laudo contrario aos interesses da parte que retribuíram os seus serviços periciaes. Todos os exemplos de resposta
contraria aos interesses do consultante que figuram n’esta ficção foram retribuidos por essas mesmas partes sem a menor tergiversação.

E’ que a resposta negativa, tem, de facto, um valor real; emitida após maduro exame dos documentos, ella deve levar a parte á convicção de que as suas razões não estão amparadas por uma demonstração capaz de garantir-lhe o ganho da causa. Fica assim advertida de que não deve prosseguir n’uma demanda condemnada a ser perdida, e que convém procurar uma solução que lhe poupe maiores sacrifícios pecuniarios, de tempo ou de outra ordem.

No entanto, aceito o principio de que o medico-legista consultado officiosamente continua a exercer funções periciaes, demonstrado que o perito tem o dever de ser imparcial e de atender igualmente ao apello das partes litigantes, devemos examinar agora em que condições é lícito ao perito officioso atender ás duas partes de um mesmo pleito, pois tal concessão não poderia autorisar a licença e o abuso.

Em geral, a consulta officiosa tem duas formas distinctas.

Na primeira, o medico-legista é apenas consultado sobre o valor e alcance de certos e determinados factos ou princípios técnicos ou científicos, sem que lhe seja figurado o caso concreto. O advogado reserva-se o direito de fazer applicação d’aquelles princípios ao caso determinado, debatido no fórro.

Na segunda forma, que é o dominio proprio das consultas medico-legaes, a parte submete ao exame e juízo do medico-legista peças ou documentos, inquirindo-o do valor probante que possam ter.

No primeiro caso, como o medico consultado responde a questões geraes de doutrina ou de technica, pode até suceder que elle ignore referirem-se duas ou mais consultas a um mesmo caso medico-legal. Ha tempos recebi do Rio de Janeiro, em datas diferentes, duas consultas d’este genero e só muito depois veio ao meu conhecimento que se referiam ao mesmo caso e tinham provindo dos advogados das duas partes.

Devo declarar-vos que, instruido pela experiencia, evito o mais possível atender a consultas d’esta especie, pois nem sempre são admissiveis as deducções que os advogados tiram das respostas dos peritos, respostas que muita vez tinham sido habilmente preparadas pelo modo por que haviam sido formulados os quesitos. Outra vez, a
consulta não passa de um recurso para fazer crer que o médico-legista tal ou tal, de reputação conhecida, deu um parecer favorável à parte, quando este parecer não tem aplicação ao caso e, convenientemente feita a consulta, elle seria forçosamente contrario a ella, se o médico-legista tivesse tido conhecimento das peças do processo.

A não ser em casos muito especiais, aconselho-vos, pois, a não acceder a solicitação de consultas d'este genero.

No entanto, na nossa prática médico-forense d'ellas abundam exemplos. Na acção de nullidade de testamento por causa de demencia que a família de um professor d'esta Faculdade promoveu actualmente no fóro d'este Estado, figuram duas d'estas consultas dadas por illustre psychiatra, o meio distincto collega director do Hospício Nacional de alienados do Rio de Janeiro. Também eu fui consultado pelas partes e respondi aos quesitos propostos por ambas, mas ignoro se essas consultas figuram nos autos.

Dou-vos aqui um exemplo de consulta d'esta natureza.

«CONSULTA MEDICO-LEGAL.

I

«O doente afectado de periencephalite diffusa incipiente é um demente na acecção médico-legal d'esta palavra?

II

«A conservação da memória, n'esses doentes, para os factos do passado, impede as deliberações sobre elles, quando não disparatadas?»

Rio de Janeiro, 21 de Outubro de 1902 ».

RESPONSA

«A resposta á consulta acima, vinda do Rio de Janeiro, que me for entregue pelo Sr. professor Dr. F., versa em these sobre questões medico-legaes da paralysia geral, a respeito das quaes pouca ou ne-nhuma duvida pode existir.

«Resposta ao 1.º quesito.—A palavra demencia tem em medicina legal duas significações distinctas.

Na primeira, é ella uma expressão generica, synonima de alienação mental e abrange todas as especies de loucura e desvios da mentalidade.
"Na segunda, designa apenas uma especie de perturbação mental, caracterizada pela decadencia até a abolição das faculdades mentaes. Causas multiplas e muito diferentes podem produzir a demencia n'este sentido restricto que é o da psiquiatria moderna.

"A primeira accepção, que conviria ser abandonada, é a da antiga psiquiatria, foi introduzida na medicina legal por Paulo Zacchias e persiste em diversos codigos, em particular no Codigo Napoleão. No Brazil, foi adoptada no projecto de codigo civil do Sr. Dr. Coelho Rodrigues.

"N'esta accepção legal da palavra demencia, um doente de paralysia geral ou periencephalite chronica diffusa, incipiente ou não, é um demente, pois a paralysia geral é um caso legitimo de alienação mental.

"Na accepção restricta da palavra demencia, isto é, no sentido de um enfraquecimento ou abolição mais ou menos gradual das faculdades mentaes, a resposta ao quesito requer distincções.

"De um ponto de vista rigorosamente scientifico, a paralysia geral, mesmo incipiente, é um caso de demencia, pois que a caracteristica por excellencia d'esta molestia é o rebaixamento, a depressão das faculdades mentaes, mesmo n'aquelles casos em que apparentemente o doente revela uma excitação, uma illusoria superactividade da inteligencia.

"Si, porém, o quesito tem a intenção de indagar si, do ponto de vista dos effeitos juridicos, se pode comparar a paralysia geral incipiente a um caso commun de demencia, isto é, si os actos de um paralytico geral incipiente podem ser invalidados por causa da demencia, a resposta embora afirmativa, exige explicação.

"Os actos do paralytico geral, praticados no inicio da sua molestia, deixam de ser validos, não porque o doente possa ser comparado a um demente ou considerado tal, mas sim, porque as alterações do caracter pelas quaes se inicia a molestia, constituem um verdadeiro caso de alienação mental, isto é, porque a molestia altera, transforma, aliena os sentimentos, o caracter e a conducta normaes do individuo.

"Quer o termo clinico "incipiente" comprehenda ao mesmo tempo a phase prodromica e o periodo inicial, quer somente a primeira, é esse o periodo da intervenção legal, chamado mesmo o periodo medicoplegal da paralysia geral. Aqui auctores, que tendem a conceder uma certa capacidade aos dementes incipientes, são formaes e posi-
tivos em aconselhar que se proteja com a interdição o paratílico geral na phase prodromica ou inicial da sua molestia. Alguns como Ball vão ao extremo de propor para este fim a sequestração do paratílico geral no seu periodo medico-legal.


Parece que o intuito da consulta é saber si, perdida, alterada a memoria dos factos recentes, mas conservada a memoria dos factos antigos, devem ser consideradas validas ou não as deliberações do doente quando ellas versem sobre os factos antigos e não forem disparatadas.

N’este sentido a responderemos. A capacidade civil de um alienado não pode ser julgada exclusivamente pelas condições de conservação da sua memoria, pois uma deliberação voluntaria, ou melhor, livre, no sentido legal, depende da integridade da mente, considerada no funcionamento harmonico das facultades ou funções psychicas. As alterações da memoria apenas podem constituir symptomas reveladores da perturbação mental, mas é pela determinação diagnostica da natureza e grão d’essa perturbação e pela avaliação da sua influencia sobre a livre deliberação do doente, que se julga da sua capacidade ou incapacidade civil.

No caso da consulta, si as alterações da memoria dos factos recentes são devidas a uma paralysia geral, é da existencia d’esta que se tem de partir para julgar da incapacidade do doente. Ora, a paralysia geral não se compõe apenas, nem essencialmente da amnesia dos factos recentes.

Seria em todo o caso inadmissivel suppor que, n’uma mentalidade trabalhada pela alienação mental, a conservação ou a integridade mais ou menos apparente de certas funções ou facultades mentaes possam auctorizar a admissão de uma zona mental doente ao lado de uma zona mental sa, funcionando separadamente, de modo a se poder concluir que as deliberações que se passam na primeira não são validas, ao passo que devem ser as que se passam na 2ª. Seria isto reviver por outra forma, e n’outro terreno, o da incapacidade, a velha theoria da responsabilidade parcial, ha muito condemnada pela scienica.

«Bafia 1 de Novembro de 1903.—Nina Rodrigues.»
E ao segundo caso que em medicina legal se destina especialmente o qualificativo de consulta, que como vimos, pode ser official ou officiosa. Na consulta official ou judiciaria, ao perito se impõem os mesmos deveres que nos outros exames de caracter official; só pela autoridade ou por seu intermedio podem ser feitas novas consultas ao perito. Na consulta officiosa, nada impede que a parte contraria appelle para o perito consultante toda vez que provar terem-lhe sido occultadas peças capazes de influir no sentido do laudo, ou quando entender que as suas respostas estão sendo desvirtuadas ou mal interpretadas.

De facto, o juizo do perito consultado está fatalmente dependente do numero e valor dos documentos oferecidos ao seu exame, como as suas respostas aos quesitos dependerão dos termos em que forem estes formulados.

Desde que o juizo pericial decorre das peças e documentos examinados si vier ao conhecimento do perito a existencia de outros documentos e circunstancias omitidas na consulta, está elle no dever moral de declarar, quando inquirido, que d’elles não tinha tido conhecimento e que outra poderia ser a sua conclusão si constassem dos elementos que instruíam a 1.ª consulta.

E a pratica sanccionada pelo exemplo dos mestres. No celebre caso Rivoire, as consultas medico-legaes de Brouardel e de Bouvais, na carencia de certas peças instructivas haviam chegado a conclusões contrarias a verdade, caso que Brouardel teve a lealdade, digna de um medico-legista, de reconhecer e declarar.

E como julga o caso notavel medico-legista italiano. «Sobre este mesmo caso, escreve Filomusi-Guelfi, houve duas pericias anteriores, uma do Dr. de Bouvais que concluia pela sobrevivencia da senhora Rivoire e outra de Brouardel que concluo por un «eu não sei»: o facto explica-se porque de Bouvais e Brouardel não tiveram á sua disposição uma nota rectificativa das circunstancias do accidente; a qual, produzida no momento da ultima pericia, levou Lacassagne á sua conhecida conclusao; conclusao que, com uma lealdade digna de imitadores, foi reconhecida justa pelo proprio Brouardel». No documento que se segue, devido em parte ao sentido dado as minhas conclusões, fui consultado tres vezes sobre o mesmo caso medico-legal. Dando-vos esta longa consulta, tenho por fim mostrar como os termos da resposta do perito, dependendo d’aqueles em
que foi formulado o quesito, podem não ser convenientemente interpretados pelos advogados. E mais; como no decurso de um mesmo processo podem surgir novos aspectos para as questões medico-legais, justificando a intervenção repetida de consultas periciais.

Trata-se, em resumo, de um exame de sanidade por causa de demência allegada. Os três peritos officiais divergem de opiniões e cada qual dá o seu parecer em separado. Como no nosso paiz infelizmente não existe um tribunal tecnico superior para que recorram oficialmente n’estes casos, as partes trataram de ouvir particularmente a respeito do valor d’esses documentos a diversos medicos. Consultado pela primeira vez sobre o ponto, declarei que os pareceres não autorisava conclusão alguma, nem a favor nem contra a allegação, tão mal feitos e antiscientíficos eram elles. A outra parte insiste em saber se por acaso a deficiência das pericias officiais permitia a conclusão de não estar provada a demência, acrescentando novos documentos favoráveis a sua causa.

Confirmando o primeiro parecer, insisto ainda na deficiencia dos documentos e declarei que, por isso mesmo que nada se podia concluir d’elles, também não tinham elles provado não estar demente a paciente. O primeiro advogado, que não havia juntado aos autos o meu 1.º parecer, procurou-me então para allegar que, havendo eu a este me referido na segunda consulta, e não constando elle dos autos, podia o facto ser interpretado como sendo eu de opinião de estar provada a conclusão opposta, isto é, que a mulher era demente. Pedia-me então que rectificasse o primeiro parecer, respondendo ao mesmo tempo a outros quesitos attinentes a novas faces da questão medico-legal, nascidas de documentos que não tinham figurado nas duas consultas anteriores. E d’ahi procedeio a terceira consulta.

CASO MEDICO-LEGAL PIRES

Documento I.—A’ solicitação do advogado A, dei a 17 de Maio de 1897, o seguinte parecer:

«O meu juizo em relação aos exames de sanidade praticados em D. F. pelos peritos Drs. A. B., L. e O. L., e que se contém na publica forma junta, fornecida pelo seu advogado, é que estes exames se afastam tanto dos preceitos clínicos e judiciarios, que é imposivel por elles formar-se um juizo sobre o estado mental da examinanda. Só o Dr. O. L. deo o resultado do seu exame, mas de um modo tão vago e sem methodo que pouco adianta aos seus collegas.
«Como documentos medico-judiciarios, todos três revelaram que os
mesmos clínicos desconhecem as regras dos exames médico-
forenses.

«Bahia, 17 de Maio de 1897.»

DOCUMENTO II.—2.ª Consulta medico-legal.—A 6 de Setembro
de 1897, dei ao advogado B. a seguinte consulta medico-legal, sobre
um outro ponto d’este mesmo caso:

«Eu abaixo assinado, Dr. R. Ňina Rodrigues, professor de medi-
cina legal na Faculdade de Medicina da Bahia, convidado pelo advo-
gado Dr. B. a responder ao seguinte quesito: «Si os documentos
existentes nos autos da questão que D. F. move contra D. F. dão
uma demonstração científica de que a mesma D. F. não é de-
dente», tendo tomado conhecimento dos ditos autos, passo a expor
o meu juízo pela seguinte forma:

«São em número de sete os documentos referentes ao estado de
saúde mental de D. F. que se encontram nos referidos autos.

«Os três (3) pareceres dos médicos peritos que examinaram a pa-
ciente;

«Duas (2) justificações testemunhaes prestadas respectivamente
pelas duas partes;

«Duas (2) consultas medico-legaes sobre os pareceres.

«Naturalmente só estão comprehendidos na presente consulta os
cinco primeiros documentos que se referem ao exame directo e ao
conhecimento pessoal da paciente.

«As consultas não são mais do que os juízos que formam os con-
sultantes do valor dos pareceres dos peritos.

«a) Os pareceres dos peritos.—Já tive ocasião de declarar em
uma consulta sobre o valor d’estes documentos, que, deficientes e
mal redigidos elles não permitem formar-se um juízo sobre o estado
mental da examinada, porquanto representam apenas as opiniões
pessoaes dos peritos, que os subscrevem e que não deram a descri-
pção d’esse estado como deviam fazer. Não escapa d’este juízo o
parecer do perito Dr. O. L. que se estendeo na descriçao do exame
da paciente, porque, além de omissio e incoerente, tem antes o ca-
raccter de um documento de polemica do que de um relatorio medico-
legal.

«Examinados em relação ao objecto especial do quesito formulado
pelo advogado B. estes pareceres dividem-se naturalmente em dous
grupos: os dos Drs. A. B. e A. L., que afirmam, e o do Dr. O. L. que nega a existência da demência. Só d’este último, portanto, nos temos que ocupar.

«O parecer do Dr. O. L. alheia como provas da não existência da demência: 1.ª ausência de perturbações físicas e orgânicas ou funcionais; 2.ª ausência de toda e qualquer perturbação psíquica a exceção da amnésia dos factos recentes. Estas duas ordens de factos estão longe de provar o que deseja o perito e de modo algum justificam a exclusão da demência. Em relação à primeira ordem de provas, para demonstrar o seu valor negativo basta recordar a respeito a opinião ou afirmação seguinte de Tardieu, confirmada aliás por todos os tratadistas:

«La santé générale (na demência) se conserve longtemps intacte et offre parfois un contraste frappant avec la dégradation de l’intelligence et de la sensibilité». (Tardieu, Etude médico-légale sur la folie, p. 109).

Em relação à segunda ordem de provas, não só o exame psicológico da doente está longe de ter sido pelo menos regular, como o perito parece ainda ter-se esquecido de que ha uma fase da demência em que a única perturbação evidente é a amnésia de carácter involutivo, abrangendo os factos recentes e respeitando os antigos. E é isto precisamente o que afirma Legrand de Saulle no trecho que o perito transcreve. Esta citação de Legrand de Saulle constitui uma das curiosidades do parecer do Dr. O. L. Este trecho que está à pag. 865 do Traité de médecine légale (1886 e não 1802 como diz o perito), é uma descrição da alteração da memória na demência.

«O perito diz, no seu parecer, ter encontrado esta alteração em D. F. e não só conclui que ella não é demente, como ainda transcreve o trecho em apoio de seu juízo! Ninguem por certo concluiria lógicamente por esta forma.

«Ha ainda duas circunstâncias no parecer do Dr. O. L. que têm talvez o valor senão de uma prova, pelo menos de uma suspeita da existência da demência. Como os outros dois peritos, o Dr. O. L. nada diz sobre as condições da involução senil da examinada, de quem nem ao menos dá a idade. E’ no entanto este um elemento de incontestável valor para o juízo clínico. Ora, sendo a senhora de idade avançada, a presumpção, não digo a certeza, é em favor da existência da demência desde que outros factos deponham n’este sentido.
“A outra circunstância é a causa a que elle atribue a amnésia da examinada. Contra todas as regras dos pareceres medico-legaes, o perito, em uma das suas conclusões, dá como causa da amnésia uma febre congestiva, a respeito da qual não dá a mais ligeira informação e que nem mesmo vem descripta ou mencionada na descrição do relatório. Ora, como veremos, as próprias testemunhas oferecidas pela defesa na justificação que esta requereu, são todas accordes em affirmer que mezes antes a examinada havia tido uma congestão cerebral e uma d’ellas declara até, que foi o proprio Dr. O. L., medico assistente da examinada, quem lhe havia dito que a doente havia tido uma congestão cerebral.

Ora, não sendo febre congestiva uma entidade nosologica, nem mesmo um diagnostico symptomatico preciso e de accepção commum, torna-se permitido pensar em um ictus apoplectiforme em uma demente por amollecimento cerebral.

No curso da trombose cerebral, podem-se dar ictus apoplectiformes febris cujos symptomas desapparecem com o estabecelimento da circulação collateral. Isto mostra que a consignação, no parecer, de uma febre congestiva trazendo uma amnésia involutiva, sem mais explicações não prejudica ao diagnostico de demencia, porque esta interpretação da febre congestiva como um ictus apoplectiforme febral no curso da trombose cerebral, é tão plausivel quanto o de uma febre palustre com localisação meningo-encephalica.

b) Justifiações testemunhaes.—Facilmente se comprehende que ha de ser forçosamente nullo o valor da prova testemunhal com testemunhas leigas, todas as vezes que se queira attender ao juizo diagnostico que essas testemunhas externem sobre o estado mental de qualquer individuo.

O unico valor d’esta prova ha de consistir no estabecelimento de factos ou occurrencias que devam ser interpretadas por pessoas competentes como signaes ou symptomas de loucura.

Para o nosso fim, só devem ter valor os depoimentos das testemunhas da defesa, porque não só as da accusação hão de afirmer naturalmente a existencia da demencia, como podem ser inquinadas de suspeição.

Ora, das testemunhas da defesa uma chega a reconhecer explicita e formalmente a existencia da demencia. Apenas Fal-a dater da congestão cerebral a que a attribue: mas se comprehende que lhe falleça competencia para interpretações scientificas d’esta natureza.
Todas reconhecem e confirmam a existência da congestão cerebral e algumas confirmam ainda a prática por parte da examinada de actos e procedimentos insolitos, como especialmente a recusa formal a atravessar um rio para ir ouvir a missa funebre que mandara rezar por alma de sua mãe. Si d’este facto se aproximam as respostas pouco convenientes e o modo desabrido a que se referem alguns dos documentos da defesa, pode-se pensar na forma excitada da demência em que essas perturbações podem chegar até a uma quasi mania. (Tardieu)

«c) Conclusão.—De todo o exposto podemos concluir que os documentos existentes nos citados autos não provam que D. F. não seja demente.

Bahia, 6 de Setembro de 1897.»

É manifesto que os dous documentos acima transcriptos são de todo o ponto concordes. No documento I, affirmei que os relatórios dos tres peritos não permitiann formar-se um juizo do estado mental da examinada, não autorisando elles conclusão alguma segura. No documento II, demonstrai, particularisando, que aquelles pareceres periciaes, reforçados das provas testemunhaes, não excluam a possibilidade da demencia, não davam a prova de que a doente não estivesse estado demente.

O documento I implicava positivamente que a deficiencia dos pareceres periciaes também não autorisavam afirmar-se a existencia da demencia.

Mas succedeo que o advogado A. não tinha podido juntar aos autos o documento I e entendeo elle que, sem esse documento I a que eu me referia no II, este poderia ser tomado como uma affirmação de que nos autos estivesse provada a existencia da demencia. Nessas condições, solicitou-me, na carta em seguida transcripta, què de novo lhe dêsse a resposta contida no documento I, accrescentando elle, agora, outros quesitos relativos a novas circunstancias levantadas na marcha do feito fundadas em documentos novos.
DOCUMENTO III.—Carta do advogado A.—"Dr. Nina Rodrigues.
Tendo consultado a V. S. em Maio do corrente anno sobre qual o 
juizo que, como lente da cadeira de medicina legal, podia formar 
sobre o valor medico-legal do exame de sanidade procedido em a 
pessoa de D. F.; pelos peritos Drs. A. B., A. L. e O. L., e havendo 
V. S. se dignado dar-me a resposta em 17 do mesmo mez, constante do 
parecer junto, que deixei de juntar aos autos por já os ter recolhido a 
cortorio quando por V. S. me sóra fornecido o dito parecer, rogo a 
finance de, estudando os pareceres dos peritos nomeados para procederem ao dito exame de sanidade, constantes dos autos respectivos 
que a esta acompanham e analisando os novos documentos juntos 
aos autos, deante dos princípios da pathologia e da medicina legal, 
responder-me aos quesitos que abaixo vão formulados, para maior 
elucidação da questão e para dissipar quaisquer duvidas a que por-
ventura possa dar logar o parecer por V. S. dado em resposta a uma 
consulta feita pelo Dr. B. advogado de D. F.!

Segue-se os quesitos.
Bahia, 20 de Setembro de 1897".

CONSULTA MEDICO-LEGAL

"Acedendo ao convite do advogado Sr. Dr. A. para responder 
aos quesitos que me propõe na carta supra e tendo tomado conhecimento de todos os documentos existentes nos autos a que se refere, 
passo a expôr na presente consulta medico-legal a análise que fiz 
desses documentos, o meu juizo a respeito da questão medico-legal 
e a resposta aos quesitos formulados.
"A historia da presente questão medico-legal é das mais simples. 
Para ressalvar direitos sucessorios futuros, uma irmã requer exame 
de sanidade em sua irmã casada e sem filhos, a qual ella considera 
estar soffrendo das facultades mentaes. Os tres peritos nomeados 
para a examinar divergem de opiniao, dando cada qual o seu parecer 
em separado e afirmando dous, emquanto o terceiro contesta, a existência da demencia. Cada uma das partes propõe-se então a fornecer 
newos documentos no sentido dos seus interesses. Cada uma produz 
sua justificação testemunhal e juntam outras peças corroboradoras 
das suas asserções.
"Já por duas vezes fui consultado sobre pontos parciaes d'esta
A primeira vez pelo advogado A. sobre o valor medico-legal dos pareceres dos peritos; a segunda vez pelo advogado Dr. B. que desejava saber si dos documentos que me apresentou tinha ficado provada scientificamente a não existência da demencia.

«Actualmente deseja o Dr. A. um estudo completo sobre a parte medico-legal da questão, assim como esclarecimentos sobre diversos pontos secundários a respeito dos quaes formulou os seus novos quesitos.

«O plano da presente consulta está, pois, traçado por sua natureza. Na primeira parte, farei a análise dos documentos; na segunda procurarei formular um juizo pessoal com os dados fornecidos por elles; na terceira apreciarei o assumpto especial de alguns dos quesitos, que mais não são do que esclarecimentos especiais de alguns pontos da questão.

«No intuito, porém, de não interromper a análise da questão medico-legal propriamente dicta com uma digressão, devo procurar resolver desde já a consulta contida no ultimo quesito cujas relações de dependencia da materia da questão medico-legal me parecem mais remotas e menos claras.

«A deontologia medica não prevê a hypothese figurada pelo distincto advogado. O unico preceito geral por ella estabelecido e que resolve perfeitamente este e todos os casos analogos, é que o medico legista deve saber manter illesa a honorabilidade da sua profissão, fazendo-se respeitar pela imparcialidade com que se desempenha do seu papel que não deve confundir nunca nem com o do juiz, nem com o do advogado. «Celui-ci (o advogado), diz Tardieu, insistindo n'esta distincção capital, ne parle pas en son propre nom; il est l'organe et l'interprete auxiliaire d'interets qui peuvent etre contraires à la raison et meme à la verité. Le médecin devant la justice qui reclame et attend ses appreciations doit la verité: il n'en est pas le defenseur, mais le demonstrateur, il la fait jaillir des faits physiques dont la science lui a permis de connaître la realité et dont lui seul peut donner la signification». A preococcupação do perito, é portanto, uma e unica —a verdade, sirva ella a defeza ou à accusação. Somente o que não é lícito ao perito é apaixonar-se, é converter-se em advogado de uma das partes com prejuizo da verdade. Podemos passar agora ao exame da questão medico-legal.
ANÁLISE DOS DOCUMENTOS REFERENTES À QUESTÃO MEDICO-LEGAL

«Estes documentos se podem dividir em dois grupos de valor médico-legal muito diferente. Ha documentos oficiaes, os exames periciaes e as provas testemunhaes: e ha documentos officiosos, o parecer do Dr. A. A. S., a ractificação dos Drs. L. G. A. B. e J. V. L., e tres consultas medico-legaes, as dos professores Tillemont Fontes e Manoel Araujo e a que forneceu ao advogado Dr. B.

«I. Os documentos oficiaes.—Dos documentos oficiaes naturalmente os de maior importancia serão os pareceres periciaes que devem reunir ao cunho legal a presumpção da competencia scientifica dos peritos.

«Mas para isso é indispensavel que esses documentos satisfaçam duplo requisito, um formal, o da observancia dos preceitos e regras scientifiques que dão a garantia da competencia medico-legal dos examinadores; outro essencial, o da capacidade de fundamentar scientificamente o juizo clinico formado.

«Comprehende-se que, sem se restringir às regras estabelecidas para a confeccão dos documentos medico-legaes, um perito competente possa fazer um exame completo e satisfactorio. Mas inda mesmo n'aquelles paizes em que a lei não adopta e impõe uma norma para os exames, o medico legista não tem o direito de abandonar as que o uso aconselhou em nome da experiencia, para vir apresentar um documento de todo insuficiente e absolutamente não demonstrativo. Não ha motivo para não se admitir nas periciaes psiquiatricas do direito civil, as mesmas regras adoptadas nesta exames em direito criminal. «La posizione del perito medico nei processi civili, escreve Krafft-Eling, è uguale aquella che esso ha nei processi penali». Ora, na regra do nosso Codigo do processo criminal que se pode aplicar aos exames medicos, a exigencia da descripção completa e minuciosa é clara e formalmente expressa.

«No entanto, ném os exames, nem os relatorios dos peritos satisferam estes requisitos. Em um caso delicado como é sempre o de uma pericia psiquiatrica, tres peritos limitam-se a examinar uma senhora que dous d’elles nunca tinham visto, apenas durante duas horas (?). E em seguida a este curto exame, em uma sessão que dous dos peritos declararam mais tarde ter sido agitada, tendo havido atro-
pello de occassão, exaltação dos animos das partes litigantes, os pe-
ritos se julgam habilitados a responder aos quesitos formulados sobre
o estado mental da examinanda. E, como tivessem divergido, não
sobre o diagnostico mas sobre a existencia ou não da demencia, re-
querem que os quesitos sejam propostos a cada um d’elles individu-
almente e apresentam os pareceres que passamos a analysar.

«I. Parecer do Dr. L. G. S. B.—Não é em rigor um parecer ou
relatorio o documento que com esse nome apresentou este perito.
Seria quando muito as conclusões de um parecer que não foi escripto,
porquanto o perito se limita a responder laconicamente aos quesitos
formulados, sem ter dado a mais ligeira informação sobre a doente,
sem ter feito descripção alguma da molestia, sem se preoccupar com
a justificação do seu juizo. Não se trata, pois, de um relatorio medico-
legal, mas da opiniao pessoal de um medico, a qual ninguem poderia
dizer si é puramente arbitaria ou se funda em alguma base seria.

«No entanto este perito affirma que a examinada é demente e não
tem intervallos lucidos. Como o pode saber no curto espaço de duas
horas em que, conjunctamente com os outros dous, examinou a
doente e que elementos teve para esse juizo, não é possivel adivinhar.
Com a mesma facilidade e sem maiores explicações, dá como causa
da demencia «embaraços na circulação cerebral do lado direito»,
com atrophia do cerebro do mesmo lado. Este parecer é uma simples
affirmação sem provas, que por isso mesmo não tem valor medico-
legal.

II. Parecer do Dr. O. L.—D’este perito não se pode dizer que não
tenha apresentado parecer. E, como era o medico assistente da exa-
minadá, não só está mais justificado de ter feito um exame ligeiro,
como a sua opiniao devia ser considerada de grande peso. No em-
tanto o seu relatorio não se limitou a preterir as regras d’estes docu-
mentos, transformou-se mesmo em um documento de polemica. O
perito abre o seu parecer e occupa-o quasi todo com uma serie de
citações de tratadistas de psychiatrica e medicina legal, no intuito,
porém, de contestar a opiniao dos collegas que divergiram do seu
modo de pensar. Não dá, porém, nem siquer a idade da examinada,
ão diz uma palavra dos seus antecedentes hereditarios, não faz a
historia anterior de sua saude.

Incidentemente apenas, em uma das conclusões do parecer limita-
se a dizer que as alterações da memoria que encontrou são devidas a
uma febre congestiva, da qual não dá descrição alguma e nem faz outra referência além d'esta. Aliás essa molestia parece ter sido um facto capital na historia da doente. Na parte descriptiva do relatorio, em vez de dizer o que encontrou, limita-se a afirmar que as faculdades psíquicas marcham regularmente e que as funções organicas são normaes.

Este perito contesta a existencia da demencia e considera a amnesia parcial que a doente apresenta, devida á febre congestiva a que já nos referimos. Não pôde ser mais vago o juizo clinico. Febre congestiva não é uma entidade nosologica, é uma expressão vaga que deixa livre campo a mil supposições diferentes. Teria sido uma das chamadas febre cerebraes [meningo encephalites]? Teria sido um episodio agudo febril no curso do amollecimento cerebral? Ninguem o poderá saber pelo parecer. Mas se comprehende que algumas d’estas hypotheses possíveis são causas poderosas de demencia, o que não devia permitir a exclusão facil do diagnostico de demencia sem ter previamente deixado liquidada a questão da natureza e influencia d’essa molestia congestiva. O perito achou uma integridade organica da examinanda pouco compativel com a idade avancada de uma senhora que cincoenta dias antes tinha tido uma febre congestiva tão seria que lhe deixou uma amnesia permanente. Mas precisamente o que torna incomprehensivel a sua rejeição do diagnostico da demencia é a descriçao contraproducente que faz da amnesia da examinanda. Considera elle a amnesia observada identica a amnésia inicial dos dementes e transcreve em apoio da sua opinião um trecho de Legran du Saulte em que este auctor mostra precisamente que, na demencia, ás vezes, a amnesia é apenas parcial. De modo que, podendo a demencia em começo limitar-se apenas ás perturbações da memoria, segue-se que a conclusão a tirar devia ser oposta a que tirou. O que em rigor se devia concluir era que a hypothese da demencia era pelo menos possivel. E’ imperdoavel que sendo o perito o medico assistente da examinanda fosse tão omissio na sua historia clinica e tão deficiente no exame. A sua opinião convenientemente fundamentada teria desde logo resolvido a questão. Tal qual esta é um documento medico-legal defeituoso e insuficiente, que não autoriza grande fé.

III. Parecer do Dr. V. L.—Como documento medico-legal ainda mais defeituoso, do que o do Dr. O. L. é o parecer d’este perito.
Não dá igualmente informação alguma sobre a história do examinada, e na descrição do exame serve-se de expressões vagas que nada precisam ou definem. Em símbolos, chega a declarar que «em falta de certas informações e mais provas passou a tirar as conclusões do parecer», como se de um exame em que faltam elementos tão essenciais como são os que foram omitidos no parecer se podesse tirar conclusão alguma.

Pelo lado clínico a impressão que deixa este parecer é que o autor não é nada familiar com os exames psiquiátricos. Afirma que «ha perturbações nas faculdades intelectuais, morais e afectivas», sem dizer quais sejam essas perturbações; que «ha perda da palavra», sem dizer de que natureza é essa perda, e em que ella consiste; que «não observou concepções intelectuais» (sic) é implicitamente afirmar que o perito nem tinha ideias assentadas na especie, nem a pratica necessaria do exame que devia fazer. A afirmação do perito de que «a julgar pelo que observou» (nun exame de duas horas apenas), a doente não tinha intervallo lucido, mostra o valor que pode ter o diagnostico de demencia sem um exame regular e ser a menor fundamentação clínica, ou anamnestica.

Em conclusão, como documentos medico-legaes os pareceres revelam por sua forma que aos peritos faltavam habito e pratica dos exames periciaes em materia de psychiatria forense. A deficiencia, quasi carencia do exame da doente, a falta de justificação clinica e anamnestica tanto dos diagnosticos como da divergencia entre os peritos não permittem admitir que os juizos emitidos sobre o estado mental da examinada tenha sido uma deduccion logica de um exame em regula, pois antes se apresentam como idéias preconcebidas, parecendo se terem os peritos deixado influenciar, com certeza involuntariamente, pelas opiniões divergentes dos partidos litigantes.

Clinicamente, em resumo, se deduz dos pareceres que dous dos peritos afirmaram a existencia da demencia mas não deram a prova d’essa afirmação e um contestou a existencia da demencia, procurando fundamentar a sua opiniao com argumentos contraproducentes uns, deficientes outros.

As provas testemunhaes.—Já tivemos occasião de dizer em um dos nossos pareceres sobre esta questão, que se as provas testemunhaes provenientes de estranhos à profissao medica podem ter valor legal, o unico valor scientifico que se pode descobrir n’ellas é a pos-
sibilidade de demonstrarem a existência de actos ou ocorrências que se devam considerar como produtos ou signaes característicos da insanidade mental. A competência para formular diagnósticos psiquiátricos ninguém se lembraria de conceder-lhes. No entanto, da parte do medico deve haver a maior circumspeção na aceitação d'esta prova, pela facilidade e pouco escrupulo com que certa ordem de individuos se presta a depor sobre factos de que não tem conhecimento. Nos propios autos, as testemunhas são todas arguidas de parciaes e uma confessou que tinha sido mandada depor pela parte interessada. No entanto esta mesma circunstancia da parcialidade das testemunhas se pode converter em uma prova de grande peso quando se pode deduzir do seu depoimento conclusões contrarias aos interesses que defendem.

Analysemos, pois, as provas testemunhaes offerecidas pela accusação e pela defesa. (Segue-se a analyse dos depoimentos).............

Em conclusão, podemos, pois, apurar da prova testemunhal:

1.º que era voz publica estar a senhora soffrendo das faculdades mentaes;
2.º que a recusa a atravessar o rio é verdadeira;
3.º que ella tinha tido um ataque cerebral tres a quatro meses antes;
4.º finalmente, que a datar d'essa epoca ficou soffrendo de demência ou quasi de demencia, segundo affirmação de uma testemunha insuspeita no caso.

II. Os documentos officiosos.—Dos documentos officiosos dous se referem ao exame directo da paciente e tres representam juizos ou opiniões sobre os pareceres periciaes. Naturalmente os primeiros merecem maior atencao por isso que podem offerecer elementos para o juizo clinico.

1.º Relatorio officioso do Dr. A. A. S.—Este parecer é uma repetição resumida da opiniao do perito Dr. O. L. Declara o auctor que encontrou a senhora em estado de saúde, tendo apenas um ligeiro enfraquecimento da memoria, mas não dá a descripcio do exame feito, nem se refere á historia medica da examinada. Accrescenta que das informações colhidas atribue essa amnesia a «uma pequena con-gestão que soffreu em um ataque de febres ha mez e meio».

E' uma variante da opiniao do Dr. O. L. a que convém attender.
Não é mais de uma febre congestiva, mas trata-se de duas molestias distintas embora simultaneas; acessos ou ataques de febres e congestão, a que o medico julgou prudente accrescentar o qualificativo de pequena, naturalmente por suppor que as pequenas congestões cerebraes são menos graves para a integridade mental do que os graves ataques de hemorrhagia cerebral.

2.° Rectificação dos peritos Drs. G. e V.—Por esta rectificação fornecida ao advogado da accusação, o Dr. G. aceita a descripção do relatorio do Dr. V. e os dois peritos procuram preencher as lacunas dos seus pareceres.

Accrescentam que a senhora era maior de sessenta annos, tinha paralysia da lingua e tremor das mãos. Accrescentam que a senhora se apresentou aos peritos desabridamente, lançando fora o chale em que se envolvia e pronunciando palavras da mais alta inconveniencia. Procuram precisar mais o diagnostico, dizendo que se tratava de um caso de demencia por amollecimento cerebral a que ligam o ataque de congestão, de que aliás não fallam nem n’este nem nos pareceres anteriores. Finalmente, affirmam que a demencia havia de datar de mais de tres annos. Esta rectificação, como era de esperar, não pode sanar os defeitos do exame primitivo. São allegações vagas a que faltará sempre a demonstração ou prova.

E’ estranho, porém, que os peritos venham confessar que o exame feito tivesse sido atropellado e tumultuoso, e se tenham sujeitado a dar um parecer e formular juizes diagnosticos em tais condições. Apreciaremos mais adiante o valor da affirmação da declaração da demencia.

3.° As consultas medico-legaes dos professores Tillemont Fontes e Manoel Araujo sobre o valor medico-legal dos pareceres dos peritos.—Ambos os professores demonstram largamente a insuficiencia e os defeitos dos relatorios dos peritos.

Apenas o professor Tillemont Fontes se inclina a aceitar as conclusões do Dr. O. L., sem que todavia tivesse conseguido encontrar meios de justificar os defeitos e as lacunas do parecer, assim como a improcedencia e a insuficiencia das provas com que pretende negar a existencia da demencia.
2.ª PARTE
SI DOS DOCUMENTOS EXAMINADOS SE PODE CONCLUIR
QUE D. F. ERA DEMENTE?

A resposta aos quesitos formulados pelo advogado Dr. A. exige
que procuremos verificar agora si com os dados fornecidos pelos
diversos documentos existentes nos autos, é possível formar um juízo
sobre o estado mental da paciente e que valor medico-legal se pode
atribuir a esse juízo.

Ou, especificando mais de acordo com o quesito formulado, si
está demonstrada nos autos a demencia de D. F.

O diagnostico de demencia de que se falla nos autos tem principal-
mente contra si o parecer do Dr. O. L., o relatorio do Dr. S. e alguns
elementos deduzidos das provas testemunhaes.

Devemos examinar, pois, os argumentos invocados e em parti-
cular os argumentos contrários a este diagnostico tirados do parecer
do Dr. O. L.

São de duas ordens esses argumentos; consideram incompatíveis
com a existencia da demencia:

1.º a integridade dos órgãos e das funções organicas;
2.º a integridade mental ou psychica, á excepção de uma amnesia
de caracter involutivo.

Estes factos estão longe de ter a importancia e o valor que lhes
atribuído o perito.

A coexistencia da demencia com uma apparence de saúde geral
perfeita é facto conhecidissimo e que se pode prolongar até periodos
muito avançados da dissolução demencial da inteligencia. «La santé
générale se conserve longtemps intacte et offre parfois un contraste
frappant avec la degradation de l’intelligence et de la sensibilité» (Tardieu: Etude medico-légale sur la folie).

«Les fonctions de la vie organique conservent en général, dit Es-
quirol, leur integrite; le sommeil parfois se renouvelle souvent dans
la journée; l’appetit va jusqu’a veracité; chez un grand nombre le sys-
tème lymphatique predomine, les malades prennent beaucoup» (Da-
ganel: Nouveau Traité des maladies mentales).

Eis como Baillarger n’uma consulta medico-legal celebre se ex-
pressa sobre a apparence da integridade mental na demencia. «Dans
la demence au premier degré, il n’y a ni incoherence ni abolition des
idées et comme dit M. Calmeil d’une manière si précise: «Quelquefois l'affaiblissement de l'intelligence est à peine sensible». Il fait bien connaitre le malade et le comparer soigner seulement à lui même pour soupçonner une lesion grave existente». (Le grand du Saulle: Étude medico-légale sur les testaments contestes pour cause de folie). Avalie-se agora si perturbações tão delicadas havia ou não de esca-par a exames de afogadilho e tão incompetentes como foram os dos peritos. E apezar d’isso elles chegaram a descobrir a existencia de uma amnesia de caracter involutivo.

Assim que a esta forma de amnesia se podem quasi limitar os signaes da demencia demonstra-o a citação de Legrand du Saulle que faz o proprio Dr. O. L. E quanto essa perturbação se pode associar a uma aparente de perfeita saúde, melhor o demonstra o seguinte trecho de Daganet: «La diminution de la memoire est le symptome caracteristique de la demence; c’est d’abord une simples defaillance qui s’exerce particulièremment sur les faits les plus recentes; les malades oublient progressivement le souvenir des circonstances qui se sont passées depuis l’invasion de leur maladie, et conservent intact celui de événements qui ont eu lieu auparavant. C’est ainsi que les dments, à un premier degré ne perdent pas le souvenir de ce qu’ils ont appris autrefois; on trouve parmi eux de bons musiciens, de bons dressinateurs, quelques-uns sont aptes à continuer l'exercice de leur profession, tous les asyles d'alienés renferment des cordonniers, des tailleurs, des couturieres, des repaneuses qui peuvent continuer à se montrer habiles dans leur métier et qui n'en presentent pas moins un affaiblissement plus ou moins marque des facultés».

Mas estas considerações nos devem levar ao exame da idéa de demencia apoplectica que muitas vezes se vê aparecer nos autos, de um modo mais ou menos explicito.

Naturalmente era a demencia apoplectica que se referia a testemunha quando declara que a senhora estava com amollecimento cerebral; é a ella que se referem depois d’isso os Drs. G. e V.

E' indispensavel por conseguinte verificar si a idéa de uma demencia apoplectica se pode conciliar com os dados fornecidos sobre a historia clinica da doente.

A demencia apoplectica pode reconhecer por causa a hemorragia ou o amollecimento cerebral por trombose ou embolia. A embolia pode ser excluida, attendendo-se a que n'estes casos de demencia ha
sempre uma paralisia que não desaparece, porque não se estabelece uma circulação collateral. Não assim, a hemorragia cuja paralisia pode attenuar-se muito a ponto de poder passar desapercebida, sobretudo se se trata das formas ligeiras da hemorragia que são exactamente as que mais comprometem a integridade mental.

Estas formas ligeiras da hemorragia cerebral, facilmente se confundem com o começo do amollecimento por trombose e concorrem ambos para dar essas chamadas congestões ligeiras tão perniciosas em suas consequências para a integridade mental.

«En général, après un attaque d’apoplexie, escreve Legrand du Saulle, plus le malade a le mouvement lesé et plus il a de chances pour rester intelligent; plus il reprend facilement l’usage du bras et de la jambe paralysees et plus il est exposé à flechir intellectuellement, à perdre progressivement la memoire, à devenir irritable et à avoir de l’embarras de la parole.» Apeza de longa merece ser transcripta in extenso a seguinte citação do mesmo auctor, que é positiva e concluyente:

«Les attaques de congestion légére qui ne durent que très peu de temps, qui, au moment même effleurent à peine l’intelligence et les mouvements, mais dont les traces augmentent peu à peu d’intensité les jours suivants, sont bien plus graves au point de vue de la ruine de l’intelligence, que les attaques très fortes, accompagnees et suivies de grands accidents musculaires, d’hémigies complètes et même d’embarras prononcé de la parole. Ces petites attaques congestives sont le plus souvent un début de ramallissement cerebral; et l’on sait que le ramallissement du cerveau s’accompagne bien plus fréquemment de troubles intellectuels graves que l’hémorragie cérébrale proprement dite.

«Les malades qui, deux ou trois jours après une attaque apoplexique offrent une hémiplegie franche sans embarras de la parole, ont beaucoup moins de chances d’eprouver plus tard du trouble dans l’intelligence que ceux qui, dans les mêmes conditions presentent un embarras marqué de la parole sans hemiplegie.» Ora, se attende ao modo por que foi feito o exame dos peritos, se comprehende perfeitamente que as ligeiras paralisias limitadas a face lhes podessem ter passado desapercebidas.

Nós acreditamos, pois, em conclusão, que nos documentos existentes nos autos ha quando muito elementos para se supor que D. F.
tivesse sido uma demente apoplectica, posteriormente ao ataque de congestão de que faliam as testemunhas e o médico assistente.

No entanto, se acreditamos que esses elementos autorizam o juízo clínico de uma provável demência apoplectica, de modo nenhum consideramos demonstrado esse juízo tão suficientemente como se requer em clínica forense.

E não nos animariamos a apresentá-lo à justiça como um facto plenamente demonstrado, porque esses elementos se referem a opiniões antes do que a factos, e a circunstância de serem algumas das pessoas que as emitiram estranhas à medicina e se terem revelado os médicos pouco conhecedores da especie, retira d’essas opiniões grande parte do seu valor.

3.ª PARTE

MATERIA ESPECIAL DOS QUESITOS

Agora resta-nos apenas precisar a matéria especial de alguns dos quesitos do advogado, que nada mais são do que pontos particulares da questão médico-legal geral.

1.ª O amolecimento cerebral por trombose pode existir sem sinaes de alteração generalizada do sistema arterial?—E’ naturalmente o que deseja saber o advogado que serviu-se mal do termo arterio-esclerose, de uma accepção menos definida. Evidentemente pode. A localização do processo inflamatório em certo departamento do sistema arterial é facto perfeitamente conhecido em particular para a localização da syphilis nos vasos cerebraes. Mas quando mesmo não se quisesse garantir a perfeita integridade do sistema arterial n’estes casos, as alterações generalisadas podem ser tão atenuadas que não se revelam ao exame clínico.

2.ª A determinação do começo da demência simplesmente pelo exame clínico do doente em periodo adeiantado da molestia seguramente não pode ser feita, si do exame clínico se exclui a historia ou a anamnese, por isso mesmo que a marcha da demencia varia muito com a causa da molestia, a constituição do doente, a sua posição social, etc.

Mesmo nos casos de demência apoplectica em que se pode precisar a época da lesão que a produziu, essa determinação não é possível porque a demencia pode se manifestar n’um tempo variável
depois do ataque apoplextico. O estado mental dos apoplexticos não deve ser confundido com a demência nos seus dois primeiros grãos.

Do 2.º grão diz Legrand du Saulle: «Ce degré de faiblesses intellec
tuelle est frequent chez les apoplexiques, mais il est encore
compatible avec la conservation d’un grand nombre d’idée justes,
avec la persistance de ces qu’on doit appeler la raison, et ne mérite
ni le nom de folie, ni meme celui de demence vraie»

Fazendo aplicação d’estes princípios ao caso especial de D. F.
não vemos base para declararem os peritos na sua ractificação que a
sua demência devia datar de mais de tres annos.

**Conclusões.**—Com estes elementos podemos passar a responder
os quesitos formulados pelo advogado A., do modo seguinte:

1.º quesito: Do estudo dos autos e do exame de sanidade se pode
concluir que a examinada D. F. seja demente?

**Resposta:** O estudo critico e comparativo dos documentos exis-
tentes nos autos leva a supor que D. F. na occasião do exame me-
dico que soffreu, quando muito era, ou uma demente apoplectica, em
consequencia do insulto ou ataque cerebral (hemorrhagia, trombose,
etc.) a que se referem as testemunhas e o Dr. O. L., ou tinha o estado
mental dos amolecidos cerebraes, precursor da demencia apoplectica.
Mas os defeitos e contradicções d’esses documentos não permitem
considerar esse juizo demonstrado.

2.º quesito: A presumpção e não a certeza de que alguém esteja
soffrendo de demencia é, em jurisprudencia medica, suficiente para
a interdicção dos direitos civis?

**Resposta:** A resposta a este quesito é talvez mais da competencia
do jurisconsulto do que do medico-legista. Si, porém, devo respon-
del-o como alienista perito, não tenho a menor duvida em me pronun-
ciar formalmente pela negativa, pois, mesmo na demencia verificada, a
interdicção dos direitos civis, na opiniao de notaveis medicos-legistas,
admite grãos, o que torna indispensável o conhecimento exacto do
estado mental do demente, o que uma suposição não poderá dar.

3.º quesito: Tendo os peritos Drs. L. G. A. B. e J. V. L. no
exame de sanidade de D. F. e em ulterior rectificação e ratificação
àquelle exame diagnosticado demencia consecutiva ao amollec-
imento cerebral e julgado fosse a congestão o factor etioligico, o que
pensais d’essa opiniao à luz da clinica e da anatomia pathologica?

**Resposta:** Dando ao termo congestão o sentido vulgar de lesão
cerebral (hemorrhagia, embolia, trombose, etc.), a hypothese feita não é impossivel, mas os seus autores não a demonstraram.

4.° quesito: Sendo o amolecimento cerebral consecutivo á trombose a causa da 
demencia presumida e por ser a trombose sempre dependente das lesões 
generalisadas da arterio-esclerose, será esta possivel em quem apresenta 
normalidade das funcionaes organicas, dos 
aparelhos circulatorio e renal e simultaneamente integridade da 
SAUDE PHYSICA?

Resposta: E' possivel.

5.° quesito: E' possivel precisar-se clinicamente o começo de um 
estado de demencia observado em periodo adeantado?

Resposta: Pelo simples exame directo do doente, sem a anamnese, 
como fizeram os peritos, não se poderá precisar a epoca do começo 
da demencia.

6.° quesito: Em todos os casos, a demencia tem a mesma marcha 
e duração?

Resposta: Não.

7.° quesito: A deontologia medica, em casos de acções meramente 
particulares, a proposito do uso e goso dos direitos civis, per 
mitte a elaboração de consultas e pareceres medico-legees, quando 
contrarios á defesa?

Resposta: Na phrase feliz de Tardieu, o medico-perito é o de 
monstrador e não o defensor da verdade. Que esta sirva á accusação 
ou á defesa, é consequencia com que elle nada tem que ver. Só não 
é licito á honorabilidade profissional do medico-legista apaixonar-se 
o exercicio da sua missão de perito, transformando-se em advogado de uma das partes com prejuizo da demonstração da verdade, 
que lhe competia dar.

N. R. »

Este caso medico-legal exemplifica bem diversas situações im 
postas aos peritos pelas condições actuaes da prova medica no 
nosso processo civil.

E' manifesto que a consulta officiosa sobre o valor dos laudos pe 
ciaes é uma consequencia de faltar entre nós um tribunal technico a 
que se reccorra em casos de divergencia entre peritos. 

A solicitação de novos pareceres a perito já consultado decorre o
aqui da apparição de outros documentos corroborando, ou infirmando os que instruíam as primeiras consultas.

Finalmente, não preciso insistir em demonstrar-vos como, através das diversas consultas, a opinião do perito se pode manter coerente e invariável toda a vez que os novos documentos invocados não são de ordem a modificar a conclusão deduzida dos primeiros.

Tendo afirmado no primeiro atestado que os laudos periciaes não autorisavam conclusão alguma positiva, pró ou contra a existência da demencia, demonstrei na 2.ª consulta que, ainda acarreado com os depoimentos das testemunhas e documentos outros oficiosos, aquella conclusão não se modificava, sendo impossível considerar demonstrada a exclusão da demencia. Finalmente, na terceira consulta destinada a ratificar a primeira que não tinha sido juntada aos autos, insti na affirmação de que si haviam suspeitas vehementes do estado demencial nos documentos oferecidos, essas suspeitas não podiam equilibrar a uma demonstração cabal como em direito se requer.

Devo mostrar-vos como mantendo a distincção entre a probabilidade e a demonstração positiva de um facto medico e considerando não demonstrada n’este caso nem a exclusão, nem a affirmação da demencia, a consulta medico-legal contrariou ao mesmo tempo, os interesses do segundo advogado a quem convinha a affirmação, como os do primeiro que pleiteava a negação da demencia.

Em conclusão, Senhores, os peritos não têm que se preocuper com os interesses das partes; a sua missão é demonstrar a verdade, sirva ella a quem servir.
5.ª MEMORIA

A PSICOLOGIA DA MUTILAÇÃO CADAVERICA

O esquartejamento criminoso

(Polemica scientifica com os drs. Albert Prieur, de Paris, e de Parois, de Lyon)

PELO

D.ª Nina Rodrigues
O esquartejamento criminoso

Ao escrever o seu artigo sobre a psicologia do dépeçage criminoso, Albert Prieur inquiria do professor Lacassagne se por acaso não lhe parecia descabido e inútil fazer-se acompanhar o estudo d'esta espécie de dépeçage, do estudo do dépeçage religioso e do judiciário, e si esse método, seguido até ali pela Escola de Lyon, não poderia ter além d'isso o grave defeito de induzir alguém, a supor representassem essas três espécies de mutilação cadaverica, três phases distintas, mas successivas, de um só e mesmo processo.

A negativa de Lacassagne foi naturalmente categorica. A experiência lhe tem mostrado que o método da sua Escola, elucida melhor a questão, como deixa melhor instruídos os estudiosos. Nem elle admite a possibilidade de commetter alguém a desastrada confusão que temia Prieur.

Explica-se a segurança da resposta, bem como a razão de ser da consulta. Lacassagne é a maior autoridade na matéria. O capitulo medico-legal do dépeçage criminoso é todo obra da sua Escola de Lyon. O estudo de conjunto foi feito pela primeira vez em 1888, na importante thesè de Ravoux: Du dépeçage criminel au point de vue anthropologique et médico-judiciaire, escripta sob a inspiração e as vistas immediatas de Lacassagne que, em dois excellentes artigos: De la mensuration des differentes parties du corps dans les cas de dépeçage criminel e Du dépeçage criminel, publicados nos Archives d'Anthropologie criminelle, ainda em 1888, recapitulou as idéias fundamentaes do thème. A parte rigorosamente medico-legal, attinente as importantes e difficíeis questões de identidade que o assunto levanta, ficou desde então fixada. E por tal forma que a monographia allemã de Michel: Ueber criminelle Leichenzerstückelung, publicada sete annos depois, em 1895, no Viertelj für gerichil Med. und off. Sanitätswesen, não fez mais do que repetir o método e os trabalhos de Lacassagne, applicando-os ao estudo do dépeçage criminoso na Allemanha.

O estudo psychologico da questão conservou-se, porém, até 1898
reduzido às considerações gerais feitas por Lacassagne e às ligeiras referências de Ravoux.

Foi n'este anno que, pondo em contribuição os trabalhos do sabio e preclaro mestre ao mesmo estudo, feito com aplicação ao Brasil, eu escrevi a monographia brasileira: *Des conditions psychologiques du dépeçage criminel*, publicada nos *Archives d'Anthropologie criminelle*, em 1898. N'esse trabalho, procurei dar ao assumpto o preciso desenvolvimento que ainda não tinha tido, do ponto de vista da psicologia criminal.

Tres annos depois, em 1901, o Dr. Albert Prieur publica no *Mercure de France* o seu interessante estudo: *Essai sur la psychologie du dépeçage criminel*. Discordando do metodo da Escola de Lyon, por vezes condenando com vivacidade como erradas opiniões dos discípulos de Lacassagne, Prieur, todavia, não faz mais do que consagrar e procurar aperfeiçoar os estudos realizados por aquella Escola, aspirando embora dar-lhes uma formula psychologica diferente. No seu artigo os trabalhos de Lacassagne e dos seus discípulos são citados com estima; em particular, devido naturalmente á sua feição, são repetidas as citações com que Prieur honra a minha modesta memória, fazendo-lhe por vezes referencias lisonjeiras a que me confesso sumamente grato.

No entanto, o ensaio psicologico de Prieur não fez avançar a questão. Ao contrário, querendo restringí-la, elle tornou acanhada e defeituosa a larga e profunda comprehensão que lhe havia dado a Escola de Lacassagne. Não sendo fundadas as accusações que levanta ao metodo d'esta Escola, a ella assiste o direito de rever o assumpto para restabelecer os principios bons e verdadeiros que ahi havia implantado. E deve faze-lo. A these recente de Parois: *Du dépeçage criminel*, Lyon 1902, aliás, excelente trabalho, já se deixou influenciar pelas considerações de Prieur, cujas ideias e controversias não foram ali, como deviam, suficientemente, examinadas. A minha memoria de 1898 e mais do que isso, a parte que conservam no debate ideias e opiniões minhas, justificam o meu proposito de levar a effeto agora essa revisão, não o tendo podido fazer antes por accumulo de trabalhos de outra ordem. As referencias da memoria de Prieur não permittem evitar como convinha a esta revisão, um certo ar de polemica. Os termos de extrema cortesia em que ella se manterá, a exclusiva preoccupação da verdade, aqui posta, attenuarão, espero, esse defeito.
Como vimos, Prieur pretende em resumo que, sendo completamente distintas e independentes as diferentes formas do dépeçage, não só é artificial e sem utilidade o estudo comparativo d'ellas, como chega mesmo a ser prejudicial, podendo fazer crer que entre essas formas exista um laço qualquer de dependencia. 

Ou se encare a questão do ponto de vista da psicologia individual do dépeceur, ou do ponto de vista da psicologia social ou ethnographica, ou do ponto de vista da psicologia aplicada, criminal ou juridica, as asserções de Prieur se oferecem sempre destituídas de fundamentos e de todo o ponto insustentaveis: E foi precisamente por ter confundido estes aspectos múltiplos da questão que elle chegou a conclusões tão inadmissivéis. Isolar, no terreno psicológico, por modo artificial e arbitrario, o estudo do dépeçage criminoso, do estudo das outras formas ou especies de dépeçage, é em rigor mutilar esse estudo, tornando-o forçosamente tão inapto a dar uma comprensão generica e philosophica do Phenomeno, como a penetrar no conhecimento intimo da razão de ser das suas variedades e ocasiões.

Para demonstrar esta proposição com vantagem convém retomar o exame da questão nos seus diferentes aspectos.

**I**

*Da psychologia individual do dépeceur*

Não pecca por atilada e penetrante a demonstração, que Prieur acredita ter dado, da completa distincção e independencia psicológicas em que estariam entre si as diferentes formas de dépeçage.

«Entre o fenicio Hillu, escreve Prieur, que, 2000 annos antes da nossa éra, inaugurou, parece, os sacrifícios humanos, oferecendo á divindade os pedaços do corpo de seu filho;—entre todos aquelles que, desde então, nos quatro cantos da terra, quizeram tornar os deuses favoraveis acompanhando seus canticos de offeretas semelhantes; mesmo entre aquelles que, como os Skopty, em momentos de excitação mystica, cortam e comem o seio das virgens, ou como os indígenas do Estado do Maranhão, vão desenterrar corpos de creanças para pical-os, temporal-os e fazer d’elles sortilegios; e Billoir, cor-
tando em pedaços o corpo da mulher Le Manach, que elle tinha matado n’um momento de colera, com um ponta-pé no ventre,

«ha a menor connexão, uma approximação qualquer?

«Entre esse mesmo Billoir, transtornado á ideia da justiça, e todos aquelles que, juizes, em nome da lei, ordenavam ou encorajavam a mutilação ou o dépeçage dos suppliciados;—ou guerreiros, em nome das tradições e dos costumes, entregavam a seus soldados, para d’elles fazer troféos pedaços de seos prisioneiros; cabeças servindo de oriflammas, craneos servindo de taças, cabelleiras servindo de ornamento, a carne palpitante servindo aos festins,

«ha uma medida commum?

«Sim, a faca».

«Mas não basta a banalidade do instrumento, porque, entre os autores, entre os moveis, ha o fosso,—largo como um mundo,—que separa o erro do crime, a colera do medo».

O trecho mostra, ao vivo, que Prieur não conseguiu adquirir uma vista de conjuncto do problema psychologicou que se propoz a estudar e não pôde tocar, portanto, o amago da questão. As suas considerações estavam desde então condemnadas irremissivelmente a revestir o caracter que realmente têm, de superficiaes e exteriores ao assumto.

Não, a unidade fundamental do problema psychologico do dépeçage não está no cutello que decepa, como diz Prieur, com intenção espirituoasa.

Está, sim, na violencia psychologica que esse acto implica ao profundo e radicado sentimento de respeito, ou de temor aos mortos. Na sua essencia, o problema psychologico é aqui um problema da determinação voluntaria, tomado no momento do conflict o peso das causas e factores da deliberação. E em especial, no modo por que, nas differentes formas de dépeçage, aquelle sentimento, forte e poderoso, é, apezar d’isso, dominado e levado de vencida por sentimentos antagonistas.

O que, na mutilação cadaverica, repugna e torna o acto repellente a nós, homens civilizados, é a profanação do cadaver e o desrespeito ao morto. Este sentimento do homem moderno deve, sem duvida, por isso mesmo ser relativamente recente. Mas elle tem, em compensação, as suas complexas raizes psychologicas em sentimento equivalentes que, em todos os tempos, acompanharam crenças e usos sociais tão variados de forma, como diferentes de caracter e valor.
O nosso problema actual não existiu naturalmente sob esta feição, nem tanto o canibalismo, a anthropophagia se conservou um fenômeno puramente animal. Reduzido o corpo humano ao papel de provisão alimentar, a caça ao homem era um caso da caça às bestas e a amputação do cadáver o esquartejamento do animal morto. Para o problema psicológico actual d'essa época remota só resta talvez, na reestratificação psíquica do homem moderno, a recordação orgânica da impulsividade sanguinaria, toda animalesca, felizmente dominada hoje, mas ainda assim capaz de reviver nos desvios morbidos da mentalidade.

Mudou a situação com o gradual aperfeiçoamento da inteligência. A analogia, esse «despertar do pensamento raciocinante na sua fórma mais frusta», bem como a ação de fenômenos psychicos variados, o sonho, a interpretação da sombra dos corpos iluminados, da imagem reflectida nas superfícies polidas, das respostas do eco, dos rumores das florestas, dos ventos, etc., etc., podê-se admitir, mesmo sem esporar o ephemeroismo systemático de Spencer, criaram com o animismo primitivo a ideia tambem primitiva da alma. A morte, o somno, as perturbações mentaes deviam naturalmente firmar a convicção de que o homem passou além do corpo que fica e se desfaz, um principio de animação que d'elle se desprende e persiste depois da morte.

Não foi de começo uma ideia tranquillisadora esta.

Era sobretudo o temor que ella inspirava. Fugia-se do double, temia-se a sua colera: era uma especie de divindade malfaseja. D'ahi procurar-se aliciar-lhe as boas graças, prestar-lhe homenagem. E foi naturalmente esta a ideia primeira das honras funebres.

E' só muito mais tarde que se chega a amar os mortos, a fazer d'elles protectores, guardas da familia, antepassados, manes, penates, etc. Se, como disse alguem, «a primeira homenagem que recebeu a alma foi o medo», a verdade é que esta persistio sempre, mesmo quando a ella outras homenagens se vieram associar. Disse, com muita razão, de Grasserie:

«Si o direito social começou pelo temor, o mesmo se deo com a religião e nós demonstraremos em pouco que este movel permaneceo como o principal. A mesma cousa succedeu em começo com a religião mortuaria. O antepassado que tinha castigado muito em vida, mesmo morto continuou a ser temido. Poder-se-ia acreditar que o
que dominava a respeito d’elles era a afseição. Isto foi verdade para os povos civilizados; mas não o era dos outros. Muitos selvagens reverenciavam o espírito dos seus parentes mortos e lhe faziam sacrifício, mas no intuito bem averiguado de afastal-os, de aplacar a sua colera e suas disposições malevolas: estão elles longe de evocal-os; e nós, mesmos desejariamos sempre que o espírito dos nossos nos apparecesse? Até aqui a alma.

O corpo participou, porém, dos sentimentos inspirados pela crença na existência da alma ou double.

Era esta uma consequencia fatal da ideia da animação geral da natureza. Antes dos ritos funerarios terem creado as magesegas e monumentaes moradias dos mortos, antigas ou modernas, dos mau-soleos e estatuas, ás pyramides e hypogeos, aos mounds, dolmens, menhirs, etc., a ideia de uma outra vida calcada nas práticas e necessidades da presente, fez dar aos despojos humanos os destinos mais variados. Começou-se talvez abandonando o cadaver e a casa; entregando o corpo aos animaes destruidores. Mais tarde procurou-se garantir ao morto todas as facilidades na grande viagem e na outra vida. A anthropophagia ritual, bem diversa da anthropophagia animal e venatoria primitiva, veio seguramente muito tarde e é contemporanea dos sacrificios funerarios. Já tocamos aqui á phase da estima aos mortos. Finalmente se converte esta no culto dos antepassados, no respeito e veneração aos mortos dos povos civilizados.

Assim se foi creando, depurando, estratificando, no longo descurso dos tempos, este sentimento, que, apezar de tudo, ainda hoje é um mixto de temor, veneração e estima. Mesmo restringindo-a exclusivamente ao lado moral da questão é, pois, sempre muito verdadeira, a affirmação de Lacassagne: «os homens, nos seus usos funerarios obedecem a dois sentimentos poderosos: um sentimento de respeito e de afseição que os liga aos mortos, um sentimento de preservação pessoal que os afasta d’elles».

Em conclusão, existe para com os mortos um profundo sentimento que, embora sob formas diversas, acompanhou a humanidade desde o berço. Sem intenção evidentemente, não só o reconheceu Prieur mas deu mesmo do caracter profundo, radicado, inherente á natureza humana d’este sentimento, bem mais solido do que acquisições de origem social e mais recentes, uma formula decisiva e clara, quando afirmou que o dépeceur vem a «ajuntar ao acto anti-social que é o crime, o ultrage anti-humano que é o dépeçage». 
Pois bem, o dépeçage, qualquer que seja o seu movel imediato, bom ou mau, justificável ou inconfessável, implica sempre, de ponto de vista psicológico, a violação, o sacrifício ou a ausência d’este sentimento, de respeito e de temor aos mortos. É d’esta situação mental que o problema psicológico tira a sua unidade e importância, como é do estudo comparativo da utilidade e moralidade dos moveis capazes de dominar ou anular aquelle sentimento que decorre toda a importância ethica e juridica do conhecimento da mutilação cadaverica.

Em todo o trabalho de Prieur reina, porém, a confusão deplorable da questão puramente psicológica das condições psychicas do dépeçage, com a questão de moral ou de ethica, da justificação e moralidade dos seus moveis ou intuitos.

Ora, não é á psychologia que cabe julgar si é legítimo ou reprovado o sentimento que produz esta ou aquella acção, como não lhe pertence decidir da verdade objectiva das ideias, mas nem por isso o erro como a verdade, o sentimento bom como o mau, deixam de ser estados psychicos e como tais causas determinantes de actos e deliberações. Não é, pois, uma distinção psychologica a que Prieur estabelece n’estes termos:

«Sim, o medo, sobretudo o medo. Esse medo miseravel, oppressor, que transtorna o criminoso após a pratica do acto, ou, o medo frio, tranquillo, raciocinante, que manda aceitar todos os meios de esca-par ao castigo então nitidamente percebido, um ou outro d’estes dois medos, mas não o medo mystico, supersticioso, religioso dos sacrificadores humanos, tremulos perante os deuses e radiantes dos seus massacres: não o medo do juiz mutilador que, temendo o contagio do crime, quer por meio de refinamentos no supplicio e no ultrage do cadaver, chegar a fazer respeitar a ou a sua lei».

Em qualquer dos casos figurados, do ponto de vista psicológico, o medo é sempre a mesma emoção e tem como consequencias os mesmos actos de caracter defensivo e egoistico. Não procede, pois, a accusação que Prieur levanta contra a approximação que, do ponto de vista psychologico, eu havia estabelecido entre as diversas formas de dépeçage, tributarias do medo.

Si levarmos mais longe esta analyse da confusão de Prieur, vamos descobrir a sua origem n’uma confusão anterior, não menos manifesta e notavel. Prieur confunde, de modo lamentavel, a razão de ser, a doutrina ou theoria do dépeçage com a sua causa e os seus fins.
"Nina Rodrigues, escreve elle, não parece compreender, de um modo preciso que, na mutilação religiosa a ideia mater é o valor do sacrifício de um vivo, ao passo que na mutilação judiciaria, esta ideia mater é o refinamento no ultrage ao morto, mas o que é particularmente lamentável é ler a phrase que se segue imediatamente: «A mutilação social tem n’este caso o mesmo caracter defensivo que a mutilação criminosa, por meio da qual o assassino busca fazer desaparecer as provas do seu crime e se inspira rigorosamente no mesmo sentimento: o temor do castigo que o espera».

«Não ha n’esta phrase uma só palavra que não seja um erro; e é isso tanto mais surprehendente quando foi o proprio Nina Rodrigues quem teve a feliz ideia de dividir a mutilação criminosa ordinaria em forma defensiva ou forma offensiva, designando assim no mutilador duas mentalidades diferentes: elle chega a confundil-as em seguida a tal ponto que coloca na forma defensiva o dépeçage judiciario, que é certamente como o dépeçage das turbas criminosas o typo do dépeçage offensivo: o movel, sendo aqui a vingança ou a colera e lá o castigo».

A parte o valor nullo, como demonstração e elemento de convicção, das condemnações ex-auctoritate, o trecho de Prieur exemplifica bem a confusão em que elle se debate.

O valor que tem para os deuses o sacrifício de um vivo não é o movel immediato, a causa ou o fim do sacrifício; é a razão por que elle é feito. Si não houvesse a crença de que os deuses se alimentam de carne humana e a apreciam, ou a crença de que, por outro motivo qualquer, lhes é agradavel a offerta de um vivo, não teria existido siquer a ideia do sacrifício humano. Não se segue, porém, que aquelles que têm esta crença e só pelo facto de tel-a, sejam obrigados a fazer o sacrifício.

Como Ribot já o tinha demonstrado para as crenças religiosas em geral, a psychologia completa do sacrifício humano, de que o dépeçage religioso é um simples caso ou accidente, comprende duas partes ou momentos distinctos: 1.º um elemento intellectual que é aqui a crença de que os deuses apreciam o sacrifício e que a offerta do sacrifício constitue um meio de tornal-os propicios. Este elemento por si só não obrigaría o crente a realizar o sacrifício enquanto nada quisesse ou desejasse dos deuses. 2.º um elemento ou estado affectivo, um sentimento que acompanha aquélla crença e se exprime por actos.
Este elemento na minha opinião é o medo, o qual leva então o crente a realizar o sacrifício para nesse momento tornar os deuses favoráveis a elle.

Assim para as outras formas do dépeçage. O criminoso mutila o cadáver porque sabe ou crê ser este um meio de fazer desaparecer o corpo de delicto e de escapar à punição (elemento intelectual do dépeçage criminoso); mas o faz porque teme o castigo que o espera (seu elemento afectivo).

O juiz ordena o supplicio do dépeçage porque sabe que a profanação do cadáver repugna à natureza humana, ou choca as suas crenças animistas ainda não de todo extintas e que por isso todos procurarão evitar semelhante castigo, (elemento intelectual do dépeçage judiciário); mas o juiz o faz com o receio de que possa ser imitado e repetir-se o crime punido por aquele modo, (seu elemento afectivo).

Por conseguinte, do ponto de vista psicológico da causa afectiva do dépeçage, eu tinha o direito de afirmar que o dépeçage religioso, o judiciario, o guerreiro e uma parte do criminoso têm por movel imediato o medo e adquirem d'esta circunstancia o caracter comum de uma reacção defensiva. Questão a parte e saber si n'estes diversos casos o elemento afectivo de caracter defensivo é realmente, como eu supponho, o medo ou outro sentimento diverso: nós a discutiremos depois.

O que fica, porém, apurado desde já, e com razões não menos valiosas será confirmado mais tarde, e que, contra a opiniao de Prieur, existe, entre os diferentes casos de dépeçage, connexões indiscutíveis e que a Escola de Lyon tinha assim motivos valiosos para approximar e comparar, n'um estudo de conjuncto, essas diversas manifestações da acção mutiladora.

Até aqui, porém, particularmente nos ocupou o elemento afectivo do dépeçage. Voltemos ao intelectivo.

Se o elemento afectivo permite, como vimos, reunir n'um mesmo grupo casos diversos de dépeçage, o elemento intellectual, isto é, as crenças que lhes dão a razão de ser, justifica a sua distribuição em classes distinctas.

A Escola de Lacassagne teve a intuição clara da utilidade e das vantagens de se aproximarem e compararem as diversas formas do dépeçage; mas foi ela ainda quem, procurando pela primeira vez classificar essas formas, reconheceu igualmente a necessidade de
distinguí-las sob este novo aspecto e de aprofundar o conhecimento da razão de ser das suas diferenças. Para essa Escola, porém, tais distinções nunca poderiam importar n’uma separação, um isolamento, uma independência tão absoluta de cada espécie de *dépecage* que se tornasse inútil e nocivo o seu estudo comparativo. E é este o outro ponto da nossa divergência fundamental com Prieur.

Dadas as transformações por que passam, com a evolução dos povos, as ideias moraes e jurídicas; dada a reconhecida utilidade do estudo d’estas transformações como instrumento de análise da razão de ser das fórmas mais elevadas e complexas d’aquellas ideás; deve parecer bem estranho que se pretenda contestar a utilidade do estudo comparativo de um acto que, no decurso dos tempos, ora se nos oferece como preconisado e da mais elevada ordem moral, ora ao contrário como condenado e repulsivo.

É evidente que ainda aqui Prieur passou ao lado da questão sem presentil-a.

Lacassagne já o havia advertido. Ninguem certamente irá supor, como sem razão acreditou Prieur, que as diferentes fórmas do *dépecage* tenham sahido uma das outras por força do lento aperfeiçoamento de um só e mesmo processo, o que estabeleceria entre ellas um laço directo de dependencia genetica.

Cousa bem diversa é o que admitem e procuram os que, como a Escola de Lacassagne, approximam e comparam, nos seus estudos, as diferentes fórmas da mutilação cadaverica. Para estes, nas diversas ordens de ideias, religiosa, judiciaria, guerreira, etc., em que, no correr dos tempos, appareceram as especies correspondentes de *dépecage*, este acto representou sempre a consequencia de um estado mental particular, a mais das vezes transitorio porque o *dépecage* vae desaparecendo com o aperfeiçoamento e a cultura dos povos. Approximando, portanto, essas condições mentaes em que, em cada uma d’aquellas ordens de ideias, apareceu, se desenvolveu, se transformou ou se extinguio o *dépecage*, quer como acto individual, quer como instituição social, evidentemente melhor nos habitamos a conhecer a situação mental exacta dos que, nos tempos modernos e ainda hoje, praticam aquella especie de mutilação cadaverica.

Desconhecer a importância d’este estudo é negar, contra a evidência dos factos, a legitimidade e utilidade de um metodo de investigação, o metodo comparativo, já aplicado com grande sucesso.
aos estudos psicológicos e morais. Importaria tal acto em negar a
evolução mental e fazer-nos voltar à crença na fixidez e imutabi-
liidade das ideias e sentimentos humanos.

Esta apreciação geral melhor se vae confirmar na análise psico-
lógica detalhada e comparativa das diversas espécies de dépeçage.
Adoptando e aplicando ainda uma vez o método da Escola de Lyon
e demonstrando a indisputável e fecunda utilidade d’este método no
estudo particular do dépeçage criminoso, teremos oferecido a maior
e mais cabal contestação pratica à condenação infundada de Prieur.

II

O DÉPAÇAGE NO PONTO DE VISTA DA PSICOLOGIA SOCIAL
OU ETHNOGRAPHICA

No decurso dos tempos, multiplas formas revestiu o dépeçage.
Lacassagne havia admitido tres: o dépeçage criminoso, o religi-
oso ou sacrifício e o judiciário ou supplicio. A estas formas acres-
centei eu em 1898 o dépeçage guerreiro, aceito por quantos depois
de mim se ocuparam da questão. Prieur, além destes, falta no
dépeçage das turbas criminosas e no dépeçage comercial. No pre-
sente trabalho examinaremos os seguintes casos: dépeçage guerreiro,
judiciário, religioso, profissional ou anatomico, vesanico e das turbas
e dépeçage criminoso.

a) Dépeçage guerreiro. — O dépeçage guerreiro, ofensivo por
excellencia, é tributario da colera. E só muito tarde que nas suas
transformações, elle chega a revestir um caráter defensivo e serve
então de transição ao dépeçage judiciário.

Na psicologia d’esta especie de dépeçage, e mister distinguir
duas phases que se succederam no tempo, mas que ainda hoje podem
coexistir. Na primeira predomina a acção destruidora, cega e im-
pulsiva da colera. A exaltação da lucta armada, o odio contra os
inimigos, o espectaculo da carnificina, a excitação collectiva emfit
provocam um exceso colérico tal que o guerreiro já não se limita
a matar, mas no seu furor destroe, repete golpes, mutila o cadaver
do adversario. Prieur salientou, com razão, as relações estreitas,
direi mesmo a identidade, d’este estado de espírito com o dos exces-
sos das turbas criminosas. Mas o dépeçage guerreiro não se conserva
indefinidamente assim, produto de um impulso cego, desordenado
e sem outro fim que a satisfação do furor sanguinário que se apodera do combatente. Na segunda phase, esta impulsividade destruidora se domina e se canaliza no sentido de um aproveitamento utilitário. A satisfação da vingança, do sucesso guerreiro, pelos applausos que provoca, dá um fim pratico e um motivo a esta especie de depeçage. Destina-se elle então a servir de prova, de garantia da realidade das façanhas e victorias e esta documentação sanguinolenta dos feitos praticados torna-os ao mesmo tempo mais grandiosos aos olhos do povo e mais elevada a fama do guerreiro. Com razão, Spencer faz derivar d'este sentimento a idéa e a pratica dos trophées. O rosto, a physionomia e o elemento mais positivo da identidade humana; a cabeça do adversario degollado foi naturalmente o primeiro trophée. Foi o trophée... e ainda. E para não ir pedir exemplos a povos selvagens, basta lembrar que L'Illustration, d'este anno, reproduz retratos de heroes turcos que se fizeram photographar cercados de cabeças de armenios degollados. Depois da cabeça, que era um trophée encombrant, as mãos, as maxillas, os dentes, as orelhas, os narizes, a pelle do tronco, os cabellos, etc., tiveram destino igual.

Chega, todavia, o momento em que o sentimento de que procederam os trophées soffre por seu turno uma modificacao e com ella abrem-se-lhes novos destinos. E aqui deixamos de lado a ornamentacao que é quasi uma continuaçao dos trophées. Estes já não dão apenas satisfação ao amor proprio do guerreiro. São tambem attestados da sua superioridade e se convertem em meio de se fazerem os chefs temidos.

"A mesure que l'autorité politique se développe, escreve Spencer, l'acte de prendre des trophées devient en certains pays un moyen de conserver l'autorité. Outre la crainte respectueuse que le chef inspire quand il peut montrer sa puissance de destruction par de nombreux trophées, il en inspire une plus grande encore lorsque, devenu roi et placé au-dessus des chefs des tribus soumises à son autorité, il ajoute à ses propres trophées ceux que d'autres conquièrent pour lui; et cette crainte se transforme en terreur quand il expose en grand nombre les reliques des chefs qu'il a fait tuer. Quand la coutume revêt cette forme avancée, la reception de ces trophées conquis par procuration devient une ceremonie politique. Le monceau de mains déposé aux pieds du roi egyptien était un moyen de gagner sa faveur, de même que de nos jours les charges de machoires envoyées par le general achanti à son roi."
Sente-se que a intenção ofensiva primitiva, do dépeçage guerreiro transforma-se, cede lugar a uma intenção defensiva e duplamente defensiva.

Primeiro, para os chefes, defensiva do prestígio e da autoridade adquiridos. A chefia com a reputação de valor, ou é um legado, que se transmite, ou uma aquisição, que importa em todo caso garantir e conservar.

«Il est évident aussi que l'idée que le roi du Dahomey habite une demeure pavée de crânes est de nature à inspirer la crainte à ses ennemis et l'obeissance à ses sujets. Dans le nord des îles Celebes, où avant 1822 le principal ornement des maisons des chefs était composé de crânes hamains, ces témoignages des victoires qu'ils avaient remportées dans la guerre, servant de symbole à leur autorité, ne pouvaient manquer d'exercer une influence au point de vue du gouvernement».

Segundo, defensiva para os subordinados que fazem do dépeçage guerreiro um meio de fugir da colera e dos desagrados dos chefes e de obter as suas bôas graças.

A psychologia do dépeceur revela-se então bem complexa: colaboram no acto o desejo de adquirir o prestígio, o temor do insucesso ou de perder-o que são de carácter defensivo, com o intento de violentar o ânimo das turbas pelo terror, que é uma pratica offensiva.

Estas considerações abrem caminho à comprehensão do dépeçage judiciario.

b) Dépeçage judiciario.—Parois não se ocupou, na sua these, d'esta especie de dépeçage. Limita-se a fazer notar que d'entre os povos civilisados só na Inglaterra existe ainda o dépeçage judiciario para punir o regicidio. Não é uma razão para que não exista em povos barbaros ou selvagens e muito menos para que o conhecimento da sua psychologia não tenha, na bôa comprehensão do dépeçage criminoso, o papel que lhe atribuiu Lacassagne. Não será esta, porém, a unica prova de que de Parois não tinha uma idéa exacta da questão psychologica do dépeçage.

Prieur contesta vivamente o carácter defensivo que eu atribuí ao dépeçage judiciario e faz d'elle com os das turbas criminosas o typo do dépeçage offensivo.

«S'il fallait, dans la classification du dépeçage moderne, attribuer une place au dépeçage judiciaire, c'est certainement dans cette der-
nière catégorie (des criminels violents qui, non contents d’avoir ôté la vie à leur victime, éprouvent encore de la jouissance à en mutiler le cadavre), qu’il faudrait les ranger. Il appartient à la phase violente de l’évolution de la justice qui ne frappait que pour punir, et qui voulait rendre le châtiment non seulement adéquat, mais supérieur à la faute. La cruelité de la peine était une doctrine qui trouvait d’ailleurs souvent, dans la cruauté naturelle des juges, un appoint particu-
lier ».

Esta opinião não se coaduna com o que o próprio Prieur havia escrito páginas antes: «non la peur de juge dépêceur qui, redou-
tant la contagion du crime, veut par des soffrments dans le supplice et des outrages au cadavre, arriver à faire respecter la ou sa loi».

No primeiro caso, o dépeçage judiciario é representado como uma pura satisfação subjectiva a instantes violentes e crueis da lei e do juiz, isto é, de uma época; no segundo, ao contrário elle figura como dependente da intenção objectiva de evitar a propagação do crime, fundado no temor de não ser respeitada a lei.

Naturalmente todos estes estados psíquicos existiram e exerceram um papel na evolução jurídica; simplesmente Prieur não soube mar-
car a cada qual a sua esfera de acção, nem descobrir a connexão em que com elle se achou a ideia do dépeçage judiciario.

Sem dúvida, a ideia da justiça e do direito nasceo de tendencias a actos violentos, da defesa reflexa e instinctiva e sobretudo da vin-
gança. E a regulamentação do talião, é a composição pecuniaria,
e o deferimento da vingança e a participação n’ella de toda a tribu, o que gradualmente foi moderando e polindo essas tendencias violentas e coléricas e as transformando no sentimento e na ideia de justiça. No entanto, seria condemnar-se a não fazer nunca uma ideia exacta e completa da evolução da justiça e da penalidade pretendendo não fazer n’ella uma larga parte a influencia extraordinaria que ahi exerceo a intervenção dos capitaes, dos reis e chefees de tribus.

«Si les intéressés étaient seuls en cause, ce mélange de vengeance et de composition constituerait toute la justice; mais ils sont sous le joug d’un maitre, qui, par orgueil et par avidité, s’est constitué le grand juge de son peuple. Dans cette fonction, le souverain trouve à la fois du prestige et du profit; car il convertit en amendes versées dans son tresor une partie des compositions pecuniaires. Toujours il chatie avec fureur tout ce qui lui semble attentatoire à son omnipo-
sence; mais, pour le reste, il observe en gros les coutumes traditionnelles, se reservont d'aillleurs de les enseindre, quand il y est poussé par ses caprices, ses passions ou ses interes».

Dentre os interesses privados dos reis ou chefes de tribus, sobrevenda naturalmente a manutenção do seu prestígio e do seu poderio. Para mantel-os confluem aqui as práticas guerreiras com os rigores da penalidade, pois já vimos que os troféus sanguinolentos das guerras acabaram se convertendo em instrumentos de garantia e firmeza d'aquelas predicas dos chefes. Sãe Paroís tivesse sabido procurar, teria encontrado aqui a chave da explicação etnográfica do privilegio e singularidade barbara que ainda conserva a punição do regicidio na Inglaterra. N'esta phase da influência que a acção dos chefes de tribus exerce na evolução da justiça real, de começos tão humildes, fundiam-se de facto nos chefes as qualidades de guerreiros e juizes, e se comprehende muito bem como se tivessem confundido os processos de punição dos adversários internos ou crimininos, com os dos adversários externos ou inimigos, quando esses processos n'este caso particular se destinavam ao mesmo fim. Semelhante distincção foi realmente muito precaria em começo. Mas a demonstração de'asta origem do dépeçage judiciario não carece ser feita de novo, ella já o foi tão magistralmente por Spencer que não resiste aos desejos de transcrever por extenso todo o seu longo parágrafo a ella consagrado:

«Il ne faut pas oublier une transformation collaterale de l'acte de prendre un trophée, transformation qui joue un rôle dans la réglementation gouvernementale. Je veux parler de l'exposition des parties du corps des criminelles. Notre esprit plus avancée distingue parfaitement entre l'ennemi, le criminel et l'esclave: mais l'homme primitif les distinguaient à peine. Presque totalement, sinon absolument depourvu des sentiments et des idées auxquels nous donnons le nom de moraux, retenant par la force tout ce qui lui appartient, arrachant à un plus faible que lui la femme ou les objects qu'il possède, tuant son propre fils, s'il en est embasssé, ou sa femme si elle l'offense, et quelquefois très fier de sentir qu'on le reconnaît par le meurtrier de certains membres de sa tribu, le sauvage n'a aucune idée distincte du bien et du mal abstraits. Les plaisirs et les peines que le bien ou le mal procurent immédiatement sont les seules raisons qu'il ait d'appeler les choses bonnes ou mauvaises. C'est pour cela que l'hostilité et les souffrances qu'elles lui infligent excitent en lui le
même sentiment, que l’agresseur vienne du dehors de la tribu ou du dedans : l’ennemi et le criminel se confondent.

Cette confusion, qui nous paraît étrange de nos jours, se fera mieux comprendre si nous nous rappelons que, même aux premiers temps de l’histoire des nations civilisées, les groupes de famille qui formaient les unités du groupe national étaient en grande partie des sociétés indépendantes, placées les une en regard des autres, en des situations assez semblables à celle d’une nation en face d’une autre nation. Elles avaient leurs petites guerres de ravinche, comme la nation a ses grandes guerres de ravinche. Chaque groupe familiale était responsable à l’égard des autres groupes familiaux des actes de ses membres, comme chaque nation l’est à l’égard des autres pour les actes de ses citoyens. On tirait vengeance en frappant des membres innocents d’une famille coupable comme on tirait vengeance en frappant des citoyens innocents d’une nation coupable. Enfin l’auteur de l’agression interfamiliale correspondant au criminel des temps modernes se trouvant dans une situation analogue à celle de l’auteur d’une agression internationale.

Il était donc naturel qu’il fut traité de même.

Nous avons déjà vu comment, au moyen âge, les têtes des ennemis de la famille, (assassins des membres de cette famille, ou voleurs de sa propriété) étaient exposées comme trophée... On peu donc conclure avec raison que l’usage d’exposer sur des gobets les criminels executés, ou leur tête sur des piques, a pour origine l’usage de prendre des trophées sur les ennemis tués.

Mostrando a filiação sociológica e histórica d’estes phenomenos, Spencer não se propôz a pesquisar os moveis psychologicos sob cuja pressão se operaram as transformações por elle descriptas. Mas esses moveis não podem ser outros senão os que já vimos transformar, em beneficio dos chefes, os troféus guerreiros n’un instrumento de garantia e estabilidade do governo. Certamente, associado a esse intento defensivo se pode sentir a influencia da crudidade sanguinaria do juiz na invenção e execução da pena. Não é possível esquecer que dépeçage judiciario representava apenas um caso muito particular da punição e não lhe são applicaveis todas as condições da punição em geral. Que a crudidade e a vingança pessoas de juizes arbitários requintassem frequentemente os sofrimentos e os supplicios do vivo, se comprehende facilmente ; que muitas vezes chegasse a mutilar
e profanar o cadáver da sua vítima é cousa certa. Mas, o mais das vezes, como havemos de mostrar, tratava-se então de acessos de colera consecutivos e provocados, quasi sempre por um estado de exaltação colectiva ou de turba. Os soffrimentos do vivo não tinham para conter o carrasco, como no dépeçage, o temor supersticioso que em todos os tempos inspirou o cadáver. Ora, só do facto de se converter o dépeçage n’uma forma de punição recebeu elle ipso facto o carácter defensivo da penalidade. Com efeito, as violências exercidas sobre o transgressor do costume ou da lei, inspira-se, na sua parte essencial, na intenção de restabelecer o regímen de um ou da outra e de obstar a repetição do atentado. E’ esta por excelencia uma acção protectora e defensiva. Nas sentenças judiciarias de dépeçage dos tempos modernos vem explicitamente mencionada esta intenção preventiva, como se pode verificar dos termos da sentença no caso do revoltoso brasileiro Tira-dentes que dei na minha memória: *Des conditions psychologiques du dépeçage criminel*.

Assim, pois, é só em phase adeantada da evolução jurídição que o dépeçage judiciário se constitue em uma verdadeira pena, e então o seu carácter defensivo é manifesto. O cunho egoístico, de interesse pessoal que o temor da repetição do crime associado ao desejo de impedir-o a todo transe confere ao dépeçage judiciário, se revela bem na categoria especial de crimes por que elle foi creado: crime de lesa-magestade, ou de sacrilegio, isto é, attentados contra a autoridade dos chefes ou dos feiticeiros, dos reis ou dos sacerdotes, dos senhores do corpo ou da alma.

E’ só por extensão que a pena do dépeçage é aplicada mais tarde à punição de crimes communs que se revestem de circunstancias revoltantes. N’um estado de Penta sobre as execuções capitaes que tiveram logar em Florença, de 1328 a 1759, e que atingiram ao numero de 440, esta circunstancia se salienta bem.

A crueldade, os instinctos sanguinarios da época, de que estavam impregnados individuos como instituições, não podem ser invocados aqui como factores especiaes do acto; elles representam a atmosphera, as condições de meio social em que são possiveis taes actos, e com a desapparição dos quaes torna-se fatal a desapparição d’elles.

Antes d’esse periodo da evolução jurídição, certamente o sentimento de justiça andou confundido com os dictames violentos da colera ou com desejos immoderados de vingança, como affirma
Prieur. Mas estão o dépeçage judiciario não existia como forma distinguida, era um simples caso de dépeçage guerreiro de que sóra impossível distinguí-lo.

c) Dépeçage religioso.—A análise psicológica d’esta especie de dépeçage, nos lança fatalmente nas questões tão debatidas das origens da religião e da razão de ser dos sacrifícios humanos. Para evitar digressão descabida, importa empenhar os maiores esforços para não ir além do strictamente indispensável à boa interpretação do assum-pto que particularmente nos occupa.

Prieur admite um medo mystico, supérfluo, religioso dos sacrifícadores humanos, «tremulos perante os deuses e radiantes dos seus massacres» mas não consente que se confunda este medo com o dos criminosos dépeceurs.

Para elle a ideia-mater do sacrifício religioso é o valor do sacrifício de um vivo.

Bastava ter visto Prieur admitir, para os sacrifícios humanos, a possibilidade de atribuir-se a sua ideia a um individuo conhecido, o fenicio Hillu, e marcar ao início da pratica a data exacta de 2.000 annos antes de Christo, para se compreender imediatamente que, na sua conceção d’esta fórma de dépeçage, Prieur não leva na menor conta toda a evolução ethnographica do sentimento e das fórmas religiosas, limitando-se a considerar o fenomeno religioso nas manifestações complexas de religiões já muito adeantadas. O caso do fenicio Hillu, de Prieur, deve ser seguramente o do mytho fenicio de El, Elus ou Ilos, o Cronos dos Gregos, filho do Céo e da Terra, o qual, tendo se revoltado contra seu pae, o Céo, e o vencido, fez-lhe mais tarde o sacrifício de seu filho unico. A phase adeantada da evolução religiosa que apresenta este mytho é suficiente para confirmar o acerto da nossa afirmação.

Ora, Andrew Lang mostrou que os sacrifícios humanos têm duas origens distinctas: 1.º são sacrifícios honoríficos em que se oferece aos deuses o alimento de que se acredita elles careçam; 2.º os sacrifícios são expiatorios; o adorador se impõe o castigo de oferecer ao deus um filho, um ente caro, etc. Esta última especie de sacrifício é relativamente recente e, segundo Lang, só pela crueldade que ella implica, pertence a um periodo de barbaria.

«L’institution du sacrifices humain dans ce cas, soit que l’offrende doive être regardée comme le don fait au dieu de tout ce qu’un homme
a de plus cher (le sacrifice par exemple de la fille de Jéphthé), soit que la victime soit chargée des pechés de tout le peuple, ne porte pas nécessairement la marque d'une période de sauvagerie; ce sont même là des conceptions, qui semblent dépasser les limites de l'entendement des races inférieures et il serait probablement difficile de trouver de nombreux exemples des sacrifices humains expiatoires ou propitiatoires chez les Australiens, les Boschimaus et les Fuegiens. D'un autre côté, l'idée d'offrir de la nourriture aux puissances surnaturelles, aux esprits ou aux dieux, est presque universelle chez les sauvages et là où les sauvages sont cannibales, cette nourriture consiste naturellement en chair humaine ».

Vê, portanto, Prieur que a sua idéia-mater do valor do sacrifício de um vivo só pode referir-se à concepção mais elevada e mais recente do sacrifício expiatório e não portanto ao sacrifício humano em geral e muito menos ao dépeçage religioso que pertence evidentemente ao primitivo sacrifício anthropophago, pela natural necessidade da preparação dos alimentos. Convém, de facto, não confundir de modo absoluto o dépeçage religioso com o sacrifício humano, pois se compreende que, quando o sacrifício expiatorio é só da vida e dos soffrimentos das vítimas, não há necessidade de cortar o cadaver em pedaços. Apenas pode succeder que o ritual do sacrifício humano, tendo se inspirado na primitiva idéa anthropophaga, possa ter persistido como sobrevivência de pratica extinta e ter sido aplicado ao sacrifício expiatorio.

A concepção que tem Prieur do dépeçage religioso é portanto de todo o ponto incompleta e insuficiente.

De Parois não se mostrou melhor instruído dos ensinamentos da evolução religiosa e dos sacrifícios humanos.

«Nina Rodrigues, escreve elle, entend sans doute par le mot peur la crainte de la colere celeste, mais avec ce sens particulier meme, son opinion est egalemant souvent inexacte, car les sacrifices humains ont eu pour but de remercier les dieux et de meriter leur faveur, aussi bien que de calmer leur courroux... En resumé, le sacrifice humain ou dépeçage religieux ne devient l'ouvre de la peur que dans certains cas exceptionnels, tels que la messe noire ou le meurtre rituel. Dans les autre cas, comme dans les pratiques des peuples sauvages ou anthropophages la victime humaine est tantôt choisie pour honorer plus dignement la divinite, tantôt pour alimenter un festin dont le rite religieux n'est que le preambule et le pretexte.»
Tudo isto está em completo desaccordo, mesmo em directa opposição e antagonismo com os ensinamentos históricos e etnográficos dos sacrifícios humanos.

Certamente, o sentimento religioso não se reduz apenas ao medo. Na análise tão bem cuidada de Ribot, o notável psicólogo descobre n’este sentimento quatro elementos: 1.o, antes de tudo, a evolução do medo em seus diversos graus; 2.o o carácter, muito menos pronunciado, de uma certa atracção ou sympathia, bem franca, do crente pelo seu deus. Mais tarde esta atracção embryonaria torna-se o essencial no sentimento religioso; 3.o um carácter prático e utilitário, de egoísmo estreito, traduzido bem no culto, o qual repousa na regra: do ut des. E’ a consequência fatal dos dous elementos anteriores; 4.o, finalmente, o carácter social do sentimento religioso.

No entanto, estes diversos elementos não coexistiram todos nas mesmas proporções em todas as phases da evolução religiosa. Cada qual d’elles pôde predominar n’uma phase dada e caracterisal-a mesmo, constituindo-se o factor principal de certas e determinadas praticas religiosas. Precisamente eu sustento, contra Prieur e de Paroys, que o dépeçage religioso dos sacrifícios humanos pertence á primeira phase da evolução religiosa e é tributario do medo que caracterisou essa phase e n’ella predominou. E’ o que mostram os factos qualquer faço por que sejam estudados.

Analysando a evolução efectiva do sentimento religioso, ensina Ribot: «On a dit justement que le sentiment religieux se compose de deux gammes. L’une dans le ton de la peur, se compose d’états penibles, depressifs; la terreur, l’effroi, la crainte, la vénération, le respect, telles en sont les principales notes.

L’autre, dans le ton de l’émotion tendre, se compose d’états agréables et expansifs: admiration, confiance, amour, extase.

L’une exprime un sentiment de dépendance; l’autre un sentiment d’attraction jusqu’à l’union reciproque. Un premier changement qui se produit, pendant cette période de l’évolution, c’est la predominance de la second gamme: dans la combinaison des deux émotions elementaires, le rapport proportionnel a changé, d’où un changement de nature dans l’émotion resultant. Nous l’avons vu dans l’effacement progressif du culte des dieux méchants; dans la suppression des sacrifices sanglants d’abord pour les hommes, ensuite pour les bêtes: dans la tendance à leur substituer le simple hommage». 
Portanto, si é exacto como allega de Parois, que, no sentimento religioso, existe além do medo a afecção ou a atração para a divindade, isso absolutamente não impede, como elle suppõe, que o sacrifício humano, e com elle o dépeçage religioso, dependa essencialmente do medo, pois que sacrifício e dépeçage pertencem ambos a uma phase da evolução do sentimento religioso em que predominava o medo e era fraca ou nulla a afecção.

De facto, da composição do sentimento religioso, já havia escripto Ribot que elle consta, «avant tout, de l'emotion de la peur à ses divers degrés, depuis la terreur profonde jusqu'à l'inquietude vague, à la fois en une puissance inconnue, mysterieux, insaisissable, pouvant beaucoup nuire; car c'est une remarque des historiens que, à l'origine, on adore surtout les genies méchants ou terribles; les genies bons et cléments sont de laissés: dans les periodes suivantes sera l'inverse».

Considerando, pois, o temor da colera celeste uma manifestação da emoção medo, eu acompanho apenas os psychologos competentes e não emprego o termo n'um sentido particular como suppôe de Parois.

Esta influencia do medo na pratica dos sacrificios humanos é geralmente reconhceida. A opinião que se segue de Grasserie tem o valor de uma verdadeira summula do modo de pensar da grande maioria dos autorees e como tal a transcrevemos.

«L'homme se trouve à l'origine en presence des forces et des êtres de la nature hostile et d'autres hommes cruels et lorsqu'il ne peut les combattre, il les implore; en effet, par là même qu'ils sont méchants, ils lui semblent vivants et intelligents. Le serpent lui paraît mâ par un esprit; la mer en furie lui paraît animée et il respect le tonnerre, comme si c'était un être susnaturel. Voilà des objects qu'il adorera, sans se poser la question de savoir s'ils sont des dieux, il cherchera à les apaiser par des offrandes, par des sacrifices. Il ne verra partout que des êtes malfaissants et superieurs qui veulent sa souffrance et sa mort. Aussi pour les calmer, fera-t-il la part du feu: il cherchera à les apaiser, en les contentant à demi, par des sacrifices et surtout par des sacrifices humains qui auront le double mérite du cadeau et de la cruauté divine satisfaite. C'est ce qui explique pourquoi les religions primitives sont presque entiérement demoniaques. Il n'existe que des dieux du mal, et ce caractere dominant persiste longtemps.
após que a religião de demoniaca é devenue dualistique, c'est-à-dire, a introduit les dieux bons à côté les dieux mauvais.

Les dieux bons ont encore une caractere de severité redoutable, ils prennent de temps à autre une attitude demoniaca avant d'être décidément bienfaisants.

Temos assim demonstrado que o movel inicial dos sacrificios humanos e com estes, do dépeçage religioso foi o medo e que contra a opinião de Parois, só por isso o medo da colera celeste é a causa psychica principal do sacrificio, mesmo quando a ella se associam o interesse e a attracção para os deuzes.

Resta examinar agora si, como pensa Prieur, quando o sacrificio humano perde o seu cunho anthropophagico e adquire o caracter de uma expiação, desapparece por isso a influencia do temor divino na idea do sacrificio.

Já vimos que no ponto de vista estrictamente psicologicou uma causa não exclua necessariamente a outra.

Que a theoria ou elemento intelectivo do sacrificio humano seja a crenca de que os deuzes se alimentam de carne e preferem a carne humana, ou seja agora a crenca de que é agradavel aos deuzes e purifica os creentes a tortura e os soffrimentos do sacrificio de um ente amado, isto não impede que seja o medo que represente no segundo caso, como foi no primeiro o elemento afectivo, o movel immediato da pratica do sacrificio. Aqui, de facto, o deseo de tornar os deuzes propicios longe de excluir, presupõe o temor de que elles não os sejam, os dous elementos intimamente se fundem na regra pratica da conducta do crente.

«Les mobiles égoistes comprennent, outre l'instinct de la conservation produisant la survivance et la peur du malheur et des souffrances, l'espoir du bonheur qui en forme la contre-partie : ce désir d'être heureux est un des instincts psychologiques les plus visibles, cependant la crainte de souffrir lui est superieure ; d'ailleurs l'absence de la souffrance est de ja un bonheur, en vertu de la relativité des sensations.». E mais adiante: «La peur du malheur persiste, comme puissant mobile, através do desir du bonheur.»

Retomemos o exemplo particular de Hillu, invocado por Prieur. Quando não se lhe queira contestar, causa perfeitamente possivel, o caracter expiatorio que lhe tornaria applicavel a formula do valor do sacrificio de um vivo, será sempre facil descobrir n'elle a influencia preponderante do medo. Refere o mytho fenicio que esse sacrificio
foi motivado pela superveniência de uma grande fome. «On est accessible à la crainte dans la mesure où la représentation du mal futur est intense... C'est ce qui explique comment toute dépression vitale, permanent ou temporaire, predispose à cette émotion : les conditions psychologiques qui l'engendrent (ou l'accompagnent) sont toutes puissantes dans un organisme affaibli, la peur est toujours à l'état naissant » (Ribot).

É fácil deduzir, pois, qual o sentimento que, sob a pressão de um flagello como a fome, havia de ter inspirado a ideia do sacrifício a um filho, El, que até então tinha vivido em lucta com seu pae, — o Céo.

O desejo de se evitar males que se temem, intimamente associado ao desejo de adquirir bens que se ambicionam, explica ainda certos casos de dépeçage, que ocupam um lugar indiscutível entre a antropopagia primitiva, não religiosa, e o dépeçage religioso propriamente dito. Alludo aos casos em que a mutilação do cadáver e a ingestão de certas partes do corpo humano, ou o seu emprego em certas aplicações utilitárias, repousam em crenças de caráter animistas das mais primitivas. Aqui é o coração que é ingerido para dar a coragem do morto, a quem o come; ali é a mão que tem determinadas virtudes magicas e assim por diante. Estamos aqui em pleno domínio fetichista. Assim como o selvagem crê que um objecto inanimado ou animado pode possuir virtudes e qualidades sobrenaturaes, assim pode atribuir ao coração ou a outros órgãos qualidades e virtudes especiaes, e como mais tarde o íntimo consorcio, a posse do espírito ou divindade deve ser o supremo bem para o crente, assim se acredita, na phase fetichista, que a mais íntima relação do crente com o fetiche é o que resulta da sua ingestão ou a sua penetração no corpo. A piedosa anthropopagia funerária que leva os filhos a comer os pais antes da invalidez da velhice, conta entre os seus complexos intuitos: o temor dos soffrimentos que aguardam o velho na grande jornada da morte e nos trabalhos da outra vida, o desejo de evitar-lhe esses trabalhos, d’onde vêm mais tarde os sacrifícios humanos funerarios, destinados a dar servos ao morto no outro mundo; a intenção de appropriar-se das suas virtudes.

d) Dépeçage profissional ou anatomico.—Si não fosse uma regra que o que menos nos impressiona é aquillo que mais de perto nos cerca, com o que mais estamos habituados, deveria parecer bem estranho ter-se descurado inteiramente até aqui o estudo do dépeçage anatomico, quando se anda tão preoccupado em estudar a psycholo-
gia das diferentes fórmas de dépêçage e em procurar as relações que
elas possam ter com o dépêçage criminoso. E sem dar-se por isso
tem se chegado mesmo a tocar a questão, toda vez que se tem feito
notar a influência da profissão medica sobre o modo de praticar o
dépêçage criminoso.

Ora, não ha duvida que deve parecer chocante o contraste entre a
tendencia dos medico-legistas e criminalistas modernos, a ver no dépê-
çage do cadaver do assassinado uma aggravação dos instinctos per-
versos e temíveis do criminoso, de um lado, e a sua tolerancia em
considerar, por outro lado, acto de benemerencia ou pelo menos per-
feitamente normal e licto a mutilação dos cadaveres nos estudos anat-
omicos. Esta, porém, não é mais do que a contradição apparente
das legislações modernas, punindo como um crime a profanação dos
cadaveres em geral e autorisando ao mesmo tempo a mutilação das
dissecações.

De facto, a primeira impressão que se tem é que as especulações
sobre o valor psychologico do dépêçage criminoso são meras phan-
tasias destituídas de toda signification real.

Ao contrario mostra, porém, a reflexão que é repleto de ensina-
mentos e de interesse o estudio d’esta especie de dépêçage e de todo
o ponto confirmativo das inducções psychologicas sobre o valor do dépê-
çage criminoso.

Aquelle contrastes nasce de um erro de apreciação psychologica.

Julgadas indevidamente as fôrmas antigas do dépêçage social,
dépêçage religioso, dépêçage guerreiro e dépêçage judiciario, do
ponto de vista da nossa moral actual e dos sentimentos sociaes da
nossa epocha, naturalmente teremos de condemnal-as como actos cri-
minosos e immoraes. No entanto, julgados, como é justo e logico,
de acordo com a moral e o estado social dos tempos e dos povos em
que existiram ou ainda existem, elles são, de facto, praticas cruelis,
barbaras, mas tão pouco anti-sociaes e mesmo tão lictos e moraes
como o nosso dépêçage anatomico actual.

O dépêçage anatomico, do ponto de vista psychologico, é pois ri-
gorosamente um caso, uma fôrma de dépêçage; implica como as
outras fôrmas a violação do sentimento de respeito aos mortos e se
origina de um elemento affectivo que ainda aqui é uma manifestação
do medo.

Si só no seculo XIII se pude fazer dissecações publicas de cada-
veres humanos, iniciadas em 1305 no amphitheatro de Bologna, se a proibição das disseções dos mortos era um facto geral, ainda confirmada em 1360 pelo edilo de Bonifacio VII, não se pode legítima mente afirmar que esta proibição representasse um simples arbitrio dos governantes, o capricho ou conveniencia sectaria do clero. Ao contrario, ella descancava nos solidos aliceres de uma repugnancia instinctiva geral, do povo como do governo, dictada pelo sentimento de respeito aos mortos. Cinco seculos são decorridos desde então; a extraordinaria multiplicação dos medicos e das escolas medicas, a diaria dissecação de innumerous cadaveres, a autorisação legal concedida á dissecação anatomica, o conhecimento e a certeza de que a dissecação se pratica por toda a parte, a diminuição do ardor religioso não conseguiram até aqui vencer ou dominar de todo essa repugnancia. Ella é ainda hoje geral no publico e nós, medicos e anatomicos, só com a segunda natureza que nos dá o habito, a conseguimos vencer.

Todos nós, medicos, passamos por esta lucta descripta por de Paroís:
«Recordamos-nos ainda das emoções que tivemos pela primeira vez ao penetrar n'uma sala de autopsia. Não foi sem uma certa apprehensão que pegamos do escâlpeulo para começar a nossa primeira dissecação. E, agora experimentamos acaso a menor emoção à vista de uma autopsia, de um cadaver despedaçado ou mesmo putrefeito como se vê algumas vezes em medicina legal?»

Naturalmente esta repulsa será mais ou menos forte, conforme os temperamentos. Si a grande maioria dos alumnos de anatomia a vencem facilmente, naturezas ha que jamais o conseguem fazer. Tudo aqui é questão de habito. Basta ás vezes uma ausencia prolongada dos exercícios de anatomia para que essa repugnancia de novo empolgue o medico.

Não se podia dar melhor prova de que este sentimento é hoje profundamente humano e de que a sua ausencia congenita revele um desvio da organização psychica do homem moderno.

Quaes, pois, as idéas e sentimentos antagonistas que o conseguem dominar e inhibir no dépeceur anatomista? No dépeçage anatomico tanto da parte do medico que mutila, como do publico que acabou consentindo no dépeçage, vamos encontrar inicialmente, no fundo d'esta acquiescencia, um sentimento defensivo egoístico de caráter medroso. O dépeçage pelo medico torna-se, no espírito do publico, um caso da intervenção cirurgica ou operatoria na qual, pelo temor da morte eminente e para salvar a vida em perigo, o doente se sub-
mete a graves lesões ou mutilações. Da parte do público, pouca modi-
ciação sofre o sentimento instintivo de conservação própria que,
pelo temor da morte, o leva a considerar o dépeçage anatomico, como
um meio de se aperfeiçoarem os métodos curativos e que revive no
espírito de cada um de nós a lembrança do medo da morte por que
temos passado nas molestias.

Não assim da parte do médico ou do dépeçeur anatomista. N’elle
dous outros sentimentos se associam a este de que elle participa como
homem capaz de temer a morte. Primeiro, o interesse profissional
de adquirir um meio de carreira profissional, de ser bom médico, o
que elle sabe não poder conseguir si não praticar a dissecção. Segun-
do, a pura satisfaction do sentimento intelectual do scientista.
Aqui como nos outros casos, este sentimento é mais raro e de forma-
cia mais recente.

Esta situação psicologica é rigorosamente a mesma para todos
aquelles que, como os medicos e anatomistas, se habituaram aos
trabalhos de dissecção, assim os embalsamadores, serventes de labo-
ratorios auxiliares de amphitheatro de anatomia, etc.

A ella, porém, não se pode equiparar a situação mental dos ma-
garetes, cosinheiros, etc., professoes que, do ponto de vista da execu-
ção do dépeçage criminoso têm sido comparadas a dos medicos. Aqui
não se entibia ou apaga o respeito aos mortos, mas embota-se a re-
pugnância ao trato com carnes mortas, exalta-se a crueldade pela in-
sensibilidade aos soffrimentos dos animaes e reviva-se, pela pratica
d’essas professoes, instintos sanguinarios atavicos, nem sempre de
todo sopitados.

Assim, ao passo que o dépeçage anatomico mais facilmente pre-
parará o dépeçeur criminoso defensivo, o dépeçage dos magaretes e
cosinheiros, mais inclinará o criminoso ao dépeçage ofensivo. Apenas
nada há aqui de absoluto, pois o exercicio das praticas anatomicas
pode, em dadas circunstancias de temperamento, exaltar tambem as
tendencias violentas.

e) Dépeçage vesanico e das turbas.—A influencia da alienação
mental na producção do dépeçage tem sido notada em todos os tra-
balhos consagrados a este assunto. No entanto, não se concede a
ainda ao estudo do dépeçage vesanico todo o desenvolvimento que
elle comporta. Sobretudo não se poz ainda em sufficiente evidencia
como o dépeçage vesanico não faz mais do que revelar o aspecto mor-
bido das condições psychicas do dépeçage normal.
Como no dépeçage normal, podem-se dividir as manifestações do dépeçage vesanico em variedades ofensivas e variedades defensivas. Parece, todavia, que, do ponto de vista clinic ou psiquiatrico, seria preferível dividil-os em fórmas conscientes e premeditadas e fórmas impulsionais, mais ou menos inconscientes.

As variedades impulsionais correspondem às ofensivas e procedem imediata ou mediadamente da colera.

A colera pathologica, e a mais das vezes de todo inconsciente, dos epilepticos e dos impulsivos em geral representam uma volta a impulsos ofensivos reflexos. Ribot mostra que a regressao degenerativa se faz sistematicamente no sentido da dissolução da desorganização psychica. "Cette desagrégation n'est pas quelconque: elle a un caractere regressif, elle est un retour aux reflexes. Elle rapproche des animaux, des enfants, des imbeciles: elle fait redescendre jusqu'au moment de la vie psychique ou la volonté, sous sa forme superieure—le pouvoir d'arrêt—n'est pas encore constitué." Esta approximação dos animaes de presa ou ferozes da explicação da tendência dos alienados, nos casos do dépeçage, a morder, a despedaçar com os dentes, a comer fragmento de carnes, como fazem os animaes enraivecidos.

E' ao lado d'estes casos expontaneos e originalmente pathologicos que devemos collocar o dépeçage das turbas, como uma forma vesanica, adquirida e ephemera. Foi Prieur quem marcou ao dépeçage das turbas um 'logar' ao lado das outras especies de dépeçage; mas Prieur e de Parois a exemplo d'elle, fixaram erradamente d'esta especie de dépeçage um caso de dépeçage guerreiro.

Como demonstrai em outro trabalho, (1) o estado mental destruidor das turbas é um estado de exaltacao vesanico em que predomina a colera. A esse estado se aplica a excelente e feliz formula psychica que Prieur pretendeo estender a todos os casos de dépeçage vesanico, "C'est bien là, escrevo elle, le même mouvement,—la haine ou la colère—, qui se prolonge dans une exaspération suprême pour aboutir à une sorte de vertige dans le quel tous les elements frenar- teurs tourbillonnent et s'annihilent: si le dernier geste est fort, le premier est très humain."

Nada é menos justificado do que fazer do estado de exaltação

---

collectiva das turbas uma especie particular d’estas, marcando-lhe um logar ao lado das diversas especies de agregmioes humanas, quando aquella exaltação não é senão um modo de ser, um estado mental particular que em circumstancias dadas se pode manifestar em qualquer d’essas agregmioes.

Ainda agora a proposito do dépêçage, é facil mostrar que não ha uma especie particular de dépêçage das turbas comparavel ao dépêçage guerreiro, ao judiciario ou ao religioso, etc.: mas, sim, que o estado mental destruidor das turbas pode se revelar nos sacrificadores, nos guerreiros, nos executores da justiça, sobrepondo-se assim o dépêçage colerico e violento das turbas ao dépêçage calmo e regulado dos sacrificios, das execuções judiciarias, etc.

Do dépêçage guerreiro já dissemos o bastante. Prieur mostrou muito bem com o exemplo dos Boxeurs chinezes que pode haver condicioes especiais de guerra, mais favoraveis á constituição de verdadeiras turbas exaltadas ou vesanicas. No dépêçage judiciario, quasi não precisamos sahir do exemplo lembrado ainda por Prieur, da execução de Ravaillac, em que a turba completou o esqueuejamento, reduzindo o suppliciado a innumeruos fragmentos dispersos por todos os recantos de Paris. Seria facil dar outros exemplos. No dépêçage dos sacrificios humanos, encontram-se nos autores descriptos casos d’esta supposição do estado de turba. Dos sacrificios dos Nagôs, escreve expressivamente Bouche: «Il y ont de malheureuses victimes qui furent enfermées dans les paniers et precipitées du haut de l’estade royale: la multitude les attendait en chantant, en dansant et en hurlant et dés qu’ume corbeille était jetée, tout le monde se pressait, se bouscoula et se la disputait; celui qui parvenait à se saisir de la tete du supplice s’efforçait de la separar du tronc avec ses ongles et avec quelque mauvais couteau, la rapportait au roi et recevait en échange une piastre de cauris».

Na propria forma defensiva do dépêçage criminoso, para Prieur como para mim, tributaria do médo, frequentemente se verificam explosões de colera destructiva. Estes casos entram nas formas mixtas que Prieur analysou bem, mostrando que n’ellas se associam os dois sentimentos—médo e colera. Mas o que convém salientar é que em geral estes casos mixtos se observam quando diversos criminosos tomam parte no dépêçage, constituindo-se assim um pequeno estado de turba. Não é senão o maior nervosismo da mulher, em que têm
parte tão saliente as funções genesicas, o que explica a influência pragmatizante da intervenção feminina na execução do dépeçage.

Nas formas conscientes e raciocinadas do dépeçage vesanico, é mister distinguir os casos de concepções francamente delirantes, de outros estados mentaes anormaes ou teratológicos em que a anomalia mental psychica em rigor não pode ser capitulada do delirio.

Quando no dépeçage religioso, o deus, o propheta ou simples serente faz um sacrificio humano em obediencia a ordens celestes allucinatorias ou a concepções delirantes de outra origem; ou quando, possuido da sua situacao de senhor ou juiz, o alienado executa um innocente que o delirio lhe indica como grande criminoso; quando o sentimento de degradação ou de peccado leva o melancolico a analogos extremos; do ponto de vista da concepção delirante, a psicologia d'este dépeçage religioso ou judiciario morbido em nada differe da psicologia do dépeçage religioso ou judiciario normal.

Como uma forma de transição para os casos teratológicos, que se seguem, devemos alludir ainda aos casos em que o dépeçage criminoso procede de um estado de loucura moral de proveniencia pathologica, demencial, hysterica, etc. No caso do juiz Pontes Visqueiro, por mim publicado na primeira memoria, acredito que o amor morbido d'un senil, que o havia tornado insensivel aos escandais mais ruidosos, não era mais do que um signal da desagregação senil do seu senso moral de que tambem proveio o crime e com elle o dépeçage.

N'um grande numero de casos de dépeçage vesanico, porém, não é possivel admitir a existencia de um estado pathologico ou de loucura.

Para não fazer uma escolha, alias facil, Prieur nos consentira que reproduzamos a que elle fez.

"On trouve dans l'histoire des traditions germaniques des faits tres singuliers et tres instructifs. On y voit, entre autres choses, que les voleurs, pour se rendre invisibles, se procuraient de la graisse de femme inceinte pour en faire de bougies, on croyait aux vertus des doigts d'un enfant, le nombre des femmes eventrees et fouillees est incalculable, et certainnement cette croyance n'a pas encore disparu.

"Dans la nuit de la Sain-Silvestre, 1864, un ouvrier de Neukirch assomma une jeune fille de 23 ans, découpa un fragment de son ventre de neuf centimètres carrées et le fit rotir chez lui. En ajoutant du sui
à cette graisse humaine, il s’était façonné une chandelle de cambrioleur et avait mangé les graillons restants.

« La vertu des bains de sang a fait des ravages énormes.

« Wagner raconte l’extraordinaire histoire de la comtesse Nadasky, laquelle alla jusqu’à faire perir 650 jeunes filles : pour plaire aux hommes elle prenait des bains de sang dans une ange à quatre heures du matin.

« Un vieux médecin de Naples avait préparé un elixir de longue vie en tuant ses enfants avec des preparatifs et des solemnités particuliers en leur ouvrant la poitrine et en leur enlevant le cœur ».

« C’est aussi Maria de las Dores mangeant le cœur de son père (20 mars 1852) : c’est William Comstock mangeant le cœur de son père et de sa mère et s’endormant auprès des cadavres qu’il avait dépecé (16 juin 1858) etc., etc. »

Prieur que relata os casos acima, não tenta a sua interpretação: limita-se a escrever a respeito d’elles: «Les folies, les voici... Et le champ de la folie est ici de vaste etendue.

« Il va des superstitions de la vie de chaque jour (qu’il faut bien distinguer des superstitions à caractere religieux, bien qu’il y ait avec elles des points de ressemblance) aux aberrations les plus paradoxales et pourtant froidement choisies et combinées ».

Evidentemente é muito vaga e muito pouco precisa a qualificação de loucura aplicada a todos estes casos.

Sem duvida, existe n’elles verdadeira monstruosidade mental.

São pela maior parte casos de parada do desenvolvimento psíquico em phases remotas da evolução do sentimento e da concepção religiosa, e este facto lhes confere um cunho de reversão atavica muito pronunciado.

Mas não são casos de loucura; e as relações d’aquella monstruosidade com a degenerescência criminosa impõe a necessidade de estudar a fundo estes casos anormaes.

Não podemos aceitar a distinção estabelecida por Prieur entre superstícies religiosas e superstícies da vida de cada dia.

As superstícies, de modo geral, não são mais do que sobrevivências de antigos e extintos cultos e crenças religiosas. As superstícies que Prieur chama da vida ordinaria, verdadeiros agouros ou preságios, são apenas sobrevivências de uma época em que o culto tinha uma forma restricta, limitada a cada família, não possuindo ainda a
organização complexa do sacerdocio. D'ahi, a sua aparência de interpretações arbitrárias, isoladas e independentes de qualquer inspiração religiosa. As outras, as que elle chama religiosas, apenas difereem das precedentes em que revivem um período mais avançado da evolução do culto, quando já existia um sacerdocio constituído, e derivam pela maior parte do estado mental que inspirou a astrolatria chaldaica e os ritos magicos do Egypto com o seu empirismo medico.

Tomem-se um a um os casos acima referidos e todos aquelles quasi innumeraveis que existem registrados, e será sempre possível filial-os á uma phase mais ou menos remota de um culto extinto.

Assim, por exemplo, a superstição relativa ao valor do talisman representado pela mão de um cadaver provém em linha recta do extraordinario prestigio magico da mão. E este prestigio, elle o tira, de um lado, da crença tão geral no poder das figas,—manifesto resto ou sobrevivencia de um culto phalico; de outro lado, da significação adivinhatoria das linhas da mão, representada no signo saimão, tão favorito das artes magicas. O prestigio da virgindade, dos seios, dos recemnascidos, etc., demonstram preoccupações genesicas de um culto hetairico. O poder rejuvenecedor do sangue, o valor do coração, etc., nascem das crenças animistas e fetichistas no poder sobrenatural de objectos inanimados, ou na existencia de uma força ou principio benefico ou malefico capaz de ser extrauido das cousas, incorporadas ás pessoas, ou a outros objectos.

A nota teratologica ou degenerativa de todos estes estados mentaes foi magistralmente posta em evidencia por Th. Ribot nos seus estudos sobre as modalidades ou fomras da regressao do sentimento religioso na dissolução da vida affectiva. Depois de ter mostrado como o sentimento religioso vae se desagregando nos seus elementos constitutivos que se eliminam gradualmente ate se reduzir ao elemento primordial—o medo, Ribot faz ver como as praticas automaticas do culto acabam desagregando-se das crenças religiosas que as haviam inspirado, persistindo os primeiros mesmo quando os ultimos ja tém de todo desapparecido.

«On pourrait noter encore, escreve elle, la survivance frequente des observances et des rites quand le sentiment vrai a disparu: c'est-a-dire la solidité de l'élément organique et automatique. Dans une religion qui retrograde, le dogma se dissaut avant le culte exterieur: ce qui est, nous l'avons vu, l'inverse de l'évolution». E' precisamente o caso das observações citadas.
Mas, para bem interpretar estes casos, não basta ter demonstrado que as superstições representam uma dissolução regressiva do sentimento religioso, e que esta dissolução tanto pode ser encontrada nos casos de marcha aguda, de origem patológica ou demencial como os estudados por Th. Ribot, quanto nas dissoluções chronicas da organização mental da especie, das degenerescencias psychicas.

Com efeito, as superstições são perfectamente compatíveis com os sentimentos piedosos e compassivos de pessoas honestas e incapazes de um acto criminoso, podem coexistir mesmo com sentimentos religiosos elevados. Si o numero dos superstitiosos é excessivamente grande, em compensação é relativamente reduzido o dos criminosos por superstição.

A explicaçao do facto está evidentemente n’isto que as superstições são apenas estygmas degenerativos. Ora, a degeneração pode revestir duas formas distinctas: a forma morbida ou pathologica que pode acabar na loucura, a forma violenta ou anti-social que tem por termo o crime. Portanto, é só quando as duas tendencias ou formas degenerativas se associam n’um mesmo individuo que o degenerado commum ou morbido é ao mesmo tempo um criminoso.

Assim, são innumeros os superstitiosos que acreditam na virtude dos talismans feitos com a mão, o sangue, ou a gordura dos defuntos, etc.; mas são pouco os superstitiosos que vão desenterrar os cadaveres para obter esses ingredientes e ainda menor o numero dos que praticam um assassinato afim de adquiril-os. E’ que para isso não basta ser supersticioso, é preciso alguma cousa mais, é necessario que o supersticioso seja ao mesmo tempo um criminoso. N’este particular é bem instructiva a seguinte observaçao:

Observaçao I (Pessoal).—Agostinho Silva, 21 annos, é um jogador inveterado. Tendo ouvido dizer que o talisman chamado mão de anjo e constituído pela mão de um feto ou recemnascido, dava felicidade no jogo, resolveu-se a obter um. No dia 14 de Junho de 1901, a uma hora da tarde, vaer à casa de Maria da Conceição, sua visinha, mulher casada e gravida, no oitavo mez de gestação, com quem elle entretinha relações illicitas, e pede-lhe um copo d’agua. A mulher diz-lhe que não tinha agua em casa, mas iria buscar. Elle a seguido, em caminho praticou o coito com ella e em seguida degollou-a com um canivete de que estava armado. Com a mesma arma, abriu-lhe o ventre, retirou-lhe o feto, decepou-lhe a mãoinha esquerda, embrulhou a n’un lenço, atou-a a seu braço direito e dirigio-se a uma
casa de jogo onde foi preso, «ja tendo ganho seiscentos réis», diz ela cunicamente à autoridade.

O crime teve lugar em Pernambuco, mas a mãosinha do feto bem como o canivete fazem parte hoje da coleção do laboratório de medicina legal que eu dirijo.

N'este caso, o vicio do jogo, a sensualidade impetuosa que o leva friamente a ter copula com a sua vítima antes de assassina-la, a premeditação e a sua futilidade, denunciam por si sós uma organização criminosa, anterior à superstição e independente d'ella. Podem entrar n'esta fórmula, todos os casos de assassinatos supersticiosos para satisfazer interesses egoísticos de criminosos, ladrões ou assassinos.

Esta associação do temperamento criminoso com o temperamento morbido, da criminalidade com a loucura e a degeneração patológica, na qual o crime não pode nem deve ser explicado pela loucura, porque qualquer dos dois, crime ou loucura, pode existir independente do outro, já tinha sido assinalada por del Greco, no paranoia homicida, em que elle mostra a possibilidade de se distinguir o paranoia homicida do não homicida.

Está n'isto, me parece, a solução do caso nos crimes sadicos.

Certamente os sadicos, como impulsivos que são, não podem deixar de beneficiar das attenuações da responsabilidade que toca às impulsões morbidas irresistíveis. Sem dúvida, são muito conhecidos os casos de impulsões destrutivas dos degenerados, capazes de serem reprimidas e contidas pelos próprios degenerados, fugindo elles às ocasiões dos crimes. A observação pessoal seguinte pode ser acrescentada a inúmeras outras publicadas.

Observação II.—Em Junho de 1902, procurou-me um mestigo, de 30 annos de idade, de physico regularmente conformado, casado com tres filhos, para tratar-o de uma obscessão homicida que de continuo o perseguiu. Era extrema pelo seu segundo filho, mas desde certa data, apoderavam-se de vez em quando d'elle a ideia e o desejo impulsivo de matar o filhinho.

Fugia horrorizado a essa ideia, deitava-se no leito, preso de um sofrimento horrivel na lucta que consigo mesmo travava, e só no fim de algum tempo, exaustio e coberto de suor, é que se tinha acal-mado. Muitas vezes, si estava trabalhando tranquillo com machados ou instrumentos semelhantes e ouvia a voz do filhinho que o chamava.
era obrigado a lançar longe de si aquellas armas para não matar a creança. Aconselhei-o a que se recolhesse por algum tempo ao hospital, que se retirasse de junto da família. Ela o fez. Mas voltou no fim de alguns meses para sua casa, no mesmo estado.

Preveni a mulher do perigo que corriam as creanças e ella própria.

C'est qu'en effet, escrevem Pitres et Regis, nous l'avons vu maintes fois au cours de ce travail, l'impulsion est loin d'être toujours irresistible. Elle peut souvent être combattue, et parfois maîtrisée. Si bien qu'en réalité, la responsabilité varie, dans l'impulsion, depuis l'irresponsabilité absolue jusqu'à la responsabilité complete, ou à peu prés.

Esta não é de facto regra absoluta. Entre outras formas degenerativas, a dyspsomania mostra que a melhor boa vontade, a resolução mais firme, promessas formaes, precauções especiaes, os esforços mais energicos são muitas vezes absolutamente ineficazes, de tudo zombando a impulsão morbida quando de novo se apresenta.

Esta circunstancia me leva a ter em certa reserva a distincção feita por Lacassagne, no caso Vacher, entre a responsabilidade do primeiro crime sadico e a responsabilidade das repetições.

Mas quando, como no caso Vacher, se encontram além e ao lado dos crimes sadicos, assassinatos communs praticados com o intuito anti-social do roubo, é impossível deixar de reconhecer no suposto sadico um criminoso responsavel. Não passa realmente de uma mera hypothese, de uma presumpção não demonstrada, a suspeita de que os assassinatos commettidos por Vacher para satisfazer os seus instinctos sadicos tivessem provindo de uma impulsão irresistivel. N'este criminoso, que para satisfação dos seus desejos egoísticos quaesquer, anti-sociaes e não morbidos como o roubo, commettia friamente assassinatos, não temos o direito de attribuir os crimes sadicos a uma impulsão irresistible, antes do que a uma representação mental lubrifica desprovida do caracter invencivel da impulsividade morbida.

Em conclusão, não podemos ver invariavelmente um louco em cada criminoso dépeceur por superstição. Sem duvida em alguns d'esses casos o crime pode ser apenas um symptoma, um accidente trata-se então de um anormal, de um degenerado, é exacto, mas de os criminosos e não entre os loucos.
PONTO DE VISTA DA PSICHOLOGIA CRIMINAL

No ponto de vista pathologico não é facil, nem sempre é mesmo possível distinguir o dépeçage criminoso do delicto de profanação de cadaveres, por isso que em rigor a primeira espécie não é sino um caso particular da segunda. Entre as duas variedades podemos, todavia, estabelecer esta distinção capital que, enquanto a segunda supõe uma causa de morte qualquer e em todo o caso alheia à intervenção do proflanador, na primeira é o assassino que, completando a sua obra, mutila o cadáver da vítima, acrescentando a profanação ao homicídio.

Deixemos de parte o crime de profanação dos cadaveres cujas maiores afinidades com a loucura são manifestas.

No dépeçage criminoso, o dépeçage é em rigor um accidente, um acto adicional ao crime, que, no ponto de vista psicológico, tem sobretudo o valor de uma documentação especial sobre o estado mental do criminoso.

O criminoso dépeceur constitui uma variedade à parte: Denuncia acaso o dépeçage um grão mais adeantado ou mais temível da tendência anti-social ou criminosa? Todo o criminoso pode vir a ser um dépeceur?

Tal é o problema de psicologia criminal que o estudo comparativo das diversas espécies de dépeçage até aqui analysadas, e do estado mental dos respectivos dépeceurs, nos vae auxiliar a resolver.

O dépeçage criminoso não é psychologicamente um acto simples: é ao contrario a resultante de situações mentaes de valor e significação muito diferentes e das quaes não se pode falar como de um só e mesmo estado mental. O dever preliminar do analysta é, pois, discriminar esses estados mentaes diferentes para poder julgar separadamente do valor de cada um.

Como demonstrei desde 1898, o dépeçage criminoso tem duas formas principaes: a forma violenta ou ofensiva e a forma astuciosa ou defensiva, cada qual desdobrando-se em categorias secundarias.

A forma ofensiva procede directamente da colera e tem tres manifestações bem distintas: a primeira, de uma colera de marcha aguda, impulsiva e cega, dependente de acessos de exaltação de cujas relações com a vesania das turbas já faltamos; a segunda, de uma colera de marcha chronica, ponderada e premeditada, dependendo de...
ódio. N’esta enquadram-se os casos de vingança odienta em que o criminoso serve em repasto aos inimigos o corpo de seres caros a estes. A terceira manifestação da forma ofensiva é um produto da violência, da crueldade e insensibilidade moral dos criminosos, dos quaes procede a maior parte dos crimes supersticiosos de que nos ocupamos a proposito do dépecage vesánico. E’ o mesmo estado mental que conduz a uma das formas do dépecage defensivo e melhor ficaria estudado com esta ultima especie de dépecage.

Do ponto de vista da psicologia criminal, estas variedades ou manifestações do dépecage ofensivo têm significações muito diferentes. No dépecage violento de colera aguda, se revela certamente um defeito, ou falha psichica, a impulsividade, a inhibição mental insuficiente, mas ella que, por esse lado se approxima do estado morbido ou vesánico em que muitas vezes se’ converte, não implica necessariamente instinctos sanguinarios, tendencias perversas. Nos crimes por paixão, um criminoso de occasião pode muito bem transformar-se num dépeceur d’esta especie.

Não assim da segunda variedade; o dépeceur odiento denuncia um criminoso cruel, um caracter mau e insensível aos soffrimentos alheios. A terceira variedade é pecullar aos criminosos mais temíveis.

O dépecage astucioso ou defensivo depende sobretudo do medo, do temor do castigo.

Como mostrei na minha primeira memoria, (2) esta forma é relativamente recente, mas não posso admitir com Prieur que seja uma criação particular e exclusiva do aperfeiçoamento da policia. Ella provém ao contrario da influencia simultanea, de um lado, certamente da feição moderna e dos progressos da policia judiciaria; de outro lado, porém, e grandemente da repugnancia, cada vez maior, nos povos cultos, para os crimes de sangue, o que faz cahir sobre elles uma condemnação geral mais poderosa. De facto, o dépeceur defensivo não procura somente fugir á acção da justica exercida pela policia judiciaria; muitas vezes pretende, com o mesmo interesse e empenho, salvar a situacao, evitar a deshonra ou a condemnação da opiniao publica que a descoberta do crime acarretaria. A pobre policia do Estado do Maranhão, no Brazil, onde o juiz Pontes Visqueiro mitiulha 30 annos o cadaver da sua victima, está bem longe de reclamar as honras de sagacidade e perspicacia que lhe atribuiria a opiniao de Prieur.

(2) Nina Rodrigues: Des conditions psychologiques du dépecage criminal.
De Parois pretende demonstrar, em oposição á minha opinião e á de Prieur, que o dépecage defensivo não é devido ao medo. E verdade que elle não diz a que sentimento obedece o dépecceur; limita-se a afirmar que os criminosos mutilam «parce que le procede est bon pour empêcher la reconstitution de l'identidée». Não insistiremos em mostrar que de Parois incide na confusão denunciada do elemento intelectual com o elemento affectivo do dépecage. Para sentir que a execução do acto é bem mais complexa do que elle suppõe, bastaria a de Parois ter reflectido sobre o seguinte: que, si todos os criminosos sabem perfeitamente ser o dépecage um meio de reduzir e fazer desaparecer mais facilmente um cadaver volumoso, todavia só alguns criminosos mutilam os cadáveres das suas vítimas. E que é o grão de intensidade com que a elles se representa o temor do castigo, associado á falta de respeito ao cadáver, que os leva a praticar o dépecage.

Não deixam, todavia, de ser curiosos os argumentos de de Parois contra o papel do medo no dépecage defensivo.

«Sans doute, escreve elle, ils montrent leur absence de sens moral, mais l'audace, la ruse, les qualités intellectuelles dont ils font preuve, les machinations multiples qu'ils inventent pour arriver à leur but, tout cela nous demontre qu'ils n'ont pas peur.»

Tudo isto pareceria bem estranho si não demonstrasse apenas que de Parois confunde medo com loucura.

De facto, escreve elle: «Tels sont les vrais dépeceurs defensifs.

Richetto en est un bel exemple. «L'instruction, lisons-nous dans le rapport des Drs. Boyer et Rebatel, nous montre ce criminel choisissant judicieusement ses victimes, les isolant d'un entourage gênant, captant leur sympathie, les enveloppant de sa sollicitude, les attirant habillement vers lui et les faisant enfin disparaître avec un luxe de précautions tel que leur disposition a pu rester longtemps ignorée et que le hasard seul parait en avoir fait découvrir les traces. De pareils procedés, une prudence aussi avisée et une attitude aussi froidement soutenue ne peuvent être le fait d'un impulsif, d'un inconscient, d'un délirant ou d'un dement». En quoi voyons-nous la peur comme idée dominante de tous ces actes?».

Assim, para demonstrar que o dépecage defensivo não é devido ao medo, de Parois invoca os argumentos que, na opinião de Boyer e Rebatel, provam não ser Richetto um alienado!!
E realmente bem confusa a ideia que tem de Parois da emoção medo, que ela reduz sómente ao terror e em que não admite nem gráos nem formas. A esse modo de ver me limitarei a oppor, com a autoridade de Ribot, que "l'emotion que nous occupe (le peur) est susceptible de tous les degrés, depuis les formes très faibles comme le soupçon, l'apprehension, jusqu'aux formes extremes de l'épouvante et de la terreur".

Mas ainda, lebraremos que os actos defensivos impostos pelo medo não exigem a presença actual da emoção realizada; basta-lhe a recordação da emoção uma vez experimentada, isto é, a memória afectiva. «Elle (la peur) a pour base la memoire, non intellectuelle, mais affective. Pourquoi j'aie peur de l'extinction d'une dent, il faut que le souvenir d'une operation anterieure renaisse avec son ton emotif, au moins sous une forme faible... Il en resulter que l'on est accessible à la crainte dans la mesure où la représentation du mal futur est intense, c'est-à-dire, affective et non intellectuelle, sentie et non conçue.» Demais não são, como parece pensar de Parois, as formas graves e paralysantes do medo, as que dão logar a uma reacção defensiva. São precisamente ao contrario as formas attenuadas.

«Les formes faibles ou moderées de la peur, ensina Ribot, par le sentiment de faiblesses qu’elles produisent dans la conscience, sont une arme contre les actions nocives, en determinant l’éloignement ou la fuite. Mais les formes graves, telles que la terreur et l’épouvante, accompagnées de tremblement et d’anéantissement moteur nous mettent en face d’une grosse difficulté. Quand l’existence est menacée; dans les moments les plus decisifs, quand l’attaque, la defense ou la fuite sont imperieusement commandées, nous voyons les animaux ou l’homme, paralysé par le tremblement, succomber, sans pouvoir tirer parti de leurs forces».

Não são, pois, valiosas ou procedentes as objeções feitas por de Parois à doutrina que atribue o dépêçage defensivo ao medo. Aliás o proprio de Parois se contradiz quando, em outros pontos do seu trabalho, escreve por exemplo: «La crainte du châtiment pousse certainain l’assassin vulgaire à faire disparaitre les vestiges du cadavre de sa victime, mais nous ne croyons pas que cette même terreur soit le mobile habituel du sacrifice humain».

Firmado este ponto, podemos entrar na analyse das condições psychologicas do dépêçage defensivo.
Esta especie de dépeçage denuncia sempre um desvio da organização mental do homem moderno, na ausência do temor ou do respeito aos mortos. Este desvio pode ser, porém, ou adquirido ou congenito e segundo uma ou outra d' estas alternativas, elle revela maior ou menor temibilidade no criminoso.

A forma adquirida da ausência do sentimento de respeito aos mortos, que se representa bem no dépeçage anatomico, é perfeitamente compatível com a honestidade, com a ausência de instintos ou tendências criminosas. Por conseguinte, quando ella se associa ao crime, isto é, quando o criminoso é ao mesmo tempo, por exemplo, um anatomista de profissão, elle pode apresentar qualquer dos graus da temibilidade criminosá. Pode ser um criminoso-nato, mas pode ser apenas um criminoso de occasião, no qual o dépeçage do cadáver denuncia tão somente um acidente ou hábito profissional, uma insensibilidade adquirida e não cogenita.

A forma congenita ou traduz uma ausência innata do sentimento de respeito aos mortos, no criminoso que não herdou dos seus antepassados, da sua raça, aquelle sentimento e revela em todo o caso um estado degenerativo grave; ou indica a persistência actual do temperamento sanguíneo, dos sentimentos cruéis e barbáros que em outros tempos produziram o dépeçage social, estadio de cultura ou civilisação que muito transposto pelos contemporaneos do criminoso dépeceur.

Em qualquer dos casos, o criminoso representa um desvio degenerativo e regressivo da sua raça.

Importa, com efeito, ter bem presente ao espírito que esta análise só se refere e é aplicável ao criminoso dépeceur dos povos cultos modernos, nos quaes a extincção tanto das práticas, por demais remotas, da anthropophagia como das práticas antigas do dépeçage religioso, judiciario, guerreiro, etc., demonstra terem ha muito desaparecido os sentimentos cruéis e barbáros que, nesses tempos idos, permitiram aquellas práticas.

E, de facto, o lento aperfeiçoamento mental da humanidade que transforma as ideias da justiça e os conceitos de moral e criminalidade: que faz de actos, hontem permitidos como acções louváveis, moraes, hoje praticas condamnadas como crimes repulsivos e acções immorae: emfim, que põe em relevo todo o valor, desconhecido por Prieur, do estudo comparativo das diversas especies de dépeçage.
De facto, assim como hoje é acto moral, lícito e útil, o dépeçage anatomico, assim também foram ao seu tempo, moraes e uteis o dépeçage religioso, o dépeçage judiciario. Porque, pois, não só desappareceram estes ultimos como se nos asfiguram elles hoje actos reprovados e repulsivos, ao passo que aquelle não só persiste como conta com todas as tolerancias? Evidentemente porque mudaram as condições existenciaes das sociedades d’aquelles tempos, e com ellas o criterio de moralidade, reprovação e utilidade dos actos humanos, bem como os sentimentos que as justificavam. Estudando as modificações moraes que experimentou o homem de então por effeito de transformações que extinguiram essas práticas crueis e barbaras, nos acharemos habilitados a julgar de quanto distam do homem normal actual aquelles em que sobrevivem hoje as praticas condemnadas, isto é, os criminosos dépeceurs.

O que fez desapparecer o dépeçage judiciario? Com certeza os mesmos factores que depuraram o sentimento da justiça e a execução da pena, do caracter barbaro e cruel que revestiam em seu inicio.

Estudando a evolução judiciaria nos imperios barbros, escreve Letourneau: «A la longue pourtant, toute cette barbarie se mitige a: il finit par s’y meler des prescriptions humanitaires. Mais on ne saurait faire honneur de ce progres aux dirigeantes, aux maitres qui, pendant des milliers d’annees, s’étaient appliquées à maintenir l’immobilité.

De par la religion, la loi était invariable et le roi était ordinairement le docile instrument des prêtres. Malgré tout le pompeux appareil dont s’entourait en Egypte le cour suprême, la penalité resta, en bien des cas, sauvage, « expressive ». Elle s’attenue par la seule force des choses, la marche en avant de la civilisation. Sans y songer, le pouvoir contribue cependant au progres juridique. En étant aux individus le droit de se faire justice eux-mêmes, en ne prescrivant pas des compositions pecuniares, la justice souveraine desarma l’instinct de vengeance et la cupididade.

«D’autre part, comme le roi et les castes dirigeantes imposéaient, dans les limites de l’Egypte, la paix entre les individus, le caractere sanguinaire des premiers ages tendit necessairement à s’amortir.»

Assim a barbaridade da justiça só se pôde manter emquanto dura-ram os sentimentos crueis e sanguinarios, desapparecendo aquella quando e porque estes desappareceram.

Presidio ao desapparecimento do dépeçage religioso analogo aperfeçoamento moral e affectivo. De facto, o rito religioso reflectio
sempre o caráter ou temperamento de cada povo. Ribot ensina de modo excelente: «Pendant la période primitive, les rites sont l’expression immediate et directe du sentiment religieux et traduisent le génie de chaque peuple: chez les Grecs, élégants et joyeux comme il convient pour des divinités qui sont des hommes supérieurs et heureux; chez les premiers Romains, ils ont un caractère familial, formaliste et minutieux; l’amission du moindre détail annule le sacrifice: chez les Mexicains, on offrait des hecatombes humaines à des dieux «ivres de sang», etc.

E’ claro assim que, n’um mesmo povo, o rito só pode depurar-se de práticas barbáras e cruéis como os sacrifícios humanos e o dépeçage correspondente, quando o seu temperamento se transforma e elle adquire sentimentos mais brandos, se civiliza emfim.

Ora, são exactamente esses sentimentos hoje desapparecidos, esse temperamento cruel e sanguinario que em tempo tornou possivel a existencia do dépeçage religioso e judiciario o que hoje se encontra nos seres anti-sociaes que, em flagrante conflicto com os sentimentos dos seus contemporaneos ainda praticam o dépeçage.

O dépeçage criminoso é, pois, um caso manifesto de reversão atavica.

Contra esta minha conclusão, insurge-se Prier. Escreve embora «qu’il y ait dans certains cas de dépeçage criminel des indices des erremens de nos ancêtres, à tel point qu’on pourrait, sans trop d’exageration, les leur attribuer, cela n’est pas douteux». Mas acrescenta: «cela se retrouve à un degré quelconque dans presque tous nos actes; mais, à mon avis, c’est dans le dépeçage criminel qu’on le retrouve le moins.»

Negando o atavismo do dépeçage, Prier admite, no entanto, que elle seja um caso de degenerescencia, de retard dans l’évolution morale. Eu devia protestar contra as opiniões, que me atribue Prier, de negar a influencia de degenerescence e de «m’appuyer sur cette opinion—fausse—que toutes les formes de dépeçage se tiennent et se continuent, depuis les plus anciennes jusqu’aux plus modernes», pois sempre combatí uma e outra cousa. Mas Prier declara que não achou claro o meio trecho criticado e se pode pôr à conta da minha falta de clareza a nossa divergencia.

No entanto não é assim. A divergencia provém de que, para mim, atavismo psicico é um simples caso da degenerescencia psichica e
portanto, com ella se confunde; ao passo que para Prieur, degenerescência e atavismo são cousas distintas. Em memória publicada depois do artigo de Prieur, desenvolvi suficientemente esta opinião para não precisar voltar a ella. Apenas salientarei que, por este modo, considero o arrière de Lacassagne um caso de parada do desenvolvimento mental, fenômeno degenerativo, em que eu vejo a explicação do atavismo psíquico.

Mas, para mim, o que é atávico no dépeçage, não é a prática da mutilação cadaverica, são os sentimentos cruéis e barbáros que a tornam possivel.

Desde 1898, eu escrevia positivamente: Le dépeçage ainsi interprét, on voit que l’influence de l’atavisme dans sa pratique est indiscutable nom pas par un retour atavique aux contenues d’un peuple sauvage ou barbare, mais par un retour atavique aux sentiments de ces peuples. En somme la seule chose commune à toutes les sortes de dépeçage c’est le sentiment de froide cruauté, le pet de cas que l’on fait de la vie humaine: c’est le défaut de ce sentiment de pitié qui est la caracteristique des phases inferieures de la civilisation.»

Assim considero o dépeçage defensivo um simples acidente, um acto ou expediente de ocasião, sugerido às mais das vezes pelas circunstancias do momento ou pela imitação de casos conhecidos. Apenas a mutilação do cadaver é aqui uma acção egoística que a crueldade e a insensibilidade moral do criminoso lhe fazem aceitar sem repugnância, da mesma maneira por que instinctos cruéis, barbáros e violentos de outras épocas n’elas permitiram que no sacrifício aos deuses ou no supplicio dos criminosos se chegasse ao ponto de mutilar cadáveres humanos.

Tanto quanto as violências contra o vivo, o dépeçage defensivo é em todo o caso um atestado da anormalidade mental do criminoso. E n’este particular a anormalidade consiste especialmente n’uma reversão a sentimentos cruéis atávicos, ha muito extinctos.

Multiplos são, pois, os estados mentaes dos criminosos dépeceurs. Temos distinguido as seguintes modalidades diferentes:

Dépeceur offensive

1.º por impulso de colera destructiva.
2.º por suggestão de colera chronica, ou odio.
3.º por insensibilidade moral morbida, ou innata.

Dépeceur defensivo

4.º por falta do sentimento de respeito aos mortos adquirida profissionalmente.
5.º por falta congenita ou morbida adquirida do mesmo sentimento, como efeito de insensibilidade moral morbida ou innata.
Com esta especificação, torna-se fácil decidir agora a questão de psicologia criminal proposta no início desta discussão: se todo o criminoso pode vir a ser um dépecœur ou se constitue este um caso particular da criminalidade.

E' claro que um criminoso de ocasião pode evidentemente tornar-se dépecœur, nos casos figurados em a) e d), isto é, do dépeçage defensivo dos dépeceurs profissionais e do dépeçage ofensivo por excitação colérica. Só, porém, criminosos temíveis serão dépeceurs das outras categorias figuradas.

Em conclusão, na avaliação prática da ténibilidade do criminoso dépecœur, o estudo do dépeçage, do ponto de vista das condições psicológicas da sua execução, tem o valor indiscutível de um subsídio de primeira ordem e não deve ser descurado no exame mental d’esses delinquentes.

(Nos Archivos de Psiquiatría e Criminologia de Buenos-Aires 1903, foi publicada uma tradução espanhola deste trabalho).
CADEIRA DE MEDICINA LEGAL

c)

Bibliographia
O curso de medicina legal da Faculdade de Medicina da Bahia no estrangeiro

Repositorio dos trabalhos desta Faculdade como deve ser a sua Revista dos Cursos, toda voltada ao registo dos títulos que a terão de impor ao respeito e à consideração das instituições congêneres, nada mais legítimo do que dar-se conta, nas suas páginas, do apreço com que são recebidos fora do país os trabalhos saídos do ensino que a Faculdade ministra.

Este não é, todavia, o intuito com que transladamos as notícias bibliográficas de importantes revistas científicas estrangeiras sobre o livro: *O alienado no direito civil brasileiro*, em que publicamos as licções feitas nesta escola sobre as reformas que reclama a legislação brasileira dos mentecaptos.

E tão somente está o nosso intento em reforçar no apoio das autoridades, que subscrevem essas notícias, a campanha que levantamos em prol da reforma urgentíssima da legislação patria em ponto tão melindroso, quanto controverso.

N. R.


Dans l’Introduction, le Dr. Nina Rodrigues explique la raison d’être de son ouvrage : « Médecin légiste et professeur de médecine légale, sachant par l’expérience ce que reclame la législation en vigueur, c’était un devoir professionnel que de connaitre les manquements ou les pratiques des institutions juridiques brésiliennes dans leurs rapports avec la médecine légale. En publant sous forme de mémoire l’examen critique auquel j’ai soumis, dans le cours de mes leçons, la doctrine médico-légale du Projet de Code civil brésilien, élaboré par le Dr. Clovis Bevilacqua et revu par une commission spéciale de juristes, j’eus naturellement à cœur de remplir le devoir, imposé à ceux qui étudient la médecine légale, de contribuer, dans une certaine mesure, et sans sortir de ma sphère, à l’amélioration de la législation de mon pays. »

Le Dr. Nina Rodrigues explique qu’il a consulté un grand nombre d’auteurs en la matière ; il parle, avec éloges, de la sage loi française de 1838 sur les aliénés, qui, aujourd’hui encore, provoque l’admiration par l’ampleur donnée à la discussion parlementaire, et par l’élévation de vues dont firent preuve les hommes qui y prirent part. Certains, l’historien dira un jour des auteurs du Projet brésilien, qu’ils surent maintenir cette hauteur de vues dans les débats de la loi-mère.
de leur patrie, en incorporant à leur Code des idées de justice, épurées encore par la controverse. Le travail de notre confrère fut plus long que ne l’aurait comporté le simple examen du projet Bevilacqua. Car à propos de ce projet, dit-il, il fit l’examen de l’état de la question non seulement dans la législation brésilienne en vigueur, mais encore dans les Projets de Code civil qui, au Brésil, précédèrent celui du Dr. Bevilacqua. Si bien qu’il fut amené à cette constatation qu’il n’existait pas encore, sur le Code civil brésilien, une étude de psychiatrie judiciaire, ni de travail d’ensemble de médecin légiste ou d’écrivain de son pays, se rapportant à ce sujet. Les seuls travaux qu’on possède ne sont plus au courant. — Dans l’Exposé des motifs des deux derniers Projets, tant celui du Dr. Coelho Rodrigues que celui du Dr. Clovis Bevilacqua, ce sujet est presque entièrement omis. Les commentaires du Projet Felício dos Santos et les annotations de doctrine médicale condamnées. On pourra donc recourir à cette modeste contribution pour des études de plus longue haleine.

Cette introduction précède l’ouvrage proprement dit, divisible en quatre chapitres. Le premier est consacré à ce que l’auteur appelle les états de maladie mentale.

Le deuxième traite de l’incapacité civile dans ces états de maladie mentale. Dans les deux derniers il est question de l’interdiction et de la protection des aliénés.

Dans le premier chapitre, l’auteur commence par donner la définition et l’enumération légales des états de maladie de l’esprit qui excluent la capacité civile: la maladie permanente ou chronique, et la maladie transitoire. « En ce qui concerne la folie, dit-il, les codes doivent sans doute, aujourd’hui comme avant, adopter une définition générale qui s’applique à tous les cas d’aliénation mentale, mais de préférence essayer de spécifier dans la loi des formes cliniques du trouble intellectuel, en évitant de se perdre dans le dédale des classifications psychiatriques où les plus familiers sont loin de trouver l’accord et l’unité de vues. Il sera même difficile de rencontrer une expression capable de convenir comme rubrique générale à tous les cas de maladie.

— Ces cas sont, en fait, ou de véritables affections mentales ou cérébrales comme la folie, l’aphasie, ou des infirmités intellectuelles comme l’imbécillité, l’idiotie, la surdi-mutité, ou de simples anomalies
psychiques comme les états somnambulique ou hysterique, les passions, l'ivresse, etc., ou même des conditions psychiques spéciales, comme l'involution sénile. Comme on le voit, ce sont des états bien distincts les uns des autres, et qui ne gardent pas entre eux d'affinités telles qu'elles permettent de les grouper sous une rubrique unique. L'insuffisance intellectuelle pour l'exercice des droits civils est en effet une conséquence de causes multiples qui ne peuvent entrer dans une famille naturelle, ou en constituer une. Pour résoudre la difficulté pratique, deux opinions sont en présence : la première, c'est de renoncer aux tentatives de mentionner dans la loi tous les cas, en laissant aux tribunaux la charge de déterminer, dans l'examen concret et individuel de chaque cas, le motif qui a produit l'effet que le Code se borne à prévoir ; la seconde, de mentionner dans les codes la spécification casuistique des groupes de maladies de l'esprit, en réservant pour la définition de quelques-unes d'elles les désignations générales ou que leur sont propres, la loi devant donner aux termes psychiques une définition juridique pour éviter les controverses sur l'acceptation d'un terme technique qui peut varier de signification suivant qu'il est employé au sens vulgaire, médical, ou judiciaire. L'auteur continuait ainsi, et passe en revue les diverses psychoses : l'aphasie, la surdité-muettitude, l'ivresse habituelle, la prodigalité, la manie du jeu, l'affaiblissement intellectuel sénile, et fait l'examen critique des termes ou définitions proposés dans les différents projets du Code civil brésilien. Il traite ensuite de l'incapacité civile dans les affections mentales chroniques, et dans les états transitoires de l'inconscience morbide. Il fait part de ses recherches sur la suggestion criminelle. Il consacre enfin plusieurs paragraphes à l'intéressante question des intervalles lucides, et à la validité des testaments des aliénés.

Les chapitres de l'interdiction et de la protection légale des aliénés sont également très intéressants. C'est une sorte de résumé, de mise au point de ces questions d'administration ou de mesures conservatoires des biens des aliénés interdits ou non interdits, de curateur provisoire, de conseil de famille, de tutelle, etc. L'auteur discute les articles du Projet de Code brésilien, citant les articles similaires des codes des autres nations, donnant son opinion de juriste et de médecin. Mais il faudrait lire la traduction intégrale de ces chapitres.

Il semble bien, en prenant connaissance du livre du Dr. Nina Rodrigues, que le pays de l'auteur éprouve, au temps présent, le
besoin de modifier sa législation sur le régime des aliénés, comme autrefois notre propre pays, au temps de Finel.

Il n’existe pas, au Brésil, paraît-il, d’assistance médico-légale des établissements d’aliénés. “L’Hospice national des aliénés de Rio-de-Janeiro, l’asile de Saint-Paul, l’hospice de Recife (Pernambuco), quelle que soit leur excellence, sont des exceptions. Ils valent ce que valent leurs directeurs.” Et l’auteur ajoute: “Je ne crois pas commettre d’injustice en disant des autres établissements du pays qu’ils sont plutôt le témoin de l’incompétence et de la criminelle indifférence des gouvernements locaux... simples dépôts de fous, cachots de maison de détention, où encore aujourd’hui, au vingtième siècle, il existe des aliénés en réclusion, à seule fin de soustraire aux regards du public l’incommodè spectacle d’insensés vaguant par les rues. L’asile de telle province, dérision de la psychiatrie moderne, est la plus éloquente négation de nos mensagères réclames de peuple civilisé.”

Pour effectuer un placement volontaire, il suffit du consentement du directeur, et d’un certificat signé par deux médecins. Cette exigence de deux signatures n’est qu’un simple formalité, “car il est de règle que le certificat du médecin traitant soit contresigné par un autre médecin quelconque, qui quelquefois ne connaît pas le patient.” “Une fois le fou interné, toute la surveillance légale se réduit à la possibilité, qui ne se réalise jamais, ou accidentellement, de visites du juge des orphelins, ou du promoteur public. Il est évident qu’il y a urgence à mettre un terme à un tel désordre.”

L’auteur nous fait connaître que dans une province les aliénés, séquestrés dans la maison de correction, ont un régime alimentaire des plus défectueux. L’intendance municipale et l’administration sont en conflit pour savoir à qui incombe la charge de l’alimentation des aliénés; en attendant, les fous ont pour vivre les restes de la nourriture des autres prisonniers, quand il y a des restes.

“En fait, l’expérience montre que les aliénés, au Brésil, manquent des garanties contre tout le monde: contre les familles et les particuliers qui cherchent à les exploiter, contre les propres pouvoirs publics qui les soumettent à des traitements inhumains. Ce n’est point une simple figure de rhétorique, un effet oratoire destiné à faire impression.”

Aussi l’auteur reclame-t-il des reformes. Il demande que les deux
médecins signataires du certificat fassent séparément l'examen du patient, dans la dernière semaine avant le placement, et qu'un curateur provisoire soit nommé.

L'internement d'urgence dans les cas de fous furieux ou dangereux sera fait moyennant la permission de l'autorité administrative, avec obligation pour le directeur de l'établissement de porter le fait à la connaissance d'un juge dans les quarante-huit heures, afin que celui-ci fasse examiner l'aliéné par deux médecins étrangers à l'établissement, et pour lui donner un curateur provisoire.

Quelques lignes plus bas, se trouve l'obligation du certificat semestriel.

A la fin de son livre, l'auteur émet le vœu que la justice s'adresse pour les expertises médico-légales, à des alienistes de carrière.

J'ai termine, Messieurs, l'analyse que m'avait confiée votre Bureau. J'ai mis entre guillemets la traduction littérale de principales phrases, pour mieux vous faire apprécier la pensée de l'écrivain. En résumé, l'ouvrage de notre confrère est une contribution très instructive à l'étude des questions de législation relatives au régime des alienés : mais c'est surtout un examen critique de la révision du Code brésilien en la matière, qui présente, naturellement, un grand intérêt pour ses compatriotes.

D'après le tableau de la situation actuelle des alienés au Brésil, on voit que de grandes réformes s'imposent, et qu'elles sont urgentes.

L'initiative et l'ardeur du Dr. Nina Rodrigues ne demeureront pas inutiles ; et grâce à lui le progrès vers le bien marchera d'un pas plus rapide.

Pour nous, c'est une satisfaction bien grande, que de voir les enseignements de l'illustre Pinel mis en pratique par delà les mers.

II O ALIENADO NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO (apontamentos medico-legaes ao projecto do codigo civil). L’aliéné dans le droit civil brésilien; considérations médico-légales sur le projet de code civil par le Dr. Nina Rodrigues, professeur de médecine légale à la Faculté de médecine de Bahia (Bahia, 1901, in 8°).

Dans le premier chapitre, l’auteur passe en revue les différents états de ce qu’il appelle l’insanité mentale. Les différents états définis et classés par le Code et dont il s’agirait dans le projet Bevilacqua, actuellement en question, sont les uns permanents, les autres transitoires. C’est aux premiers que se rattachent par exemple l’aphasie, la surdi-mutité, la démence senile.

A ces différentes affections correspondent diverses dispositions du Code. L’auteur compare sons ce rapport l’Esboço de Teixeira de Freitas, le code civil argentin, divers projets (Santos, Rodrigues, Bevilacqua). Il traite de la suggestion criminelle, de l’incapacité civile chez les dementes à intervalles lucides, en particulier de la validité des testaments faits pendant ces intervalles.

Le troisième chapitre comporte l’étude de l’interdiction complète, des attenuations de l’interdiction, dans leurs relations avec les divers degrés de l’incapacité civile. Le conseil judiciaire est l’atténuation de l’interdiction applicable au droit brésilien; il y a aussi la curatelle des prodiges. Pour les aliénés non interdits ou peut nommer un curateur provisoire.

Le Dr. Nina Rodrigues insiste en terminant sur la nécessité de l’établissement des conseils de famille et la nécessité d’interdire tous les aliénés internés dans les asiles.

Il décrit enfin le rôle à jouer dans citées diverses questions par le médecin.

C’est un livre bien pensé, vecu et qui donne à refléchir. Les questions qu’il traite sont en ce moment étudiées dans notre Parlement et, depuis 1838, les aliénistes s’en sont préoccupés, quand, par la pratique, ils ont compris certaines imperfections de la loi.

Nous remercions cordialement notre savant collègue et ami de Bahia d’avoir bien voulu associer notre nom à son œuvre.

A. Lacassagne.

El sabio profesor de Bahia, de algunos de cuyos trabajos he tenido ocasión de ocuparme en su oportunidad, ha dedicado una parte del curso del año pasado, al examen del nuevo proyecto de Código Civil que está tramitando ante las autoridades de aquel país desde hace unos tres años proximamente. Este libro es la reproducción de aquellas lecciones, en que el autor se ha ocupado especialmente de las disposiciones relativas a los alienados, dejando para más adelante el hacer conocer las que completan este estudio médico-legal de tan positivo interés en todo sentido.

Cuatro puntos principales se analizan en estas lecciones, formando cuatro capítulos de la obra, á saber: los estados de insania mental, la incapacidad civil que corresponde á los mismos, la interdicción de los alienados y la protección legal que se les debe. Cada punto es objeto de una explicación previa destinada á fijar claramente el criterio médico legal con que debe tratarse; sigue el análisis de la legislación, comparando su texto con el de los proyectos del Código Civil que han precedido al actual y con el de la mayor parte de las disposiciones análogas vigentes en el extranjero, y por último se indican las reformas que deben hacerse en el proyecto estudiado para colocarlo á la altura de los progresos jurídicos y científicos de este último tiempo.

El presente libro no viene, pues, á ser un mero comentario del proyecto que quizá tenga la suerte de convertirse en ley civil definitiva del Brazil, sino un estudio de fondo en que los términos generales de cada pregunta relacionada con la incapacidad legal, están tratados con la profundidad de vistas y la independencia que caracteriza al distinguido profesor de Bahia; un estudio crítico en la verdadera acepción de la palabra en que al fin, después de señalarse los errores y los defectos, se proponen las correcciones correspondientes.

De su lectura se saca una enseñanza acabada de la materia, de la cual pueden aprovechar los hombres de estudios no sólo allí sino en muchos de los países cuyas legislaciones le sirven de punto de comparación al autor. Para nosotros especialmente, que al confeccionar nuestro Código tomamos de un jurisconsulto brasílano-Teixeira de Freitas,-entre otros materiales de importancia, todo el capítulo refe-
rente á esta cuestión, las apreciaciones que se hacen sobre el particular revisten gran valor y pueden ser tenidas como una nueva y valiosa contribución al estudio de la ley civil que nos rige, tan mal comentada hasta ahora.

A este propósito séame permitido decir, de paso, que las opiniones del autor sobre a ley argentina, concuerdan en un todo con las que ho vertido en mis recientes Estudios médico-legales, como en general sus ideas de fondo sobre todos los puntos abordados están de acuerdo con las que vengo profesando. Es una satisfacción la que se experimenta viendo ratificadas por una autoridad de esta clase opiniones como esas á que aludo surgidas en su mayor parte de la impresión personal de los hechos, y desprovistas, por ese motivo de la apariencia de solidez que tienen las doctrinas que elias vienen á combatir.

Obra de enseñanza y de crítica conjuntamente, ella está encaminada á un fin práctico, como se comprende, y mal harían en aquel país, que se distingue por el buen sentido de sus hombres dirigen-entes, en no aprovechar los consejos que desde el fondo de su ga- binete, pero poseido de su materia, les da respecto de esta impor-tante cuestión de legislación, uno de sus compatriotas más dignos de estima.

El nuevo Código, ó nuevo proyecto mejor dicho, se distingue precisamente por sus deficiencias en lo que se refiere á las cuestiones médico-legales,—y yo diria que también en la mayor parte de las cuestiones de orden sociológico,—de modo que, como muy claramente lo asevera Nina Rodríguez en la introducción: «en nada adelanta ó mejora el grande atraso, las graves deficiencias del derecho civil vigente en el Brasil». Los legisladores brasileños tienen que reformar su proyectada ley conforme á las indicaciones que los hace Nina Ro-dríguez, sinó su Código será una producción deforme y anacrónica.

Hay que tener en cuenta que en esta obra de codificación civil está empenado el Brasil desde poco después de adquirir su indepen-dencia, sin conseguir hasta ahora un resultado práctico, según lo expresa el P. E. en un mensale de remisión de este proyecto á las Camaras. «Solamente el Brasil, se dice en él, no tiene un Código Civil! Su código son las Ordenanzas Filipinas, ya repudiadas por el
mismo Portugal y que cuentan prósperamente tres siglos de existencia! (1)

Este es el quinto ensayo que se hace allí, la quinta tentativa que ha emprendido el gobierno para reparar esta singular deficiencia. En 1855, Freitas, á quien nosotros debemos algunos capítulos de nuestro Código, como hemos dicho, estaba ya encargado de redactar su célebre Esbozo, pero dificultades que no siempre se salvan en la forma que lo hizo nuestro codificador hicieron que en 1872 aún no estuviera terminado, razón por la cual se encomendó á Nabuco que tomará á su cargo la obra. En 1878 muere éste, dejando su trabajo inconcluso y Filicio dos Santos que toma el puesto y consigue en 1881 darle fin, tiene la desgracia de chocar con un comisión de juristas nombrada por el gobierno para su exámen y el proyecto es rechazado. La comisión aludida fué declarada entonces en permanencia hasta que esp bidiera el proyecto definitivo, pero no habiendo terminado su cometido en 1886 se la disolvió. Tres años después se nombra una segunda, sobre la base de la anterior, pero como el cambio de gobierno sobrevenido entonces tuviera que modificar radicalmente la addministración y ocuparse de muchas cosas que eran de más vital importancia, la segunda comisión quedó disuelta en seguida. Coelho Rodríguez fué nombrado al poco tiempo para formular el proyecto, pero tan mal afortunado como dos Santos, su trabajo al pasar por una otra comisión de censura nombrada para el caso, fue desechado también. En vano intentó este jurista, como miembro del Senado Nacional que era, hacerlo sancionar allí como un proyecto ordinario de ley; la resolución que seguió á los debates habidos con este motivo ni le fue completamente favorable, ni tuvo aceptación en la otra Camara. Esté acaeció en 1896; el año siguiente fué cuando el P. E. ordenó la confección del actual proyecto, encargándose la ejecución á doctor Clovis Bevilaqua, profesor de derecho en Recife.

Ahora bien, por una singular aberración, que rara vez se ofrece en casos análogos, estos proyectos, lejos de superarse en su calidad á medida que se iban sucediendo, han ido al contrario siendo más deficientes, al menos en lo que se refiere á su fondo científico. Así, según se puede ver siguiendo los comentarios de Nina Rodríguez, lo más nuevo, que es el proyecto Bevilaqua, es lo más defectuoso que se ha propuesto.

(1) Debo este documento á la amabilidad de mi buen amigo el doctor Carlos Sedil, de Río de Janeiro, quien me lo remetió cuando fué publicado.
Comparando en la parte especial que nos ocupa el texto de dicho proyecto con el de nuestro Código, que es copia del primero de los proyectos brasilenos, se puede ver más claramente la decadencia. Un ejemplo bastará para dar la prueba de este aserto; nosotros exigimos para que se tenga por demente un individuo, una sentencia de juez competente «previo examen de facultativos» nombrados por este. Y bien, el nuevo Código brasileño, que será sancionado cerca de medio siglo después, va á decir literalmente: Artículo 543. «Antes de decidir sobre la declaración de incapacidad, el Juez examinará personalmente al denunciado como incapaz y pedirá siempre que fuera posibl e, la opinión profesional».

Y es entendido que del examen médico no hay más mención que esta en todo el texto, como tampoco se dice una sola palabra respecto del valor que puede tener esa -opinión de profesionales- en caso de que llegue á ser requerida.

Dados los abusos que parecen cometerse allí en materia de secuestro, y de los cuales el doctor Nina Rodríguez nos cita casos graves en su capítulo final, este punto debería ser resuelto en otra forma. Si hay allí precedentes que señalan á la autoridad administrativa como factora de delitos tan graves como los referidos allí, nada mas lógico que imponer desde lo alto de la ley las más severas clausulas para la declaración de insania, el control de la ciencia por lo menos.

Estando tan conforme con el autor en sus fines y en sus ideas, me excuso de entrar en más detalles sobre este libro. Sería, por otra parte, tarea larga dado lo complejo de las cuestiones tratadas y su considerable variedad. Básteme dejar esta ligera constancia de su aparición e recommendar su lectura á todos aquellos que están obligados á conocer la esencia de las leyes que nos gobiernan, ya sea por que deban ejecutarlas, interpretarlas ó reformarlas.

FRANCISCO DE VEYGA,

Professor de Medicina legal na Universidade de Buenos-Aires.

(Dos Archivos de Criminologia, med. leg. y psiquiatria, T. I. 19(2, p. 12.)
IV. O ALIENADO NO CÓDIGO CIVIL BRAZILEIRO, POR EL DR. NINA RODRIGUEZ. Bahia. 1904.

El ilustre profesor de Medicina Legal, que constantes y tan profundos estudios ha enriquecido la literatura médico-legal, acaba de dar a luz en un meditado volumen las lecciones consagradas en el curso del corriente año á la critica del proyecto del Código Civil Brasileiro, de que es autor el profesor Clovis Bevilacqua.

Esta obra, llena de una sana y sustancial erudición evidencia cuan útil contribución puede aportar el médico-lejista al codificador, iluminando importantes problemas de psicopatología que á los juristas no les es posible conocer profundamente. Y es lástima grande que su palabra sea menos escuchada de lo que merece, por parte de los lejisladores.

No siendo conocidas entre nosotros las doctrinas sostenidas en el proyecto de Clovis Bevilacqua, sería un tanto estemporáneo el análisis detenido de las sabias críticas que le hace Nina Rodriguez.

Diremos, sí, que en los cuatro capítulos de que consta la obra—Los estados de alienación mental. La incapacidad civil en los estados de insanía. La inderdicción de los alienados—domina un espíritu severamente científico, orientado según las doctrinas positivás.

Muy dignas de ser meditadas son las reflexiones que hace sobre el valor de los informes periciales en psiquiatría forense y sobre la necesidad de que ellas sean confiadas á médicos especialistas, en virtud de la misma ley de especialización que ha llevado la clínica y la cirurgia á la subdivisión en especialidades.

Constatamos con placer el conocimiento exacto que tiene el autor de la psicopatología forense argentina, siendo citados, con merecida frecuencia, el código de Vélez Sarfield y los estudios médico-légales que sobre él ha hecho el profesor Francisco de Veyga.

El libro está editado por la Imprenta Moderna, rua S. Francisco 29. Bahia. Brazil.

DR. INGENIEROS.

(De La Semana Medica. Buenos-Ayres, 1901, pg. 748.)
NOTICIARIO

A VISITA DO DR. NINA RODRIGUES
AO ESTADO DE S. PAULO

Não pôdendo externar de outro modo a minha gratidão pelo aco-
lhimento, a um tempo honroso e gentil, que me fez a elite intelle-
tctual de S. Paulo, dou-lhe pelo menos a prova do modo por que o trago
presente á memoria e ao coração, registrando-o nos modestos annaes
da minha obscura colaboração á obra da Sciencia brasileira.

NINA RODRIGUES.

EXTRACTOS DA IMPRENSA

O Professor Nina Rodrigues

PELO

Dr. Franco da Rocha

Director do Hospital de Alienados de Juquery

«A nata intellectual de S. Paulo acaba de receber e acariciar em seu
seio, por alguns dias, uma das individualidades mais salientes da classe
medica brasileira:—o Professor NINA RODRIGUES, lente de medicina
legal.

E' a Faculdade de Medicina da Bahia que o possue actualmente
como joia de primeira agua, engastada no seu corpo docente, já abri-
lchantado por personagens de alto valor.

NINA RODRIGUES trouxe apresentação official? Veiu em commissão?
Preparou-se-lhe festa forçada com insistencia prévia?

Nada, absolutamente nada disso. Veiu a passeio, sem o toque de
caxa que costuma preceder as notabilidades officiaes. Mas o talento
e a illustração têm o effeito do iman. Subitamente congregou-se ao
redor delle, para o festejar, o escól da intellectualidade de S. Paulo,
todos unidos pelo mesmo sentimento—a sympathia, sem convite, sem nomeação de commissões.

Disseram-lhe, antes de sua partida, «que em S. Paulo elle iria se achar num paiz extranho». A predicção falhou. Desde o dia de sua chegada, achou-se logo entre irmãos.

Os que o rodearam conheciam-no muito. Inteligencia robusta, de um cultivo aprimorado e secundo, NINA RODRIGUES é um operario indefeso da sciencia. Comprehendendo bem esta sentença—« a lingua portugueza é um carcer»—levou o resultado de suas investigações para mais vasto circulo idiomatico, mostrando ao mundo scientifico que no Brazil se trabalha e a sciencia é cultivada com amor. Não podia achar-se como extranho em S. Paulo,—quem tanto tem sabido dar lustre ao nome brasileiro.

Ahi estão os Archives d’Anthropologie Criminelle, de LACASSAGNE, onde têm sido publicados seus trabalhos nesse ramo scientifico; ahi estão os Annales Médico-psychologiques, de Pariz, onde são aco-
hidas as suas pesquisas de psychologia pathologica. No Archivio di Psichiatria, scienze penali ed Antropologia Criminale, de Lom-
broso, são apontados os seus estudos. Nos Archives de Psychiatria e Anthropologia Criminal, de Buenos Ayres, acham-se estudos seus de valor. Não menos importantes trabalhos estão archivados nos Annales d’Hygiène Publique et de Médecine Légale, bem como na Revista Brasileira. E’ um dos colaboradores do Brazil Medico. Nos jornaes medicos da Bahia e mesmo na imprensa diaria, como no Jornal do Commercio, do Rio, acham-se artigos seus, sempre substanciosos, sempre acatados. Volumes diversos, como As Raças Hu-
manas e a Responsabilidade Penal no Brasil, L’animisme Féti-
chiste des Négres de Bahia, Liberdade Profissional em Medicina e O Alienado no Direito Civil Brasileiro, são outras tantas peças de acurado lavor, que o paciente archictecto vai assentando ha tantos annos, orientadas todas cuidadosamente para a solidez e perfeição do seu edificio ideal—a Anthropologia Criminal no Brasil.

Eis a obra sobre a qual se destaca fortemente, no nosso meio, a sua individualidade pujante.

Surge um facto extraordinario, cujo estudo compete á Medicina Legal?—NINA RODRIGUES está na brecha: Marcelino Bispo, Custodio Serrão, Antonio Conselheiro e outros, foram-lhe temas de importantes
artigos em revistas científicas. Projecta-se um Código Civil brasileiro?—o projecto mestre se apressa em mostrar, na sua esfera, os pontos fracos que carecem de reparo; não poupa sacrifícios afim de concorrer com as suas luzes para melhoramento de nossas leis.

Seu nome é um orgulho da classe médica. Todos o conhecíamos. Cercaram-no desde o dia em que pisou terra paulista. Completou a nossa estima o seu trato pessoal: physionomia a Ruy Barbosa, muito sympathico, lhano, affável, inteiramente despreocupado de assumir importância, consolidou promptamente nessa atmosfera amorável o conceito em que era tido; captivou imediatamente a todos que o procuraram, facto que se tornou patente nas atenções que encontrou por toda a parte.

Sente-se a gente bem, junto dellè, e a palestra corre gostosa, sem a oppressão torturante que se costuma sentir junto das notabilidades... convencionaes.

Eis aqui o segredo dessa attracção irresistible do sympathico mestre, que ora segue para a sua vida científica, deixando-nos saudades e uma impressão indelevel de sua passagem por S. Paulo.

Também o illustre mestre deve ter uma satisfação íntima: pouquisimos são os homens de sciencia que têm tido e terão o gozo de uma recepção tão franca, tão espontanea, tão sincera e escolhida, como a que teve Nina Rodrigues.

Sirva-lhe isso de consolo nas labutações científicas, muito embora homens de sua tempera não careçam de estimulo. Nunca lhe esvoaçou na mente esta phrase—«Não vale a pena estudar e trabalhar; ninguem liga importancia»,—escapatoria por onde se esquivam os invalidos diplomados, escravos da inércia congenita. A passagem de Nina Rodrigues por S. Paulo é um protesto firme contra esse modo de pensar... infelizmente mui divulgado.

Aceite o mestre esta despedida sincera, dictada pela admiração e amizade. Falo desta tribuna para onde me trouxe o convite benevolo dos colegas da Revista Médica, mas estou certo de que traduzo, embora em sécco e pobre stylo, o sentimento que se aninha no coração de muitos outros trabalhadores de S. Paulo».

Outubro de 1903.

(Da Revista Médica de S. Paulo).
Nina Rodrigues

«No salão nobre da Rotisserie Sportman realizou-se no dia 24, às 7 horas da noite, o banquete oferecido pela classe dos juristas e médica ao illustre professor Nina Rodrigues.


Escusaram-se de comparecer, por cartas e telegrammas, nos quais se associavam à manifestação de apreço ao illustre professor, os srs. drs. Julio de Mesquita, Amancio de Carvalho, Candido Espinheira, Arnaldo Vieira de Carvalho, Herculano de Freitas, Luiz Pereira Barretto, Alberto Seabra, Francisco Cavalcanti, Mathias Valladão, Adolpho Luiz, Franco da Rocha, Marinho, Deolindo Galvão, Serafim Vieira, Alfredo Pujol, Paulo Egydio, Siqueira Campos e Gama Cerqueira.

Durante o banquete, que foi primorosamente servido, a orquestra do Café Internacional executou trechos escolhidos do seu repertório.

Ao dessert levantou-se o dr. Brasílio Machado, que pronunciou as seguintes palavras:

«Deiram-me os juristas aqui presentes a grata incumbência de
erguer o primeiro brinde neste banquete, em honra do preclaro pro-
fessor Nina Rodrigues, neste banquete a que concorrem, ainda uma 
vez congraçadas em S. Paulo, a illustre classe dos medicos e a classe 
dos juristas.
Quer-me parecer, no desempenho desta commissão, que a ho-
menagem, prestada ao illustre professor da Bahia, não é de somenos 
valia dentre as tantas e muitas que elle veiu entre nós encontrar, e 
assim digo com verdadeiro desvanecimento de paulista. Com effeito, 
esta homenagem prestada ao notavel professor Nina Rodrigues, no-
tavel quanto modestissimo e lhano, esta homenagem representa ou 
exprime esta especie de comunhão espiritual que liga e prende em 
affinidade indissoluvel os cultores de ideias quasi communs. E, de 
feito, juristas e medicos, continúa o orador, lavramos em culturas sem 
duvida distinctas; empregamos, quiçá, processos diferentes, mas em 
campos que são entre si tão convizinhos que o acesso reciproco de 
um para outro já se torna facil e frequente, talvez porque, no dizer de 
Taine, já não existem sciencias forasteiras, por isso que, na renovação 
scientificas modernas, (e o Direito é uma delhas) vão se soldar as sci-
cias naturaes, da qual faz parte a medicina ou talvez, ainda, por uma 
outra razão, mais proxima, entre o Direito e a Medicina ha um traço 
de uniao commum: a medicina legal que é uma sciencia de transição 
entre a sciencia medica e a sciencia das leis.
Poder-se-ia dizer uma arvore frondosa plantada numa linha divi-
soria, entre dois jardins cultivados, não dependendo de todo de um, 
não dependendo de todo de outro. Está explicado, pois, diz o orador, 
porque os juristas de S. Paulo não quizeram deixar passar a occasião 
de prestar as merecidas homenagens de que é credor o illustre sr. 
dr. Nina Rodrigues, que é, incontestavelmente, neste paiz, o mais 
laureado dentre os mestres de medicina legal.
Em seguida usou da palavra o dr. Miranda de Azevedo, que 
começou dizendo que «só a generosidade de seus collegas devia a 
honra de dirigir ao dr. Nina Rodrigues o brinde em nome da classe 
medica: cabia a s. ex., que ouvira as lições da velha geração, saudar 
aquelles que, entre todos, da classe dos juristas, e dos medicos, melhor 
representava a fusão dessas orientações, o illustre dr. Nina Rodrigues 
que, quando se discutiam as questões de penalidade aplicada às
nossas leis levantara a questão, ainda nova na Europa, ainda nova no areopago da sciencia, da influencia e do modo de aplicar a jurisprudencia em relação ás raças e aos climas.

Diz o orador que em uma simples saudação amistosa não cabia recordar as brilhantes paginas científicas que tem burilado o dr. Nina Rodrigues, cujos trabalhos já transpuzeram as fronteiras que a sciencia brasileira tem traçado, como uma muralha da China. As revistas científicas da Europa têm com justiça acolhido os trabalhos de bio-psychologia do grande professor e nos últimos numeros dos Annaes de Medicina Legal estão publicados trabalhos seus sobre uma das questões mais delicadas da medicina legal.

O dr. Nina Rodrigues, continúa o orador, espírito culto e observador, vindo pela primeira vez a S. Paulo, pôde daqui levar a convicção de que predomina a sinceridade nas expansões dos juristas e medicos que com tanta sympathia o acolheram. O orador conclue pedindo ao dr. Nina Rodrigues receba as homenagens da classe medica de S. Paulo como das mais sinceras e gratas.»

O dr. Nina Rodrigues levanta-se em seguida para agradecer as saudações.

«Comeca dizendo que, diante da magnitude da grandiosa manifestaçao de que era alvo, tão brilhantemente realçada pela eloquencia dos dois oradores que o precederam, o seu primeiro movimento era implorar benevolencia para a emoção profunda de que na occasião se sentia dominado.

Ao announciar o seu proposto de visitar S. Paulo ouvira de todos os labios: «ides ver uma cidade seguramente excepcional pela grandezza do plano a que obedece, pela belleza de sua architetcura, pela excellencia de sua direcção municipal, mas transpondo os seus humbras talvez se apodere de vós o sentimento doloroso de vos achardes estrangeiro no coração da patria.

S. Paulo não é uma cidade brasileira. Pedaço da Europa transplantado para as plagas americanas, ella se fez uma solução de continuidade nas nossas tradições.»

Cheguei, diz o orador, percorri S. Paulo e si realmente, por toda a parte, sua grandezza excedeu a minha expectativa, devo confessar que jamaí me encontrei tão no regaço da minha patria como nesta
cidade, onde vim deparar o Brasil dos meus sonhos de moço, das minhas cogitações de homem maduro, o Brasil civilizado e culto.

Se um dia as tradições dos nossos maiores, a cultura do povo colonizador tiver de ceder o passo, pela inclemência do clima, da grande extensão deste país, pelo desmame do nossos regímenes governamentaes, a contingência de um conflito com povos de outras raças e de outras tradições, eu sinto que S. Paulo será o baluarte das tradições latinas e que aqui se encontrará o elemento a oppor à invasão do estrangeiro e veremos, tremulando nesta cidade, a bandeira da conquista pela civilização e pelo progresso.

A esses sentimentos de brasileiro e de homem, pede o orador permissão para associar o seu desvanecimento profissional. A medicina paulista concorre em muito para os progressos deste grande Estado. Ela reproduz neste momento um fenômeno histórico dos mais honrosos para as tradições da nossa cultura mental.

Em começo do século passado, constituía-se na velha cidade de S. Salvador o ensino oficial de medicina: era uma escola profissional. Alli dava-se cultura ao médico pratico, mas o metodo era detestável. Era a repetição da sciencia feita para outras raças e para outros climas. Era a repetição daquillo que recebíamos de além-mar.

Um dia, sob a influência de um investigador notavel, o allemão Wucherer, sob a suggestão do grande clinico inglez Patterson, um grupo de medicos dos mais notaveis se congregou, guiado por Silva Lima, e resolueu romper com a rotina e estudar a medicina, não nos livros europeus, mas nos propios doentes, e assim se constituíu a afamada escola que estudou a filiarose, a ankylostomiasi, a velha hypoemia, o béri-béri e outras molestias peculiares ao nosso clima; essa escola deu homens do vulto de Manuel Victorino, da estatura de Pacifico Pereira, Silva Araujo, Almeida Couto e outros mais.

Pois bem; dá-se o mesmo em S. Paulo. Aqui, não existe uma escola para o ensino medicó e, todavia, fora das raías de acção dos centros oficiaes do Rio e Bahia, sente-se que aqui existe uma escola medica e, sem duvida, aquelles que me ouvem que são sinão uma congregação de mestres?

Vital Brasil, acclimando a serumtherapia no Brasil, um docente de bacteriologia, cuja competencia se atesta nos trabalhos de Bu-
tantan; Victor Godinho, cuja modestia mal disfarça o seu valor, que fez provar em S. Paulo que a classe médica da província pôde ter uma imprensa, vê o seu exemplo fructificando na Gazeta Clinica de Rubião Meira; Franco da Rocha não construiu um pedestal ao estudo da psiquiatria e já não é uma glória da America Latina?

Dos clínicos aponta o orador os drs. Miranda Azevedo, Mathias Valladão e tantos outros a frente dos quaes pôde citar, sem estimular ciumes, a figura sympathica de Arnaldo Vieira de Carvalho. Dos hygienistas, lembra Emilio Ribas, o director do Serviço Sanitario, e concluiu o orador, que sois todos vós sinão uma congregação de mestres que podia ser presidida pelo vosso notavel Pereira Barreto?

Continuando, diz o orador que o exemplo que deparou na festa a que assistia era dos mais brilhantes: por largo espaço grandes dissenimentos separavam medicos e juristas, mas hoje, segundo afirmara recentemente um insigne psiquiatra europeu, uma lei muito bem talhada cortara pela raiz essas dissenções, e a competencia juridica marcava seu limite na intervenção do medico. Congratula-se o orador com o espectaculo suggestivo a que assiste, e que representa o seu ideal de muitos annos: ver a uniao da classe dos medicos e dos jurisconsultos que devem sempre marchar como auxiliar uma da outra e nunca como antagonistas.

E o que se realiza neste momento, diz o dr. Nina Rodrigues, na manifestacao a que assiste e que não se pode dirigir a um homem, mas deve visar um principio.

Neste momento, disse um meu illustre collega que «eu representava um ponto de transição, que eu estava na fronteira das duas classes, não pertencendo de todo nem a uma, nem de todo a outra».

Acha o orador que essa manifestação se dirigia menos a sua pessoa do que ao seu caracter official de professor: que nesta terra de fertilidade deveria ser tão grande como a tolerancia e a benevolencia do seu povo, que tem a caracteristica dos povos que progridem e que sabem absorver e integrar todos os elementos que lhes parecem bons. Por isso, quando eu atravessava esta cidade sob a continencia carinhosa e fidalga do escól da intelligencia paulista, não podia reprimir este grito involuntario: Salve, S. Paulo, justo motivo de ufania de todo o brasileiro! Salve, S. Paulo, esperança da rehabililtação do Brasil latino!
O dr. Nina Rodrigues bebe á prosperidade deste grande Estado, representado no escló da sua mentalidade: os médicos e os juristas.
O discurso do illustre hospede foi muito applaudido.
Levanta-se depois o dr. Candido Motta, que substituiu o dr. Arnaldo Vieira de Carvalho, a quem cabia fazer o brinde de honra e, por motivo de força maior, deixou de comparecer.
O dr. Candido Motta, em bello discurso, brindou á união das duas classes: dos médicos e dos juristas.
Fechou a série de brindes o dr. Dario Ribeiro que saudou o Norte do Brasil, representado na extraordinaria individualidade científica do dr. Nina Rodrigues.
O banquete terminou ás 10 e meia horas da noite».

( Da Revista Medica de S. Paulo de 31 de Outubro de 1903).

«Professor Nina Rodrigues—A bordo do Nile seguiu no dia9 para a Bahia o nosso illustre collega e amigo o Dr. Nina Rodrigues, que durante sua estada em S. Paulo teve as mais inequivocas provas do apreço em que é tido pelas classes dos advogados e médicos desta terra.

Em Santos, foi o Dr. Nina Rodrigues recebido na gare pelos Drs. Francisco Cavalcanti, chefe da Comissão Sanitaria, Raymundo Soter de Araujo, Manoel Francisco da Costa, Chaves Ribeiro, Guilherme Alvaro, Thomaz Catunda, Julio Xavier Junior, J. E. Pedreira Cerqueira, Porchat de Assis, G. Melchert, Custódio Guimarães, Armando de Azevedo, Assis Corrêa, Olyntho Dantas; Pharmaceuticos Ascendino Moutinho e Archimedes Ferraz e os representantes do Correio Paulistano e do Diário de Santos.

O Dr. Francisco Cavalcanti ofrereceu-lhe na Rotisserie Sportmann um almoço de despedida.

Já no Amparo e Espírito Santo do Pinhal o talentoso mestre tinha sido recebido tão condignamente como nos outros logares que visitou.

Desejando ainda enaltecêr as atenções de que foi alvo, lembramos que a iniciativa dêlas pertencesu ao Dr. Alcântara Machado, ilustre professor da Academia de Direito de S. Paulo, o que não deixa de ser muito honroso para um médico.

Resta-nos desejar ao illustre Professor Nina Rodrigues muito bôa viagem e também agradecer-lhe, especialmente, a oportunidade que nos deu de vêr affectuosamente entrelaçadas em S. Paulo duas classes tão respeitáveis, a dos juristas e a dos médicos.»

( Da Revista Medica de S. Paulo de 15 de Novembro de 1903).

Em seguida, s. exa. assistiu á aula de medicina legal deste lente, sendo alli saudado pelo bacharelando Raul de Noronha Sá.

O aluno sr. Bento Enéas de Souza e Castro, na aula de medicina legal, discorreu sobre o infanticidio.


(Do Estado de S. Paulo, de 16 de Outubro de 1903)

"O ilustrado professor da Escola de Medicina da Bahia dr. Nina Rodrigues, que actualmente visita a nossa capital, esteve hontem pela manhã no Instituto Serumtherapico de Butantan.


Em seguida o dr. Vital Brasil realizou algumas experiencias demonstrativas do effecto curativo do serum anti-boothropico deixando succumbir alguns animaes (coelhos e pombos) enquanto que outros tratados preventiva ou curativamente resistiam galhardamente aos effectos toxicos das substancias injectadas. As experiencias que são a reproduccion das que têm sido repetidas varias vezes nesta capital, deram o mais satisfactorio resultado.

O dr. Nina Rodrigues acompanhou tambem com vivo interesse todo o processo seguido pelo dr. Vital Brasil para immunizacao de animaes tanto pelos serums contra as picadas de ophidios como o antipestesoso, assistindo a sangria de um animal e colheita de respectivo serum. Todos estes serviços deixaram boa impressao no animo do dr. Nina Rodrigues, como no de seus illustres companheiros de excursao, que muito agradeceram ao dr. Vital Brasil o acolhimento que lhes dispensou."
Na volta de Butantan visitaram o Hospital de Isolamento, onde foram recebidos e acompanhados pelo dr. Candido Espinheira e Victor Godinho, e onde lhes foi servido o almoço, ao qual também assistiram os drs. Adolpho Lutz, Carlos Meyer e Adolpho Lindenberg.

E' excusado dizer que a impressão recebida pelos visitantes foi a mais lisonjeira para o Hospital».

(Do Correio Paulistano, de 17 de Outubro de 1903).


Alli foi recebido pelos srs. dr. Arnaldo Vieira de Carvalho, director clinico desse estabelecimento, commendador Alberto de Souza, mordomo do mesmo, chefs de clinica, seus adjuntos e alguns outros medicos. O dr. Nina Rodrigues visitou em primeiro logar as salas das operações, construidas quando provedor o sr. dr. Cerqueira Cesar e nas quaes ha, como se sabe, apparelhos e instrumental modernos.

Ahi teve s. exa. occasião de assistir a uma operação de alta cirurgia, reclamada por um kisto hydatico do figado, operaçao praticada com toda maestria pelo dr. Vieira de Carvalho, em presença de todo o corpo clinico alli presente. Terminada a operaçao, s. exa., sempre acompanhado pelo dr. Arnaldo e collegas, visitou todas as enfermarias, onde cada um dos chefs clinicos fornecia esclarecimentos sobre os casos mais interessantes em tratamento.

Nos gabinetes annexos ás enfermarias teve o dr. Nina occasiao de observar diversas peças anatomicas, sobresaindo—um rhim tuberculo-so e diversas peças do apparelho cardio-vascular, da enfermaria do dr. Diogo de Faria; intestinos com ulcerações de febre typhoide, da enfermaria das criancaes, a cargo do dr. Queiroz Mattoso; peça anatomica de dysenteria e kystos hydaticos da enfermaria do dr. Arthur Mendonça; fetos de prenhez extra uterina e carcinoma do estomago, da enfermaria do dr. Arnaldo de Carvalho,—e muitos outros.

Na enfermaria do dr. Arnaldo teve o dr. Nina Rodrigues occasiao de observar e elogiar o registo clinico, trabalho de alto valor, feito pelo sr. J. Egydio de Carvalho que toma minuciosa observação de cada caso, acompanhando de estampas coloridas.
S. s. retirou-se agradavelmente impressionado pelo que viu, e deixou no livro de visitas as seguintes linhas:

«O Hospital da Santa Casa de Misericórdia de S. Paulo está na altura da justa nomeada da Escola médica deste Estado. E' este o núcleo do Instituto do ensino médico paulista que já tem existência de facto e reclama imperioso o reconhecimento oficial dos poderes publicos do paiz. E' a impressão que a observação desapaixonada e imparcial impõe ao espírito de quem se habituou, pelo dever do cargo, a tomar na devida consideração as manifestações das necessidades do ensino médico. A parte técnica reformada nos moldes amplos da medicina moderna, revela a capacidade de quem a dirige e o concurso poderoso de toda a classe. A execução material ha de obedecer aqui ao mesmo respeito que S. Paulo tem votado às indicações dos profissionaes competentes em todos os ramos da administração pública. São os votos de um médico e brasileiro que aqui se sente orgulhoso da classe a que pertence. S. Paulo, 17 de Outubro de 1903.—Dr. Nina Rodrigues».

O sr. dr. Arthur Mendonça ofereceu a s. s. bellíssimos kistos hydatíicios conservados em alcool, retirados de um doente de sua enfermaria.


O illustre visitante percorreu todas as dependencias daquella repartição, notando muita ordem e asseio.


Toda a oficialidade recebeu s. exa., acompanhando-o na visita a todas as oficinas alli instaladas.

Em seguida, sob o comando do sr. major Neiva, realizou-se exercício geral, funcionando a bomba a vapor n. 9 com seis ramos de mangueiras.

Todas as manobras, em escada Magirus, paraquedas, sacos de salvação, foram executadas com a reconhecida agilidade dos bombeiros desta capital.

Ao retirar-se, o dr. Nina Rodrigues deixou escritas no livro dos visitantes as seguintes palavras:

«Só pôde haver louvores para a correcção e perícia do Corpo de bombeiros do Estado de S. Paulo. E mais uma afirmação da superioridade com que se organizarão as repartições deste Estado progressista. Temos a maior satisfação em haver presenciado os exercícios brillantes do corpo de bombeiros, gentilmente acolhidos aqui pela sua briosa oficialidade. São Paulo, 17 de Outubro de 1903.—Nina Rodrigues».

(Do Estado de S. Paulo, de 18 de Outubro de 1903).


Ao penetrar na secretaria, as alunas, que ahi se achavam, cobriram-n-o de petalas de rosas, sendo oferecido em nome da Escola.
pela senhorita Guilhermina Martins, um lindo ramilhete de flores naturaes.

Da secretaria, onde s. exa. esteve em palestra por algum tempo, saiu em visita aos gabinetes.

Passando novamente pelo saguao, o 2º annista Nabor de Moraes saudou-o em nome dos colegas, sendo secundado pelos primeiros annistas Pedro Saturnino e Nevio Barbosa, aos quaes s. exa. respondeu com palavras de agradecimento.

Com o maximo interesse s. exa. percorreu todas as salas de aulas e laboratorios, manifestando francamente o seu aplauso pela ordem e organizao dos cursos.

Voltando á Secretaria o sr. dr. Valeriano de Sousa, lente de bacteriologia e hygiene, commissionado pelos colegas, em um eloquente improviso, saudou, em nome da Escola, ao distincto professor, agradecendo-lhe a visita e dando-lhe as boas vindas á capital paulista. S. exa. respondeu em phrases commovidas, agradecendo o acolhimento fraternal que lhe foi dispensado e declarando que volta á Bahia levando uma saudosa recordaçao da Escola de Pharmacia de S. Paulo.»

(Do Correio Paulistano, de 23 de Outubro de 1903)

**Homenagem ao dr. Nina Rodrigues**

*Os medicos, advogados e outras pessoas gradas desta cidade oferecem hoje à noite, nos saloes do Club 8 de Setembro, um grande baile ao muito illustre brasileiro dr. Nina Rodrigues.

Sabemos que os promotores desses festejos foram os seguintes cavalheiros: drs. Flavio de Queiroz, Gastao Madeira, Elias Mascarenhas, Antonio Jeronimo de Carvalho, Raymundo Smith, Jose Leite de Souza, Virgilio de Araujo, Arthur Whitacker, Felix Pastana, Paulino Silva, Laudo de Camargo, Alfredo Patricio e Jose Leite de Arruda, solicitador Francisco Silva e escritores Antonio Candido de Camargo, Manoel Vaz d'Almeida e Manoel de Mattos Azevedo, representantes do foro; drs. Remigio Guimaraes, Vasco de Toledo, Salles de Camargo, Jose Oscar de Araujo, Joao Guedes, Andre Peggion, Coriolano de Burgos e Prestes & Maia, representantes das classes medica e pharmaceutica; Padre Angelo Gazza, vigario da parochia, e coronel Luiz Leite, chefe politico local, representados pela commissao que fez os convites.
A nossa classe intelectual manifesta assim o seu subido apreço aos elevados meritos do dr. Nina Rodrigues, que actualmente constitue uma verdadeira gloria nacional.

Os salões do Club 8 de Setembro estão sendo ricamente ornamentados pelo Sr. Ezequiel Franco, a quem foi confiado todo o serviço.

Estamos informados que a commissão encarregada de tão sympathica festa, distribuiu hontem mais de duzentos convites.

A commissão dos festejos pede as exmas. familias simplicidade nas *toilettes.*

(Do *Commercio do Amparo*, de 1.º de Novembro de 1903.)

**Justa homenagem**

«Apezar dos relampagos que sulcavam de instante a instante o espaço, acompanhados de forte aguaceiro, que se prolongou até às 10 horas da noite, mais ou menos, foi bastante animada a concurrencia de pessoas ao baile offeredido, domingo, ao illustre sr. dr. Nina Rodrigues por um grupo de sinceros admiradores do seu talento e merito scientifico.

A chuva cahia, cahia torrencialmente, mas diversos carros atravessavam as ruas ennegrecidas da cidade—ennegrecidas pela ausencia da luz electrica, em virtude de um desarranjo imprevisto nas ma-chinas—, conduzindo as diversas familias de convidados, que foram assim enchendo os excellentes saloes do Club 8 de Setembro do que a sociedade amparense possue de mais distincto.

Deixaram, sim, muitas excellentissimas familias de comparecer, obrigadas pela impertinencia do tempo; mas assim mesmo esteve esplendida a distincta festa realizada em homenagem ao muito illustre homem de scienza.

Pouco depois das 10 horas a chuva deixou de cahir, aparecendo no espaço prenuncios de que o tempo ia melhorar, e a luz electrica tambem, graças aos pertinazes esforços dos infatigaveis operarios da nossa empreza electrica, dirigidos pela energica dedicacao do sr. dr. Koller e boa vontade da directoria do Banco Industrial Amparenses, appareceu nos circuitos do Largo da Matriz, illuminando-o deslumbrantemente.

Foi nessa occasião, logo depois do reaparecimento da luz publica, que atravessaram o Largo da Matriz os tres carros conduzindo o
nosso distinto hospede, juntamente com a sua exma. família, acompanhando-os os srs. drs. Azevedo Bomsfin e Daniel Machado e exmas. famílias.

A chegada do sr. dr. Nína Rodrigues e exma. família, todos os distintos cavalheiros e exmas. senhoras, que o esperavam, postaram-se todos em ala, recebendo-os ao som do Hymno Nacional, palmas e flores, aquelas dadas por todos os cavalheiros presentes e estas atiradas sobre elles, os distintos hospedes, pelas sonhoras e senhoritas que ornamentavam o magnífico salão nobre do Club 8 de Setembro.

Em sequida o dr. Gastão Madeira, em breve e eloquente elocução, saudou ao sr. dr. Nína Rodrigues, que foi também cumprimentado pela directoria do Gremio Litterario Carlos Ferreira, representada pelo seu presidente.

Após a resposta de agradecimento do sr. dr. Nína Rodrigues, rompeu o Hymno Nacional, dando-se começo a um animado baile, que se prolongou até as 3 horas da manhã.

A ornamentação do Club 8 de Setembro, que estava primorosa, foi feita pelo sr. Alberto Andrade, o infatigável cooperador de quasi todas as festas que se realizam nesta cidade, destacando-se na decoração da sala um grande quadro feito a flores artificiais, tendo no seu centro estas duas palavras—Dr. Nína.

Os doces e as bebidas foram fornecidos pelo magnífico estabelecimento do sr. Ezequiel Franco, que desenvolveu extraordinária actividade para que nada faltasse da incumbência que lhe foi confiada, pois que diminuto era o tempo de que dispunha para dar as providências necessárias ao confeccionamento dos doces, empadinhos, etc.

Em summa, si a festa oferecida ao sr. dr. Nína Rodrigues não esteve primorosamente organizada, e isso devido à exiguidade do tempo, foi bastante significativa para provar a sua Excia. que ha nesta cidade um grupo selecto de seus sinceros admiradores.

Felicitando á distinta comissão promotora desses festejos pela galhardia com que se desempenhou do difícil encargo, attendendo-se á escassez do tempo de que dispunha, desejamos que o sr. dr. Nína Rodrigues leve desta cidade a agradável impressão de que os amparose têm um verdadeiro culto pelos grandes vultos intelectuaes de nossa Patria, representando-os neste momento a distinta pessoa de sua Excia., reconhecido como um dos principaes ornamentos da classe médica brasileira.

(Do Commercio do Amparo, de 9 de Novembro de 1903.)
Infelizmente não nos foi possível tornar completo o registro das manifestações de estima e sympathia tributadas ao Dr. Nina Rodrigues pela imprensa paulista, por nos ter faltado na ocasião os exemplares em que foram publicadas e não haver mais tempo para mandar buscal-los.

Registamos, porém, aqui, para tributar-lhes os nossos agradecimentos, algumas das mais expressivas e honrosas: tais as palavras repassadas de estima da Gazeta Clinica, da imprensa diaria relativa à distinção do Instituto Historico e Geographic, do acolhimento da Escola Polytechnica, da imprensa de Mogy-mirim, etc., etc.
ÍNDICE

Dedicatoria aos Juristas de S. Paulo ........................................... 1
Como prefácio: A Obra docente de Nina Rodrigues, pelo Dr. Alcântara
Machado ................................................................. III

1.ª Memoria—Clínica Forense—Das rupturas da hymen nas quedas, pelo
lente Dr. Nina Rodrigues ............................................... 1

2.ª Memoria—Trabalho experimental do laboratorio—A putrefacção gazosa
dos pulmões dos nati-mortos, pelos Drs. Nina Rodrigues e Albino Leitão

3.ª Memoria—O crime de homicídio no ponto de vista da legislação e da
jurisprudencia patris—Estudo medico-legal, pelo Dr. Nina Rodrigues

4.ª Memoria—E’ lícito ao medico legista responder às consultas medico-
legaes propostas pelas duas partes litigantes de um mesmo pleito? pelo
Dr. Nina Rodrigues ...................................................... 87

5.ª Memoria—A psychologia da mutilação cadaverica—O esquarejamento
criminoso (polemica scientifica com os Drs. Albert Prieur, de Paris, e
de Paroix, de Lyon) pelo Dr. Nina Rodrigues ........................................ 123

Bibliographia—O curso de medicina legal da Faculdade de Medicina
da Bahia no estrangeiro .............................................. 171

Noticiário—A visita do Dr. Nina Rodrigues ao Estado de S. Paulo. ........ 185